

## **Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização | Património Artístico e História da Arte

Dissertação

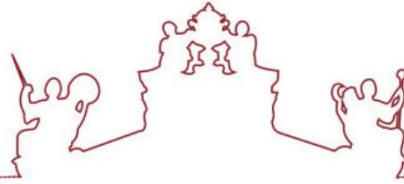
# **O Centro Histórico do Porto: A Correlação entre o Património e o Turismo. Classificações, Impactos e Evoluções (Dos anos noventa à atualidade)**

Ana Rute Cunha Guimarães

Orientador(es) | João Brigola

Évora 2022





**Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização | Património Artístico e História da Arte

Dissertação

**O Centro Histórico do Porto: A Correlação entre o Património e o Turismo. Classificações, Impactos e Evoluções (Dos anos noventa à atualidade)**

Ana Rute Cunha Guimarães

Orientador(es) | João Brigola

Évora 2022



## Membros do Júri

Presidente do Júri:

Professora Doutora Maria Antónia Conde - Universidade de Évora

Vogal Orientador:

Professor Doutor João Brigola – Universidade de Évora

Vogal Arguente:

Professor Doutor Luís Jorge Gonçalves – Faculdade de Belas Artes -  
Universidade de Lisboa

Dissertação aprovada em: 31 de Maio de 2022

Évora 2022





## Sumário

Agradecimentos.....	IX
Resumo.....	X
Abstract .....	XI
Abreviaturas .....	XII
<b>Capítulo I</b>	
1. Introdução .....	14
1.1. Problemática.....	14
1.2. Estado da Arte .....	15
1.3. Métodos.....	17
1.4. O Património Cultural e o Turismo – Conceptualização.....	18
<b>Capítulo II</b>	
2. O Centro Histórico do Porto.....	20
2.1. Património da Humanidade pela UNESCO - 1996.....	23
2.2. Capital Europeia da Cultura - 2001 .....	25
3. Os Impactos das Classificações.....	29
3.1. Análise da Evolução Demográfica.....	30
3.2. Análise Social - Revitalização do Tecido Socioeconómico .....	33
<b>Capítulo III</b>	
4. Património Cultural .....	38
4.1. Eventos e Tradições .....	39
4.2. Museus, Monumentos e Edifícios Históricos.....	40
4.3. Património de Valor Singular no Centro Histórico do Porto .....	42
4.4. Salvaguarda do Património Cultural – Políticas Públicas .....	43
5. Património Arquitetónico.....	48
5.1. Planos de Reabilitação Urbanística e do Edificado.....	50
5.2. Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana .....	53
6. Planeamento e Ordenamento do Território – O Plano Diretor Municipal .....	58
7. Requalificação dos Espaços Públicos no Porto .....	60
8. Um Porto Sustentável.....	62
9. Turismo e Desenvolvimento urbano .....	64
9.1. Hospitalidade.....	64
9.2. Transportes.....	66
9.3. Infraestruturas .....	67
9.4. Serviços .....	70
9.5. Planos de Apoio ao Turismo .....	71

10.	Os Centros Históricos do Porto e de Guimarães – Uma Proposta de Comparação.....	74
<b>Capítulo IV</b>		
11.	O Questionário <i>Centro Histórico do Porto - Barómetro Empresarial após COVID-19</i> – resultados e conclusões .....	79
<b>Capítulo V</b>		
12.	Considerações Finais.....	84
13.	Fontes e Obras de Consulta.....	86
13.1.	Webgrafia.....	93
13.2.	Créditos Fotográficos .....	96
14.	Anexos.....	97
	Anexo I - Entrevista – Vereador Ricardo Valente .....	97
	Anexo II - Questionário.....	111
	Anexo III - Tabelas e Gráficos .....	115
	Anexo IV - Atrações importantes no CHP .....	124

## Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Vista para a Avenida dos Aliados do interior do hotel intercontinental
Ilustração 2 - Interior da estação ferroviária de São Bento
Ilustração 3 - Vista exterior para o Palácio da Bolsa
Ilustração 4 - Entrada da Casa do Infante
Ilustração 5 - Sé Catedral e Bairro da Sé
Ilustração 6 - Vista exterior da Torre dos Clérigos
Ilustração 7 - Vista para a zona ribeirinha da perspetiva do Jardim do morro, Gaia
Ilustração 8 - Vista para a Ponte D. Luís I primeiro e para ir aos pilares da Ponte Pênsil
Ilustração 9 - Vista da Serra do Pilar para a Muralha Fernandina
Ilustração 10 - Interior da Igreja de São Francisco
Ilustração 11 - Exterior do Mosteiro da Serra do Pilar
Ilustração 12 - Jardim do Passeio das Virtudes
Ilustração 13 - Vista rio da Alfândega do Porto

Ilustração 14 - Vista panorâmica do topo da Torre dos Clérigos

Ilustração 15 - Vista para o porto do Jardim do Morro, em Gaia

Ilustração 16 - Igreja do Carmo e das Carmelitas, Rua do Carmo

Ilustração 17 - Entrada para o Café Majestic, Rua de Santa Catarina

Ilustração 18 – Pôr do sol sobre o Rio Douro desde o Jardim do Morro, em Gaia

Ilustração 19 - Carro elétrico que liga a Batalha à Cordoaria

## Índice de Gráficos

Gráfico 1- Área de negócio

Gráfico 2 - Criação da atividade empresarial

Gráfico 3 - Desenvolvimento da atividade empresarial

Gráfico 4 - Redução de colaboradores

Gráfico 5 - Apoios

Gráfico 6 - Risco de encerramento da atividade empresarial

Gráfico 7 – Poder de compra *per capita* entre 1993 e 2019

Gráfico 8 – Valor dos bens importados e exportados pelas empresas entre 1993 e 2020

Gráfico 9 - Valor dos bens importados e exportados pelas empresas entre 1993 e 2020

(II)

Gráfico 10 - Número de museus em Portugal entre 2000 e 2019

Gráfico 11 - Número de visitantes de museus em Portugal entre 2012 e 2019

Gráfico 12 - Despesas da Câmara Municipal do Porto em cultura e desporto entre 1995 e 2012

Gráfico 13 - Despesas da Câmara Municipal do Porto em cultura e desporto entre 2013 e 2019

Gráfico 14 - Número de recintos culturais entre 1999 e 2019

Gráfico 15 - Número de sessões de espetáculos ao vivo entre 2000 e 2019

Gráfico 16 - Capacidade dos alojamentos turísticos entre 2009 e 2019

Gráfico 17 - Proveitos totais dos alojamentos turísticos entre 2009 e 2019

### Índice de Tabelas

Tabela 1 - VAB gerada pelo turismo em Portugal

Tabela 2 - Vantagens do programa apoiar para microempresas

Tabela 3 - Vantagens do programa apoiar para empresários em nome individual

Tabela 4 - Vantagens do programa apoiar em pequenas empresas

Tabela 5 - Vantagens do programa apoiar para médias e grandes empresas

### Índice de Figuras

Figura 1 - Lista dos centros históricos em Portugal

Figura 2 - Dados turísticos do INE entre 2009 e 2021 em Portugal



## Agradecimentos

*Ao Prof. Doutor João Carlos Brigola,*

agradeço por toda a orientação, apoio e disponibilidade durante a realização desta dissertação.

*A toda a minha família,*

obrigada pelo apoio incondicional, em particular à minha mãe e à minha avó, por serem os meus anjos da guarda e os pilares da vida. Um obrigada nunca será suficiente por tudo o que fazem e fizeram por mim.

*Aos meus amigos,*

obrigada pelo companheirismo, pela amizade e pelas palavras de força durante este período. Tenho muita sorte em ter-vos na minha vida.

*Ao Dr. Vereador Ricardo Valente,*

obrigada pela disponibilidade, ajuda e honestidade como se prestou à entrevista que lhe propus.

## Resumo

Esta dissertação constitui um estudo sobre o Centro Histórico do Porto, com foco nas classificações e distinções, nacionais e internacionais, que lhe foram atribuídas, em particular a classificação atribuída pela UNESCO, como Património Cultural da Humanidade em 1996, e a distinção como Capital Europeia da Cultura, em 2001. Os impactos que ambas tiveram na evolução do turismo, assim como na salvaguarda e valorização do património cultural serão igualmente objetos de análise. A investigação propõe ainda uma avaliação no campo demográfico, social, patrimonial e arquitetónico, de forma a compreender se as alterações que o centro histórico sofreu foram benéficas ou prejudiciais para a cidade do Porto. O período abrangido pela pesquisa estende-se desde os anos noventa do século XX até à atualidade.

Palavras-Chave: Porto; Centro Histórico; Classificações; Património Cultural; Turismo; Salvaguarda e Valorização.

## Abstract

This dissertation is a study on the Historical Center of Oporto, focusing on both its national and international classifications and distinctions, particularly the classification attributed by UNESCO as World Heritage Centre in 1996, and also the remarkable distinction as European Capital of Culture in 2001. The impacts that originated the evolution of tourism, as well as on the safeguarding and valorisation of the cultural heritage in the city will be topics of analysis. This investigation also aims at establishing whether the changes that the historical centre has endured were beneficial or detrimental to the city, through the assessment of its demographic and social development and the impact it had on the city's heritage and architectonic aspects. For the purpose of this research, I have taken in consideration the period of time going from the nineties of the twentieth century to the present day.

Key Words: Porto; Historical Center; Classifications; Cultural Heritage; Tourism; Safeguard and Valorization.

## Abreviaturas

**APCH** – Associação Portuguesa de Centros Históricos

**ACRRU** – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística

**APAV** - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

**ARU** – Área de Reabilitação Urbana

**CHG** – Centro Histórico de Guimarães

**CHP** – Centro Histórico do Porto

**CMP** – Câmara Municipal do Porto

**CRUARB** – Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira/Barredo

**DGPC** - Direção Geral do Património Cultural

**ENIPSSA** - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2020-2023

**ICOM** - *International Council of Museums* – Conselho Internacional de Museus

**ICOMOS** – *International Council of Museums and Sites* – Conselho Internacional de Museus e Sítios

**IGESPAR** - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

**IHRU** - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**IP** – Infraestruturas de Portugal

**IPA** – Instituto Português de Arqueologia

**IPPAR** - Instituto Português do Património Arquitetónico

**NPISA**- Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto

**PDM**- Plano Diretor Municipal

**RCAAP** – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal

**UNESCO** - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* – Organização das Nações Unidas para a Educação

**UNFCCC** – United Nations Framework Conventions on Climate Change – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

**UNWTO** – *World Tourism Organization* – Organização Mundial de Turismo

**VAB** – Valor Acrescentado Bruto

## 1. Introdução

Este capítulo apresenta o foco primordial deste trabalho, descrição subjetiva, objetivos, metas a serem alcançadas e a metodologia usada no decurso desta investigação.

### 1.1. Problemática

O Centro Histórico do Porto conheceu uma notável evolução nas últimas duas décadas. Edifícios, monumentos e museus foram requalificados e deram vida a novos pontos de interesse. Bairros e ruas, assim como espaços culturais e patrimoniais, foram alvo de reabilitação num contínuo esforço de preservação, salvaguarda e valorização por parte de instituições como a UNESCO, a Câmara Municipal do Porto, a Porto Vivo, SRU e a Associação Comercial do Porto. Considerando o crescimento que a cidade tem registado, existem questões importantes que carecem de ser abordadas, relacionadas nomeadamente com o impacto sobre o Centro Histórico do Porto, desde os anos noventa até à atualidade. Ou, por exemplo, de que forma funciona a correlação entre o fenómeno massificado do turismo e o património cultural? Como é que estas duas noções se têm complementado, beneficiado ou até prejudicado? É possível, na realidade em que vivemos hoje, que estes dois conceitos permaneçam desagregados, ou serão pelo contrário indissociáveis, já sendo que se complementam em vários âmbitos, como o económico, o social e até o político?

Com esta investigação procuro encontrar respostas a estas perguntas, expandir os meus conhecimentos, focar-me no desenvolvimento urbano do Centro Histórico do Porto, assim como nas possíveis soluções normativas (de legislação, de planeamento e de ordenamento), depois de quase se ter tornado num destino massificado, consumido pela lógica de mercado.

## 1.2. Estado da Arte

Na parte inicial da pesquisa de suporte à minha dissertação, comecei por ler algumas teses e dissertações. Posteriormente e dentro do possível nos tempos pandémicos que vivemos, dirigi-me à Biblioteca Municipal do Porto para requisitar os livros disponíveis para empréstimo. Destas obras, devo salientar que algumas foram de elevada importância para o exercício que estou a realizar. Nomeadamente, o livro “Porto a Património Mundial”<sup>1</sup>, que disserta de uma forma muito aprofundada sobre o processo de candidatura do Centro Histórico do Porto, ao estatuto de Património Cultural da Humanidade da UNESCO, explica o porquê da importância de se classificar este centro, apresenta medidas e objetivos a aplicar caso fosse aceite a distinção, e expõe ainda listas de património já classificado na altura – 1993 – dentro do perímetro urbano do Porto, assim como os principais imóveis de interesse patrimonial no Centro Histórico do Porto. “No facto de ser um conjunto resultante de um processo histórico de construções, destruições e reconstruções, com milhares de anos e ainda em curso”.<sup>2</sup>

Outro livro que surgiu como apoio fundamental, em particular na parte comparativa, é o “Estudo sobre o Despovoamento dos Centros Históricos na Rede Atlante”,<sup>3</sup> que contém uma pesquisa aprofundada, numa vasta comparação entre seis cidades, das quais o Porto e Guimarães foram aquelas que me foram mais úteis.

“Património Arquitetónico e Arqueológico”<sup>4</sup> foi igualmente um excelente auxílio na parte legislativa, visto que contém todas as normas regentes, assim como aquelas que foram usadas noutras épocas, relacionadas com o património arquitetónico e arqueológico. Aborda a legislação e as normas a cumprir na proteção de património e ordenamento do território. Apesar de todos os capítulos deste livro serem uma referência importante para todo o trabalho, devo reforçar que o capítulo 12 tem uma especial relevância, visto que se foca no património mundial e centros históricos.

---

<sup>1</sup> (Loza 1993)

<sup>2</sup> Ibidem

<sup>3</sup> (Sousa, Magalhães, e Oliveira 2005)

<sup>4</sup> (F. Lopes 2012)

Outras duas obras fulcrais, sobre o Centro Histórico do Porto, são:” *Plano de gestão: centro Histórico do Porto património mundial*”<sup>5</sup> e “*Projecto de Reabilitação e Valorização Turística do Centro Histórico do Porto*”<sup>6</sup>.

Nesta primeira obra, é realizada uma caracterização do património edificado e dos espaços museológicos, em cada uma das Freguesia do Porto e Gaia que estão inseridas na área de classificação da UNESCO, ou seja, as da Freguesia da Vitória, da Sé, de São Nicolau, de Miragaia e de Santa Marinha. Aborda igualmente tópicos importantes, como o enquadramento estratégico para a cidade, o porquê de ser necessária proteção, salvaguarda e valorização do património, assim como as intervenções que podem ser realizadas.

Na segunda obra, com igual importância, é exposto um projeto de reabilitação e valorização, contendo diversos capítulos que abordam temas de desenvolvimento turístico, tais como a criação de circuitos e pontos de apoio a viajantes, estruturas de animação turística, bem como a estratégia de uma possível beneficiação dos espaços públicos para o seu maior e melhor usufruto.

Para além das obras mencionadas, devo referir que consegui reunir muitas obras, trabalhos, relatórios e notícias que fundamentaram a minha pesquisa e enriqueceram certamente a investigação a que me propus.

---

<sup>5</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A 2010)

<sup>6</sup> (Câmara Municipal do Porto e Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo 2000)



### 1.3. Métodos

No aspeto metodológico, esta dissertação baseia-se fundamentalmente numa pesquisa qualitativa. No entanto, uma vertente quantitativa está igualmente presente, com a apresentação e análise de dados – tabelas, gráficos e um questionário. A estratégia foi começar por uma busca de fontes, em diversas plataformas, tais como: o RCAAP - Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, as Bibliotecas Municipais do Porto, a Biblioteca da Direção Geral do Património Cultural, a Biblioteca da Universidade do Porto e a Biblioteca da Universidade de Évora.

É possível, também, não só encontrar um processo descritivo, no qual temas como o património e turismo cultural são aprofundados, mas também um processo explicativo, sendo aqui apresentada uma reflexão que pretende estabelecer as causas e os efeitos de um conjunto de situações como, por exemplo, as classificações patrimoniais que o Porto adquiriu. Esta investigação foi ulteriormente enriquecida com uma entrevista ao Dr. Ricardo Valente, vereador na Câmara Municipal do Porto.

Relativamente à organização textual, serão clarificados os conceitos de património e turismo e identificadas as razões da classificação do centro histórico portuense como património mundial pelo UNESCO em 1996 e, em 2001, da sua escolha como cidade Capital Europeia da Cultura.

No capítulo seguinte, tentarei demonstrar as consequências e as evoluções de que este centro histórico foi alvo, através de uma análise social, demográfica, cultural e arquitetónica. O ponto sequente é focado no turismo e nos efeitos que irromperam com o incremento do turismo na cidade, em particular após as duas classificações que a cidade obteve. É sobre estes pontos que prevalece a pesquisa quantitativa, com suporte de dados gráficos, analíticos e um questionário.

#### 1.4. O Património Cultural e o Turismo – Conceptualização

“O conceito abrangente de salvaguarda do património cultural é considerado, cada vez mais, como um modo de defesa global do ambiente que não se preocupa só com a protecção do espaço vital natural, mas também com a do espaço vital colectivo, desenhado pelo homem no decurso da sua existência. Não faltam por isso normas e diretivas internacionais, referendadas por organismos vocacionados para a preservação da identidade histórico-cultural, sobretudo pela UNESCO, pelo Conselho da Europa e pelo ICOMOS, entre outros, apelando todas para a preservação da herança natural e cultural da comunidade humana”.<sup>7</sup>

Desde o século vinte que o património cultural tem conquistado um maior destaque em todo o mundo. A preservação e valorização da herança cultural e identidade de cada local é algo que as cidades e os países têm procurado defender e proteger para que o seu legado não seja perdido. Da mesma forma que a tecnologia e a acessibilidade de informação se desenvolveram a um ritmo tão veloz, foi, e continua a ser, necessário que sejam tomadas precauções, para que não existam consequências colaterais, como por exemplo, a desertificação ou a massificação dos destinos turísticos. Deste modo, a criação de protocolos e cartas, por diversas organizações, é algo que se torna extremamente importante para a cultura e para o património.

Atualmente, a noção de património cultural é muito mais ampla e de Norte a Sul do país conseguimos encontrar diversos exemplos de variados tipos de património cultural - do património móvel ao imóvel, do imaterial ao material e do nacional ao mundial. São vastas as listas que contêm uma riqueza tão grande e diversificada pelo que o conceito de património consegue hoje ser bastante flexível e dissemelhante para cada indivíduo. Um processo importante nesta área patrimonial é a inventariação, que leva ao conhecimento e posteriormente à classificação ou à inscrição em inventário nacional, e apenas assim é possível protegermos o que é “nosso”. É fundamental conhecê-lo e compreendê-lo para que seja possível protegê-lo.

Relativamente ao turismo, este é um mercado que tem crescido exponencialmente nos últimos anos em Portugal. Apesar de territorialmente sermos um país de média

---

<sup>7</sup> (Virgolino 2005)

dimensão no contexto europeu, podemos fruir com orgulho os sucessivos prémios internacionais de turismo.

Tal como o património, o turismo foi igualmente um conceito que evoluiu bastante em Portugal, onde um clima ameno, o relevo pouco montanhoso, uma costa marítima extensa e a presença de arquipélago propiciam inúmeros tipos de turismo. Como tal, temos o turismo de sol e praia, pelo qual são conhecidos o Algarve e a Madeira; o turismo cultural e histórico, como existe no Porto, Guimarães ou Lisboa; o turismo de natureza no Gerês, nos Açores ou na Serra da Estrela; o turismo gastronómico, onde os mais diversos pratos e doçarias são confeccionados por todo o território e o turismo rural, no qual a calma é a chave e atrai turistas, nacionais e internacionais, às zonas interiores do país como o Alentejo e Trás-os-Montes. Para além de serem variadíssimos os tipos de turismo, esta grande panóplia de opções originou um crescimento espantoso no volume de negócios, especialmente em pequenas e médias empresas, criando assim uma oferta satisfatória e equilibrada relativamente à procura que o nosso país tem conhecido.

De tal forma, com tanta opção, existe cada vez mais uma tendência constante pela procura da “diferenciação” e, em termos culturais, isto pode ser a chave, para tornar os locais cada vez mais únicos e atrair ainda mais pessoas.

## 2. O Centro Histórico do Porto

O Centro Histórico do Porto é o resultado de três milénios de história, onde existem vestígios arqueológicos de ocupação desde o século VIII a.C..<sup>8</sup> Diversas escavações realizadas no final do século XX comprovam ainda vestígios de um povoado indígena - Cale - fortemente romanizado, a partir dos finais do século II a.C., onde foram encontradas várias casas sobrepostas, sendo possível determinar que a primeira cintura da muralha se estabeleceu numa estrutura construída por volta do ano 300 d.C., durante a crise que sucedeu à movimentação de povos bárbaros na fronteira do Império Romano.<sup>9</sup> Após um período complicado, em 868 d.C., o território ascende novamente, com a Presúria de Portucale, durante a qual os Cristãos reconquistaram a área após a ocupação dos muçulmanos. A ajuda de Vímara Peres, chefe militar e vassalo do século IX, foi essencial nesta conquista do Vale do Douro, tornando-se assim o primeiro conde de Portucale, dinastia esta que durou até 1071.

Em 1120, D. Teresa entrega a cidade a um Bispo, D. Hugo, e passados três anos é-lhe concedido um foral da cidade. Foi neste período que a Catedral do Porto foi edificada e pequenas comunidades burguesas emergiram, tanto na zona ribeirinha, como em Miragaia. Aqui desenvolvia-se a construção de navios, área muito ligada à faina fluvial. No entanto, a maior expansão desta cidade burguesa acontece com mais impacto a partir do século seguinte, quando o desenvolvimento urbano ao longo do rio já estava em crescimento e floresceu com mais força na zona da Vitória. É também neste século XIII, que dois conventos são criados, o de S. Francisco e o de S. Domingos, e ainda a pequena capela de S. Nicolau.

Nesta fase iniciou-se um conflito entre o Bispo e a Corte, devido ao controlo da atividade comercial que se expandia nas margens do rio, dia após dia. Uma das origens deste conflito foi a construção de um complexo de edifícios que tinha o objetivo de albergar serviços da coroa no Porto, ordem decretada pelo rei D. Afonso IV contra a vontade do Bispo D. Hugo. Este monarca foi também o criador da segunda cintura da muralha, obras estas que duraram séculos até ao reinado de D. Fernando, o que justifica a sua tradicional denominação como Muralhas Fernandinas.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A 2010)

<sup>9</sup> (Loza 1993)

<sup>10</sup> Ibidem

O complexo de edifícios construído, motivador de discórdia entre estas duas figuras, era composto pela Alfândega, a Contadoria da Fazenda e a Casa da Moeda. Neste seguimento, o Porto pode afirmar que é das poucas cidades na Europa que ainda conserva estruturas portuárias medievais, como estas.<sup>11</sup>

A atividade mercantil expandia-se desmedidamente, em particular entre o século XIV e XV. Existiam imensos navios que, no Cais da Ribeira, partiam com azeite, vinho, couro, peixe, sal, mel e cera. Entre outros navios que chegavam, com madeira, especiarias, tâmaras, peles, tecidos, penas, resinas, inclusive diversos metais, como o chumbo, o ouro, a prata, o ferro e o estanho, e ainda materiais para a produção de naus, mastros e vergas.<sup>12</sup>

Dois eventos históricos importantíssimos para o legado deste centro histórico são a Conquista de Ceuta<sup>13</sup>, em 1415, por D. João I, e o nascimento do Infante D. Henrique, personagem fulcral nos Descobrimentos Portugueses, fruto da união entre D. João I e D. Filipa de Lencastre. Deste modo, a Casa do Infante é um espaço bastante significativo no CHP, pois foi aqui que nasceu o grande impulsionador dos Descobrimentos. Atualmente, a Casa do Infante alberga o Arquivo Histórico Municipal e a Biblioteca de Assuntos Portuenses, contendo ainda uma Sala de Exposições, uma Sala da Memória, um auditório e um museu.

“No século XVIII, a cidade monumentaliza-se. A riqueza vinda do Brasil, aliada ao comércio florescente permitiam o nascimento do barroco feito por artífices e artistas nacionais e estrangeiros, entre os quais se destaca Nasoni. As igrejas revestem-se internamente de talha dourada, o granito é trabalhado, o azulejo enriquece interiores e fachadas”.<sup>14</sup> O terramoto de 1755 originou outra perceção e uma maior atenção relativamente ao aspeto urbanístico, que se revelava deficiente e desorganizado. Desta forma, em 1762, revelou-se providencial a ação de João de Almada e Melo<sup>15</sup>, que ordenou o espaço que hoje dá pelo nome de Baixa do Porto. A sua ação foi de elevada importância, principalmente pela criação da Junta de Obras Públicas, que a partir deste

---

<sup>11</sup> Ibidem

<sup>12</sup> Ibidem

<sup>13</sup> A Conquista de Ceuta determina a ocupação dos portugueses da cidade islâmica de Ceuta, marcando o início dos descobrimentos, um ponto de viragem importantíssimo na história de Portugal.

<sup>14</sup> (Câmara Municipal do Porto e Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo 2000)

<sup>15</sup> João de Almada e Melo, nasceu no ano de 1703, teve uma longa carreira militar e foi o responsável pela reestruturação da Baixa do Porto, na segunda metade do século XVIII.

momento elaborou as normativas para a realização de novos projetos, expandindo notavelmente a cidade.

Com o inevitável aumento da população e as novas construções na cidade, no século XIX parte da muralha é demolida<sup>16</sup>. É igualmente nesta época que acontecem marcos bastante importantes na cidade, a nível social, económico, cultural e político. Grandes eventos a nível nacional foram a Revolução Liberal de 1820, o Cerco do Porto e a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891. A construção da Nova Alfândega, do Palácio da Bolsa e de três pontes de ferro (Ponte Pênsil, Ponte Maria Pia e a Ponte D. Luís I) são outros pontos consideráveis no progresso urbanístico que a cidade registou no século XIX.

O rápido crescimento e desenvolvimento do centro histórico, no início do século XX, promove uma saturação do tecido urbano, tornando visíveis as carências e deficiências das infraestruturas. Isto conduz a melhoramentos na cidade, criando-se em 1914 o “Plano de Melhoramentos e Ampliação da cidade do Porto”<sup>17</sup>. Registaram-se dez planos urbanísticos entre 1914 até 1962, ano em que foi desenhado o “Plano Diretor Municipal da Cidade”.

Desta forma, um dos aspetos mais relevantes da cidade do Porto, para os portuenses e para os turistas, é o centro histórico, lugar de visita obrigatória com as suas vistas panorâmicas singulares, resultado da complementaridade das ruas do Porto com o Rio Douro que nos levam até às alamedas de Gaia.

O Porto situa-se geograficamente no Litoral Norte do país, atualmente com cerca de 1.7 milhões de habitantes<sup>18</sup>, e é também o centro da Área Metropolitana do Porto, que contém 17 municípios e exerce extrema influência na bacia do Douro e nas áreas do Minho e do Vouga.

Nas últimas duas décadas, o Porto e o seu centro histórico foram agraciados com variados prémios e destaques culturais e turísticos, a nível nacional e internacional, como são exemplo as distinções no *World Travel Awards*, em diversas categorias, desde 2014 a 2020.

---

<sup>16</sup> Ideal Iluminista – cujo conceito de “cidade fechada” num perímetro cerrado ia contra os ideais deste movimento.

<sup>17</sup> Concurso lançado pelo vereador do Pelouro de Obras, Elísio de Melo, durante a I República.

<sup>18</sup> Portal da Área Metropolitanas do Porto - [http://portal.amp.pt/es/2/temac#FOCO\\_2](http://portal.amp.pt/es/2/temac#FOCO_2) (Consultado pela última vez a 18/06/2021)

## 2.1. Património da Humanidade pela UNESCO - 1996

Em 1993, inicia-se o processo de candidatura do Centro Histórico do Porto a Património Mundial pela UNESCO, do Centro Histórico do Porto. Três anos depois, a 5 de Dezembro de 1996, na cidade de Mérida, é atribuída a classificação ao centro histórico, “com o objetivo de recuperar, proteger, e defender a herança cultural e natural”.<sup>19</sup> Um dos critérios de classificação foi: “Excelente exemplo de um tipo de construção ou de um conjunto arquitetónico ou tecnológico ou paisagístico ilustrando um ou vários períodos significativos da história da Humanidade”.<sup>20</sup>

<b>Centros Históricos em Portugal inscritos como Património da Humanidade pela UNESCO</b>	
<b>Sítio inscrito</b>	<b>Ano da Classificação</b>
Centro Histórico de Angra do Heroísmo, Açores	1983
Centro Histórico de Évora, Évora	1986
Centro Histórico do Porto, Porto	1996
Centro Histórico de Guimarães, Braga	2001

*Figura 1 – Lista dos Centros Históricos em Portugal<sup>21</sup>*

A área classificada refere-se à área circunscrita pela muralha medieval, pela ponte D. Luís I e pelo Mosteiro da Serra do Pilar. A Zona de Proteção da área classificada no Porto prolonga-se de Massarelos até às Fontainhas, circundando o Hospital de Santo António, a Avenida da Liberdade, a Torre dos Clérigos e os Paços do Concelho.

Existiam inúmeras razões para o CHP ser classificado, mas a sua beleza e a sua história milenar foram sem dúvida dois dos focos importantes a considerar, e um dos fatores que motivaram a candidatura foi a necessidade de salvaguardar a autenticidade e a identidade do espaço. Eis enumeradas algumas das justificações presentes na candidatura à UNESCO:

<sup>19</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A 2010)

<sup>20</sup> Ibidem

<sup>21</sup> Elaboração própria, segundo adaptação do *site da UNESCO*

- “... deve ser salvaguardada a geografia física do local. Referimo-nos à margem do Douro, às colinas da Sé, da Vitória, das Fontainhas, referimo-nos aos vales do Rio Frio e do Rio da Vila...”
- “... deve ser salvaguardada a rede viária estabilizada ao longo de todos estes séculos de construção da cidade.”
- “... deve ser salvaguardada a estrutura dos quarteirões, resultado do tecido urdido entre percursos e construções.”
- “... devem ser salvaguardadas as áreas verdes que ainda existem, quer sejam públicas ou privadas, as quais pela sua exiguidade são já um bem extremamente raro.”
- “... devem ser salvaguardados todos os edifícios mais valiosos e mais expressivos, nomeadamente os inúmeros monumentos classificados, de interesse nacional ou concelhio.”
- “... devem ser salvaguardadas todas as construções cujo estado de conservação ainda admita a sua recuperação ou restauro.”
- “... devem ser salvaguardados todos os sítios onde poderão existir vestígios arqueológicos de valor, nomeadamente no percurso das duas muralhas (...) onde se encontram probabilidades de identificar a dimensão da presença humana na antiguidade.”
- “... devem ser salvaguardadas as adições que ao longo da História foram feitas ao tecido construído...”

A entidade responsável pela conservação do CHP, nesta época, foi a Câmara Municipal do Porto, através da CRUARB – Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira/Barredo – existente entre 1974 e 2003. Este era um serviço da autarquia do Porto, que continha instalações próprias e técnicos experientes na área. Na CRUARB, não se limitavam apenas a projetos de arquitetura e preservação, mas também apostavam em projetos de engenharia, com empenho na gestão e desenvolvimento de habitações, na resolução de problemas sociais e distribuição equilibrada dos serviços prestados aos cidadãos.<sup>22</sup> Desta forma, é possível compreender que a classificação do CHP nos anos noventa era não só uma porta para a preservação e salvaguarda de um

---

<sup>22</sup> (Loza 1993)



espaço tão único e singular, mas também um reconhecimento de todo o esforço e dedicação que até àquela altura tinha sido feito, em particular pela CRUARB.

## 2.2. Capital Europeia da Cultura - 2001

O programa “Capital Europeia da Cultura” é um projeto da União Europeia, que teve início em 1985, então designado “Cidade Europeia da Cultura”, até que em 1999 foi implementada a presente denominação “Capital Europeia da Cultura”. Este plano visa a nomeação e promoção de uma ou mais cidades europeias, pelo período de um ano, no qual a(s) cidade(s) escolhida(s) pode(m) demonstrar à Europa a sua riqueza e diversidade cultural, aumentando o sentimento de pertença dos cidadãos europeus a um espaço comum e fomentando a cultura para o desenvolvimento das cidades.<sup>23</sup>

Há vinte anos, o Porto dividiu o título de Capital Europeia da Cultura com Roterdão, segunda maior cidade da Holanda. Na cidade portuense, a cerimónia de inauguração teve lugar no Coliseu do Porto, a 13 de Janeiro de 2001.

Devido a esta distinção, a cidade do Porto pôde usufruir de um amplo projeto de transformações que duram até ao dia de hoje. Realizaram-se importantes intervenções em espaços públicos, como o centro histórico, a Batalha e a Cordoaria, assim como foi aumentada a oferta de parques de estacionamento, como é o caso do Palácio da Justiça e da Praça D. João I. Foi igualmente reorganizada a rede de estradas, com a abertura do Túnel de Ceuta, e ainda requalificadas um conjunto de edificações essenciais, através da melhoria ou criação de novos equipamentos culturais. Paralelamente, dois processos arquitetónicos de elevado valor foram também iniciados nas Antas e na Boavista.

Todavia, na sequência da realização deste evento, “o estado criou uma comissão instaladora que, em estreita colaboração com a CMP, definiu um programa de ação que foi muito para lá de uma componente estritamente cultural.”<sup>24</sup> Existia um objetivo de capitalizar o evento que se viria a realizar em 2001, em prol da cidade.

Consequentemente, foi criado a 31 de Dezembro de 1998, o “Porto 2001, S.A.”, “uma agência privada de capitais exclusivamente públicos (...), para conceber, planear,

---

<sup>23</sup> Website da Comissão Europeia - [https://ec.europa.eu/programmes/creative-europe/actions/capitals-culture\\_en](https://ec.europa.eu/programmes/creative-europe/actions/capitals-culture_en) (Consultado pela última vez a 18/06/2021)

<sup>24</sup> (Alves 2017)

desenvolver e executar todas as ações que integrassem o evento CEC ou que com eles se relacionassem no âmbito da requalificação urbana”.<sup>25</sup>

Os objetivos da Porto 2001 CEC foram os seguintes<sup>26,27</sup>:

❖ **Programa Cultural (13%):**

- Música (16%)
- Artes de palco (19%)
- Artes plásticas e arquitetura (17%)
- Animação da cidade (13%)
- Audiovisual e multimédia (10%)
- Pensamento, ciência e literatura (7%)
- Envolvimento da população (7%)
- Formação e produção (2%)

❖ **Infraestruturas Culturais (37%):**

- Casa da Música (42,4 milhões de euros)
- Museu Soares dos Reis (7,8 milhões de euros)
- Auditório Nacional de Carlos Alberto (5 milhões de euros)
- Biblioteca Almeida Garrett (3,7 milhões de euros)
- Convento de São Bento da Vitória (2,5 milhões de euros)
- Cadeia da relação - Centro Português de Fotografia (3 milhões de euros)
- Coliseu do Porto (1,4 milhões de euros)

❖ **Requalificação Urbana e Ambiental (37%):**

- Requalificação da Baixa (Zona Oeste A e B, Zona Central e Zona Leste A e B)
- Requalificação da zona envolvente da Capela da Nossa Senhora da Conceição
- Requalificação dos Caminhos do Romântico
- Requalificação da orla marítima da cidade (frente marítima do Parque da Cidade e Avenida Montevideu)
- Implantação do programa de acessibilidade e mobilidade para a baixa, nas zonas de intervenção do Porto 2021

---

<sup>25</sup> (Decreto-Lei Nº 408-B/98 – 31 de Dezembro de 1998)

<sup>26</sup> (Tribunal de Contas 2004a)

<sup>27</sup> Com percentagem ou valor em euros, do orçamento disponibilizada para cada sector

❖ **Revitalização Económica (13%):**

- Levantamento das condições e necessidades do comércio da baixa portuense, elaborada pela *Quatenaire Portugal*

A Casa da Música foi um dos projetos desenvolvidos no âmbito do programa do Porto CEC, em 2001, mas só foi inaugurada quatro anos mais tarde. Desenhada pelo arquiteto holandês Rem Koolhaas, a Casa da Música localiza-se na Boavista, a qual se tornou rapidamente uma das salas de espetáculos mais conceituadas no país, tendo já acolhido milhares de eventos e nos dias em que o silêncio prevalece, ficam as magníficas e brilhantes linhas, que desafiam a imaginação, para serem apreciadas. No entanto, esta maravilha cultural, em que o custo previsional da construção seria 33,8 milhões de euros, custou, na verdade, o triplo – ou seja, 99,45 milhões de euros.<sup>28</sup>

Este é um exemplo flagrante de como não foi feito um estudo aprofundado na decisão de construir tal equipamento cultural, tendo o Tribunal de Contas afirmado que esta foi uma “margem de erro que não é minimamente tolerável.” Para além disso, outro sinal acentuado de descuido e preocupação nos tempos de execução da obra é a sua tardia conclusão em 2005, ainda que fosse um dos objetivos para o evento CEC 2001.

Este reconhecimento cultural, que foi a CEC, gerou uma condecoração da cidade a longo prazo. Contudo, à época, não foi tão impactante como se previa. O objetivo de dinamizar a cultura no Porto e a criação de marcas que prevalecessem depois de 2001 não foram alcançados. Isto porque o turismo em comparação com o ano anterior apenas subiu cerca de 3%<sup>29</sup>, e as programações e atividades culturais previstas não foram suficientes para que houvesse um crescimento turístico. Esta situação aconteceu em grande parte porque as pessoas não conseguiram usufruir das infraestruturas intervencionadas ou então porque, como verificamos anteriormente com a Casa da Música, a infraestrutura não estava sequer acabada.

A realidade é que o planeamento e orçamento realizados foram claramente insuficientes. O primeiro orçamento realizado em 1999 previa um gasto de 182,3 milhões de euros, “e

---

<sup>28</sup> (Tribunal de Contas 2004b)

<sup>29</sup> PORDATA -

<https://www.pordata.pt/Portugal/Balan%c3%a7a+de+viagens+e+turismo+em+percentagem+do+PIB-2632> (Consultado pela última vez a 16/01/2022)

na última revisão, em Abril de 2001, coincidente com o evento, foi corrigido para 226 milhões de euros, mais 24% do que inicialmente orçamentado”.<sup>30</sup>

Roterdão, pelo contrário, utilizou estratégias diferentes e priorizou outras ações, pois uma vez que tinha o seu tecido urbano regenerado, não investiu tanto em infraestruturas como o Porto. O seu objetivo principal foi reforçar o retrato como cidade cultural, atuando fortemente nesse ponto. Ambas as cidades tiveram pouco tempo de preparação do evento, surgindo inclusive alguns problemas entre elementos da organização em Roterdão, mas os eventos realizaram-se apesar dos contratemplos, visto que os projetos eram simples e não eram muito numerosos. No Porto, os problemas envolveram atrasos de construções, que duraram todo o evento e se prolongaram pelos anos seguintes, podendo-se dizer que, aqui, a ambição toldou a cidade portuguesa. Em termos turísticos a cidade holandesa recebeu mais de 2 milhões de visitantes, enquanto a cidade lusitana recebeu mais de 1 milhão e 200 mil. Em contrapartida, o *site* oficial do Porto recebeu mais visitantes, com 11 milhões de acessos contra as apenas 350 mil de Roterdão. O total de eventos realizados em Roterdão foi de 524 e no Porto de 1959. No aspeto económico, Roterdão gastou um total de 34 milhões de euros e o Porto, como já mencionado anteriormente, mais de 226 milhões de euros.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> (Centeno 2013)

<sup>31</sup> (A. Lopes 2016)

### 3. Os Impactos das Classificações

As classificações conferidas à cidade invicta transformaram o Porto, em particular a classificação atribuída pela UNESCO. As distinções foram a catapulta da cidade para o mercado estrangeiro e para um investimento turístico-cultural, de conservação e preservação de monumentos, museus, edifícios históricos, igrejas, teatros e, certamente, do centro histórico.

Verificou-se a revitalização de espaços públicos e infraestruturas, assim como o nascimento de novos edifícios e meios de transportes. Simultaneamente, a criação de novos negócios de pequenas, médias e grandes empresas expandiu-se, por conseguinte, as ofertas de emprego amplificaram-se, principalmente as ofertas relacionadas com o turismo, o que proporcionou ainda mais vida e movimentação na metrópole.

A ligação que os portuenses sempre tiveram às artes e ao que é culturalmente decorrente da sua identidade, sempre esteve muito presente no quotidiano, levando a que cidade tivesse espetáculos, concertos ou exposições com bastante frequência. O mais relevante é que muitas das vezes estes momentos culturais aconteciam ao ar livre e em contacto direto com o público, o que criava um vínculo ainda mais forte com a audiência, fossem locais ou estrangeiros.

Como era de prever, não obstante todas as vantagens, nem todo balanço é positivo, pelo que ao longo dos anos certas consequências começaram a advir mais significativamente. A desertificação da cidade é, por exemplo, um dos grandes problemas que põe em causa a autenticidade e identidade do espaço, em particular a área do centro histórico. Apesar de ser uma situação que perdura há algumas décadas, nos últimos vinte anos tem-se intensificado, mais precisamente desde que o estatuto de Património da Humanidade foi atribuído à cidade.

Outra questão relevante são as alterações que se pretendem fazer em certas infraestruturas – classificadas como imóvel de interesse público ou inseridas dentro do centro histórico – que em alguns casos, chegaram mesmo a avançar. É necessário que decisões destas sejam tomadas com imensa consciência e responsabilidade, pois são mudanças que traduzem a mudança cultural de um espaço, de um povo. Mais à frente, abordarei estes temas aprofundadamente, com exemplos concretos.

### 3.1. Análise da Evolução Demográfica

No Centro Histórico do Porto, o declínio demográfico tem aumentado ano após ano, sendo vários os fatores que causam um despovoamento tão elevado. Segundo um inquérito realizado e presente na obra “*Estudo sobre o Despovoamento dos Centros Históricos na Rede Atlante*”, é possível concluir que as principais causas pelo afastamento populacional são:

- a degradação do parque habitacional e do edificado;
- as condições de habitabilidade;
- as tipologias dos fogos, assim como a falta de facilidades no edifício, como elevador e garagem;
- o ruído associado aos estabelecimentos de diversão noturna;
- a concorrência de outras funções (como o comércio ou serviços), que em algumas situações comporta existe a expulsão dos inquilinos por parte dos senhorios ou o aumento irrazoável da renda;
- as áreas suburbanas conseguem proporcionar uma oferta habitacional mais apelativa, com preços mais baixos;
- aumento da insegurança, da criminalidade e da mendicidade.

“O abandono e a conseqüente degradação dos edifícios do centro histórico podem, em determinadas situações, conduzir à sua substituição por novas estruturas edificadas, através de processos de renovação pontual ou de conjuntos mais ou menos extensos”.<sup>32</sup> Em todo o caso, a situação referida na citação é bastante invulgar num centro histórico. Isto porque o modelo de desenvolvimento urbano acarreta variados custos, como “custos sociais e económicos, que resultam do tempo gasto em deslocações (por exemplo: casa-emprego-lazer-serviços-compras), gastos ambientais, degradação do património edificado, solo urbanizado desaproveitado e ainda, custos acrescidos em novos solos, infraestruturas e construção do espaço urbano”.<sup>33</sup>

Durante a crise económica de 2008, o município aplicou medidas interessantes, de forma a atrair investimentos privados e estrangeiro, no mercado imobiliário, o que fez

---

<sup>32</sup> (Sousa, Magalhães, e Oliveira 2005)

<sup>33</sup> Ibidem

com que muitos dos edifícios degradados e abandonados fossem transformados em unidades hoteleiras, alojamentos locais ou residências para estudantes. Em alguns casos, estas intervenções ocorreram em edificações classificadas com valor histórico e/ou cultural inegável, como é o caso do “Quarteirão das Cardosas”. Este edifício, que já foi em tempos um mosteiro, foi demolido, deixando apenas erguida a fachada. Noutros casos, os residentes e negócios locais foram forçados a mudarem-se, devido aos valores das rendas que se tornaram insuportáveis, ou devido a arrendamento a estabelecimentos comerciais. Em certos casos, porque foram despejados e forçados a abandonar os espaços.<sup>34</sup> Este género de situações conduz a que a gestão do centro histórico tenha sido bastante criticada, como é possível verificar no último relatório técnico elaborado pelo ICOMOS, em 2018, onde mencionam “*several attacks on the integrity and authenticity*”<sup>35</sup> devido à perda de crescimento das “*characteristics of the fabric and the urban landscape, following massive demolitions of the historic buildings and new buildings, as well as a growing depopulation of the historic centre of Porto.*”<sup>36</sup>

Outro fator demográfico relevante é a contínua alteração de edifícios habitacionais - onde viviam populações locais – que rapidamente se converteram em alojamentos locais. Um estudo realizado pela plataforma *Airbnb* revela que, em sete anos, o número de alojamentos subiu de menos de 100 propriedades, em 2011, para mais de 11,000, em Maio de 2018. Destes números apresentados, 70% são apartamentos ou moradias completas, em que a maioria se localiza no centro histórico.<sup>37</sup>

De forma a colmatar a massificação do alojamento turístico e o défice de fogos, a Câmara Municipal do Porto, conjuntamente com o Porto Vivo, criou um projeto, denominado de “Porto com Sentido”. Este programa promove o arrendamento de alojamentos no centro da cidade a preços mais acessíveis, ajudando no pagamento da renda aos inquilinos, assim como a beneficiação aos senhorios de dois anos de renda adiantados. Na secção “Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana”, é possível encontrar um aprofundamento sobre este tema.

---

<sup>34</sup> “Estes impactos levaram ao descontentamento dos residentes e à criação de Organizações Sociais por parte dos residentes da cidade, como o “O Porto não se Vende!”, o “Direito à cidade!” e o “Núcleo de Moradores do Centro Histórico do Porto”. Estes têm como principal objetivo uma habitação acessível e lutam pelo fim dos despejos e têm feito algumas manifestações (...)”. (Oliveira 2019)

<sup>35</sup> Traduzido do inglês pela autora - “vários ataques à integridade e autenticidade”

<sup>36</sup> Traduzido do inglês pela autora - “características do tecido e da paisagem urbana, seguido de uma destruição massiva de edifícios históricos e novos edifícios, bem como um despovoamento crescente no centro histórico do Porto”

<sup>37</sup> (Fernandes et al. 2018)

Mais recentemente, em 2021, um relatório do ICOMOS identifica o CHP como “património em perigo” e lista quatorze intervenções no centro histórico que comprometem a sua preservação. Refere também que a área “sofre atualmente uma perda da sua integridade devido às demolições significativas de edifícios históricos em novas construções que afetam a paisagem urbana”, e que “a pressão crescente do turismo desde que o edificado se tornou Património Mundial fez diminuir em mais de 50% da população no centro histórico”.<sup>38</sup> Alguns dos exemplos que o ICOMOS deu foram a demolição de estruturas do século XVI e XVII, como o Convento dos Lóios e o Palácio das Cardosas, demolições de edifícios e interiores de antigos armazéns de vinho do Porto em Gaia, assim como a famosa Papelaria Araújo e Sobrinho. Menciona ainda que a construção de um restaurante panorâmico e de um mercado *Time Out* dentro da Estação de São Bento implica a demolição do interior da ala sul. Contudo, a DGPC e a Câmara do Porto não concordam com algumas das conclusões deste relatório, e inclusive a DGPC em 2019 garantiu à UNESCO que as reestruturações não afetariam “o valor universal excecional do Centro Histórico do Porto”.<sup>39</sup>

Esta controvérsia entre o ICOMOS, a DGPC e a autarquia local é um exemplo de como a gestão do património é um tema delicado, dominado por visões antagónicas acerca do melhor modo de proteger a identidade de um espaço, e revela quanto é fundamental a cooperação, para que se chegue ao bem comum e à salvaguarda de monumentos e edifícios culturais. Sendo que é também imprescindível proteger a classificação que foi atribuída ao centro histórico, não pondo em risco o estatuto de património mundial da humanidade, que tanta visibilidade deu à cidade quando esta era um território desconhecido pelo turismo, que como efeito consequente deu vida a uma cidade até então adormecida.

---

<sup>38</sup> (Jornal Publico 2021)

<sup>39</sup> Ibidem



### 3.2. Análise Social - Revitalização do Tecido Socioeconómico

Em termos sociais, o Porto sofreu várias mutações nos últimos anos. A Câmara Municipal do Porto tem-se empenhado para tentar solucionar ou colmatar algumas questões, muitas vezes através da criação de programas de apoio.

Socialmente há alguns pontos que precisam de mais atenção, relacionados em particular com pessoas idosas ou sem-abrigo, pessoas com deficiência, vítimas de violência doméstica, migrantes e minorias étnicas e famílias vulneráveis.

Portugal, assim como tantos outros países na Europa, tem registado profundas transformações demográficas, entre elas a redução da natalidade e o aumento da longevidade. Segundo o *site* “Porto.”, nos Censos de 2011 cerca de 30% da população residente tinha uma idade superior a 60 anos (74,090), e quase 31 mil pessoas com mais de 65 anos viviam sozinhas, o que representa quase 50% da população idosa. Desta forma, a autarquia local decidiu avançar com alguns projetos e apoios, nomeadamente o “Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas”, “Aconchego”, “O Porto é lindo!”. “Quem sou eu?”, “Porto amigo” e “Chave de Afetos”. Todos eles têm como objetivo o combate à solidão e ao isolamento de pessoas idosas, assim como uma maior inclusão das pessoas idosas na sociedade.

O projeto “Aconchego”, por exemplo, é um programa criado entre a CMP e a Federação Académica do Porto, em 2004, que dá resposta a duas necessidades: a de acolher estudantes do ensino superior e a de combater a solidão de pessoas idosas. Assim, enquanto “os idosos retribuem a companhia com alojamento, os estudantes compensam o alojamento, com companhia e apoio”<sup>40</sup> dividindo as despesas da habitação entre eles. No que diz respeito ao programa “O Porto é lindo!”, o objetivo é proporcionar às pessoas idosas uma ocupação durante o seu tempo livre. Este plano destina-se a pessoas maiores de 65 anos, e são desenvolvidas visitas guiadas temáticas em diferentes áreas, como a cultura, o património e o ambiente.

Relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo, este é um problema social gravíssimo, que se encontra também por toda a Europa. Neste momento, está em

---

<sup>40</sup> Citação de texto, presente no site Porto. - <https://coesaosocial.cm-porto.pt/pessoas-idosas/aconchego> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)

execução a ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2020-2023, que atua em dez aspetos<sup>41</sup>:

- Saúde
- Alojamento de longa duração
- Centro de alojamento temporário Joaquim Urbano
- Integração sócio profissional
- Capacitação e formação
- Rede de restaurantes solidários
- Participação em cidadania
- Capacitação em reforço de gestores de caso
- Equipa multidisciplinar
- Estrutura residencial de baixo limiar

Dentro do plano ENIPSSA, foi criado o NPISA- Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto, sob a orientação da CMP, com o intuito de elaborar uma análise social, projetar um plano e por fim ativar as respostas no âmbito dos sem-abrigo a nível municipal.

O Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano (CATJU) situa-se no Pavilhão Álvaro Pimenta, funciona 24 horas por dia, ininterruptamente todo o ano. Tem como propósito uma resposta provisória a pessoas que devido “às suas opções de vida, desestruturação pessoal, quer por processos de degradação do seu estado (de toxicoddependência, alcoolismo, doença psiquiátrica ou infecciosa), se encontram com necessidade de alojamento emergente”.<sup>42</sup> O projeto “Rede de Restaurantes Solidários” é outra fonte de apoio que possibilita uma refeição diária a pessoas em situações de exclusão social ou pobreza.

A Equipa Multidisciplinar é igualmente outra frente de ajuda, constituída por cinco técnicos, foi criada em 2017 e tem como intuito reforçar a sinalização e encaminhar os sem-abrigo em casos de emergência, assim como fortalecer a articulação entre várias organizações, criando assim soluções e respostas mais rápidas caso a caso. Esta equipa

---

<sup>41</sup> Citação de texto, presente no site Porto. - <https://coesaosocial.cm-porto.pt/pessoas-em-situacao-sem-abrigo/pessoas-em-situacao-sem-abrigo> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)

<sup>42</sup> Ibidem

foi também criada no plano de aquisição de serviços à SAOM<sup>43</sup> - Serviços de Assistência e Organizações de Maria, uma instituição privada que desenvolve ações solidárias e humanitárias, que ajudam e reinserem idosos, jovens e pessoas em situação de sem-abrigo.

No que concerne às pessoas com deficiência e à sua inclusão social, Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer, no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência. Segundo os Censos, em 2001 havia em Portugal 636 059 pessoas com deficiência<sup>44</sup>. Entretanto a classificação foi alterada para pessoas com incapacidade ou funcionalidade, e desta forma, segundo os Censos de 2011, há mais de um milhão e setecentas mil pessoas incapacitadas em Portugal das quais cerca de meio milhão destas pessoas não conseguem executar de todo uma ação (como ouvir, andar, memorizar, ver, tomar banho, compreender os outros ou fazer-se compreender)<sup>45</sup>.

Segundo um relatório do Observatório da Pessoa com deficiência, “99% dos alunos com deficiência frequentam o ensino regular” em 2017, “86% dos quais em estabelecimentos de rede pública”<sup>46</sup>. No entanto, o mesmo relatório defende que entre 2011 e 2016 o desemprego para a população geral desceu (18,8%), mas aumentou para a população com deficiência (26,7%), um indicador de exclusão relevante no país. No Porto existe um gabinete de inclusão, constituído por uma equipa pluridisciplinar, que tem como objetivo “promover a inclusão social de pessoas com deficiência, incapacidade ou necessidades especiais, garantir um atendimento personalizado e prestar o apoio necessário no estabelecimento de contactos, com outros organismos da Administração Pública, na área da deficiência e da reabilitação, com competência para a resolução das situações apresentadas, sempre que se justifique.”<sup>47</sup>

---

<sup>43</sup> Esta organização foi fundada por João Rebelo de Carvalho, em 1976, fundamentando a promoção de bem-estar em crianças e idosos e reinserindo socialmente pessoas vulneráveis à exclusão social, como toxicod dependentes e pessoas em situação de sem-abrigo. Fonte - <https://coesaosocial.cm-porto.pt/pessoas-em-situacao-sem-abrigo/equipa-multidisciplinar> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)

<sup>44</sup> PORDATA -

[https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%3a7%3a3o+residente+com+defici%3aaancia+segundo+os+Censos+total+e+por+tipo+de+defici%3aaancia+\(2001\)-1239](https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%3a7%3a3o+residente+com+defici%3aaancia+segundo+os+Censos+total+e+por+tipo+de+defici%3aaancia+(2001)-1239) (Consultado pela última vez a 06/01/2022)

<sup>45</sup> Notícia do Diário de Notícias - <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/02-dez-2018/-um-milhao-e-700-mil-portugueses-tem-incapaconte: idade-somos-uma-sociedade-inclusiva-10264748.html> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)

<sup>46</sup> Ibidem

<sup>47</sup> Site Câmara Municipal do Porto - <https://coesaosocial.cm-porto.pt/pessoas-com-deficiencia/gabinete-de-inclusao> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)

O projeto “(D)eficiência” é um dos planos da autarquia portuense, que pretende promover a empregabilidade das pessoas deficientes ou incapacitadas, estimulando e criando condições favoráveis à sua inserção no mercado laboral. Segundo o *site* “Porto.”, existem diferentes instituições que dinamizam e integram profissionalmente estas pessoas, nomeadamente: a APPC - Associação do Porto de Paralisia Cerebral, a Associação Salvador, a Associação Empresarial de Portugal, a Câmara Municipal do Porto, através da Divisão Municipal de Promoção e da Empregabilidade, e o IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional.

O programa “Golfe para todos”, também desenvolvido pela CMP é similarmente um projeto que pretende a inserção destes cidadãos, assim como a estimulação das suas capacidades físicas e psicomotoras. Este programa realiza-se na Quinta da Bonóia.

Em relação às vítimas de violência doméstica, segundo um relatório da APAV, entre 2013 e 2020, foram registados mais de 36 mil casos de violência doméstica, sendo que 85% das vítimas são mulheres e 13% são homens. Em pleno século XXI, isto reflete uma porção da sociedade retrógrada, desigualitária e sob um patriarcado. Perante este problema a CMP delineou um plano municipal de combate à violência de género e doméstica no município do Porto. Este plano pretende fomentar “uma cultura de igualdade, não discriminação e não violência, concertar, consolidar e divulgar conceitos e práticas promotoras da igualdade de género na lógica de prevenção dos diferentes tipos de violência e discriminação”.<sup>48</sup>

Numa análise mais económica, o poder de compra *per capita* desceu na cidade do Porto, encontrando-se em segundo lugar da tabela, atrás de Lisboa que se encontra em primeiro lugar. Entre 1993 e 2019 o poder de compra desceu na cidade do Porto, de 226,9% para 154%<sup>49</sup>, o que significa que a capacidade de adquirir bens e serviços decresceu exponencialmente.

Contudo, o município do Porto é um ponto muito importante na Península Ibérica, e estratégico na Europa, pelo volume de exportações da indústria portuguesa. Prova disso são os valores das exportações, que em 1993 eram de valor superior a 261 milhões de euros e em 2020 passaram para um valor superior a 885 milhões de euros<sup>50</sup>. No entanto, o valor mais impressionante é no concelho da Maia devido à zona industrial em que o

---

<sup>48</sup> (Município do Porto - Pelouro da Habitação e Coesão Social e Vereador Fernando Paulo 2019)

<sup>49</sup> Consultar anexo nº7

<sup>50</sup> Consultar anexo nº8

valor de exportações quadruplicou, sendo em 1993 mais de 384 milhões de euros e em 2020 de 1.487.100.784 de euros<sup>51</sup>.

A sua posição estratégica não permitiu apenas uma evolução no que se refere às exportações, mas também se consagrou num dos pontos turísticos mais atrativos da Europa, rejuvenescendo a economia local. Sendo a economia do Porto maioritariamente terceirizada, suportada pelos setores do turismo, comércio e saúde, a autarquia local tem como objetivo promover a atividade económica da cidade e da região como um todo, focando-se nos seguintes objetivos<sup>52</sup>:

- “Projetar o Porto nas principais plataformas de projetos e redes internacionais e promoção da internacionalização e da capacidade competitiva da economia na cidade;
- Captar investimentos e reforçar o tecido empresarial e ecossistema existente;
- Aumentar a criação de emprego e a formação, atração e retenção de talento;
- Induzir mais inovação, criatividade e espírito empreendedor nos portuenses;
- Monitorizar e capacitar o desenvolvimento sustentável da cidade tendo em consideração teres três dimensões nucleares: ambiental, económica e social”.

---

<sup>51</sup> Consultar anexo nº9

<sup>52</sup> Citação de texto, presente no site Porto. - <https://www.cm-porto.pt/economia/economia> (Consultado pela última vez a 09/12/2021)

#### 4. Património Cultural

O Património é um ponto cada vez mais sensível e importante, em particular quando é articulado com a identidade de um espaço. Tudo aquilo que retemos do passado é um símbolo do presente, que levamos para o futuro.

“... o património cultural é constituído por pedras mortas e por pedras vivas, por monumentos e tradições, o património imaterial, mas também pela natureza, pela paisagem e pela criação contemporânea, pelo valor acrescentado que adicionamos ao que recebemos das gerações que nos antecederam. A identidade exige a compreensão da memória, da vivência, da receção e da entrega, do receber e do dar. Uma identidade viva tem de ser disponível, aberta, rigorosa e apta a receber e a dar.”<sup>53</sup>

Em termos de legislação para a proteção e salvaguarda do património cultural, surgiram no século XX normas e leis que visavam a defesa do património. Vale a pena relembrar a importância da Carta de Atenas, de 1931, que defendia a conservação e restauro de monumentos, a qual, trinta e três anos mais tarde, se viu complementada com a Carta de Veneza, na qual se reconhece um novo conceito de monumento. Com esta progressão, foram estabelecidos novos princípios e novas categorias de bens a preservar, tais como os jardins históricos, paisagens culturais e centros históricos. Como resultado, foi possível encontrar formas justas de defender cada monumento, respeitando os seus materiais originais e a sua autenticidade. Outro ponto que merece atenção é a Convenção Cultural Europeia, que se realizou em Paris em 1954 e representa a base constitucional de uma cultura livre que promove um património cultural comum.

Um exemplo de proteção do património em Portugal é o Grupo Pro-Évora, a associação mais antiga na defesa do património, a qual nasceu em 1919, sendo uma das suas primeiras campanhas de proteção impedir a destruição das muralhas da cidade de Évora. Esta é apenas uma das ações tomadas pela associação pois ao longo das décadas a sua intervenção tem sido cada vez mais decisiva e importante na salvaguarda da cidade. Os seus esforços de preservação não foram em vão, visto que, em 1986, o Centro Histórico de Évora foi classificado pela UNESCO como Património da Humanidade.

---

<sup>53</sup> (Martins 2020)

A percepção de identidade em termos culturais é, geralmente, muito diferente de indivíduo para indivíduo. Onde para algumas pessoas é importante a valorização de um monumento ou edifício histórico, uma peça de artesanato ou uma loja centenária, para outras pessoas é importante a manutenção de um conjunto de tradições festivas, o dialeto de uma cidade ou um espaço específico (como por exemplo, a Ribeira, no Porto). Não é que, no conjunto de todos estes exemplos, algum seja mais ou menos importante do que outro, mas sim porque cada pessoa tem perspetivas diferentes sobre o que é realmente importante para si, tornando todos estes conceitos bastante flexíveis. Esta diferença na perspetiva de cada indivíduo pode ter diversas causas, tais como o meio onde cresceu, os costumes que possam ter sido transmitidos na comunidade, os gostos pessoais de cada um ou até a incapacidade física de uma pessoa. Por exemplo, a filigrana é uma peça fundamental na cultura minhota, assim como na restante região Norte do país, no entanto, na região Algarvia, essa influência não está presente, ao contrário da olaria, que é bastante reconhecida na zona sul do país.

#### 4.1. Eventos e Tradições

O centro do Porto alberga inúmeros eventos culturais ao longo do ano, que permitem a concretização de uma programação diversificada e atrativa. Nem sempre foi assim, no entanto a autarquia e o departamento cultural incrementaram ao longo dos anos uma panóplia de eventos, não esquecendo, logicamente, os acontecimentos mais tradicionais da cidade.

Alguns dos eventos mais importantes são<sup>54</sup>:

- Fantasporto – Festival Internacional de Cinema do Porto
- FITEI – Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica
- Desfile anual de Carros Elétricos
- Festival Anual de Música do Palácio da Bolsa
- PoNTi – Porto. Natal. Teatro. Internacional
- *Red Bull Air Race*
- Essência do Vinho
- Dia Nacional do Centro Histórico

---

<sup>54</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A 2010)

- Festa de S. João
- Festa de S. Pedro de Miragaia
- Festa da Senhora do Ó
- Festa de S. Nicolau

As festividades realizadas em honra dos santos padroeiros são alguns dos eventos mais carismáticos, pois fazem parte de uma herança local que está profundamente viva nas famílias portuenses. Destas festas, é possível esperar romarias, música, bailes populares, procissões e arraiais, e em alguns casos certas celebrações que se tinham perdido durante várias décadas foram revitalizadas no século XX.

No entanto, e como referido anteriormente, existem outros eventos de grande importância, para além das festas populares: o “Fantasporto”, por exemplo, que é o maior festival de cinema em Portugal; a “Essência do Vinho”, que conjuga uma experiência de vinhos de todo o mundo num só espaço; o “*Red Bull Air Race*”, um espetáculo de acrobacias aéreas que atrai mais de um milhão de pessoas ao centro histórico; e ainda o “PoNTi”, que promove o teatro contemporâneo. Este último evento foi incentivado pelo Ministério da Cultura, sendo o Teatro Nacional de S. João a entidade responsável pelo projeto.

#### 4.2. Museus, Monumentos e Edifícios Históricos

O Centro Histórico do Porto está repleto de edifícios históricos e monumentos ilustres, todos de imensa importância. Este centro compreende igualmente um conjunto de espaços museológicos com uma oferta bastante equilibrada, contando desta forma dois núcleos museológicos, um arqueossítio, uma Casa-Museu, cinco igrejas (todas visitáveis), para além de um museu e ainda outros espaços de carácter histórico-cultural<sup>55</sup>.

Conforme mencionado supra, os exemplos museológicos mais importantes que o centro histórico contém são:

- A Casa-Museu Guerra Junqueiro

---

<sup>55</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A 2010)



- O Núcleo Museológico Casa do Infante
- O Núcleo Museológico da Santa Casa da Misericórdia do Porto
- O Arqueossítio
- O Museu de Arte Sacra e Arqueologia
- A Igreja dos Clérigos
- Museu Nacional Soares dos Reis
- Tesouro da Sé
- Museu do Vinho do Porto
- Palácio da Bolsa
- Centro Português de Fotografia
- Teatro Nacional São João

Todos os locais mencionados são bastante particulares, sendo cada um deles marcado pela sua singularidade, seja em termos de espaço que de significado histórico e cultural. Consequentemente, podemos encontrar no centro histórico uma panóplia museológica, desde arte sacra, escultura, arquitetura, pintura, joalheria, cerâmica, fotografia, tendo a maioria séculos de história, exceto a Casa do Infante e o Arqueossítio, com uma história milenar.

A valorização museológica também cresceu na cidade: entre 2000 e 2019 o número de museus aumentou de 11 para 18<sup>56</sup>, assim como o número de visitantes entre 2012 e 2019, pois o valor subiu de 1 milhão e 653 mil pessoas para 3 milhões e 661 mil pessoas. Num período de sete anos, a adesão aos museus mais do que duplicou.<sup>57</sup>

No que diz respeito a monumentos e edifícios históricos, o Porto é um local repleto, tal como se pode constatar nos anexos V e VI do livro “Porto a Património Mundial”. Eis alguns dos mais emblemáticos:

- Palácio da Bolsa
- Mercado do Bolhão
- Casa da Música
- Câmara Municipal do Porto

---

<sup>56</sup> Consultar o gráfico Nº10

<sup>57</sup> Consultar o gráfico Nº11

- Edifício da Reitoria da Universidade do Porto (E Museu)
- Torre Medieval
- Estátua de D. Pedro IV
- Palácio do Freixo
- Igreja do Carmo e das Carmelitas
- Coliseu do Porto
- Teatro Rivoli
- Igreja dos Congregados
- Jardim Botânico
- Livraria Lello & Irmão
- Fundação Serralves

#### 4.3. Património de Valor Singular no Centro Histórico do Porto

O Porto, assim como qualquer outro centro histórico, contém uma identidade própria, como uma impressão digital que o distingue e individualiza. Todos os edifícios, monumentos, estátuas, ruas, museus, são cenário de uma história especial, que fazem do Porto como uma cidade tão única e peculiar. Passo a enumerar<sup>58</sup> algumas construções de valor patrimonial, muitas delas classificadas como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público ou Imóvel de Interesse Municipal. Estes edifícios foram maioritariamente seleccionados com base num roteiro que elaborei, por solicitação profissional de um alojamento local portuense.<sup>59</sup>

- ❖ Avenida dos Aliados e Praça da Liberdade
- ❖ Estação Ferroviária de São Bento
- ❖ Palácio da Bolsa
- ❖ Casa do Infante
- ❖ Sé Catedral e Bairro da Sé
- ❖ Torre e Igreja dos Clérigos
- ❖ Ribeira do Porto
- ❖ Ponte D. Luís I

---

<sup>58</sup> Segundo a candidatura do Porto a Património Mundial, estão classificados cerca de noventa e cinco imóveis de interesse patrimonial.

<sup>59</sup> Para uma total descrição de cada um dos espaços dentro do Centro Histórico, verificar o Anexo IV.

- ❖ Muralha Fernandina
- ❖ Igreja de São Francisco
- ❖ Mosteiro da Serra do Pilar
- ❖ Passeio das Virtudes
- ❖ Alfândega do Porto
- ❖ Mosteiro de São Bento da Vitória
- ❖ Teatro Nacional São João

Existem ainda outros pontos atrativos na cidade do Porto, como é o caso da zona nordeste, onde no mesmo perímetro é possível encontrar a Rua de Santa Catarina, com acesso rápido à Capela das Almas, ao Majestic Café, ao Mercado do Bolhão e ao Coliseu do Porto. Perto da Torre do Clérigos, descobre-se a um minuto de distância a Livraria Lello & Irmão, a Rua das Galerias Paris, a Reitoria do Porto, com a Igreja do Carmo e das Carmelitas ao lado, e ainda o Mosteiro e Miradouro da Vitória, onde também se localiza o Centro Português de Fotografia. O carro elétrico permite uma perceção diferente da cidade, já que este meio de transporte liga todas as zonas mencionadas, inclusive a Zona Ribeirinha à Foz do Douro. Alguns dos mais importantes museus nesta área são o Museu de Arte Contemporânea, em Serralves, o Museu Soares dos Reis e o Museu do Vinho do Porto. Um pouco mais distante do centro, situa-se o Palácio de Cristal e a Rua Miguel Bombarda repleta de Galerias de Arte, e a Casa da Música.

#### 4.4. Salvaguarda do Património Cultural – Políticas Públicas

Ao longo dos anos foram criados programas que respondem à necessidade de conservação e preservação dos centros históricos. No que respeita ao Centro Histórico do Porto, podemos mencionar três projetos importantes para a reabilitação urbana, nomeadamente o *Masterplan*, o Plano de Gestão e o *Atlas World Heritage*.<sup>60</sup>

Conforme o delineamento desta zona de intervenção, foram realizados estudos, pelo “Porto Vivo” para compreender quais as medidas que seriam necessárias para desenvolver o centro histórico:

---

<sup>60</sup> (Organista 2016)

1) Um destes estudos levou à criação do *Masterplan* (2005), formulado pelo Porto Vivo. Trata-se de um projeto de reabilitação da Baixa Portuense, no qual se definem quais as metas a atingir. Eis os objetivos que foram definidos<sup>61</sup>:

- A Re-habitação da Baixa Portuense
- A Revitalização do Comércio
- A Dinamização do Turismo, Cultura e Lazer
- O Desenvolvimento e Promoção do negócio na Baixa do Porto
- A Qualificação do Domínio Público

O mais recente *Masterplan* foi realizado em 2019 e foca-se apenas na zona oriental do Porto. Os objetivos implementados destacam-se na mobilidade, na habitação, na atração de investimento, no espaço público, no património cultural e na promoção do ambiente urbano<sup>62</sup>.

“O Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto”, aprovado pela UNESCO em 2010, é, na verdade, uma das obras que proporcionou um enorme suporte na elaboração desta dissertação. Deste modo, torna-se imperativo mencionar o trabalho e o estudo que foram realizados. Esta é uma obra que não só orienta e planifica toda a gestão da área classificada como Património Mundial, como retrata um planeamento de preservação e salvaguarda do CHP, assim como foi um dos grandes catalisadores do desenvolvimento do Porto. De uma forma sucinta, os principais eixos definidos pelo Plano de Gestão são (Organista 2016):

- Preservar e restaurar o património edificado e requalificar o espaço público
- Motivar os integrantes (residentes, visitantes, trabalhadores) do CHP na defesa e promoção do seu valor patrimonial
- Enfatizar a importância do Rio Douro como elo fulcral na vivência entre as duas margens que se inserem na designação de Património Mundial
- Ajudar na proporção de uma experiência turística excelente do centro histórico

---

<sup>61</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A 2010)

<sup>62</sup> (Quatenaire Portugal 2019)

2) O *Atlas World Heritage – Heritage in the Atlantic Area: Sustainability of the urban world heritage sites*<sup>63</sup>, é um projeto financiado pelo INTERREG – Atlantic Area<sup>64</sup>, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que pretende “criar uma rede de trabalho entre os Sítios Património Mundial, contribuindo ainda, para a revisão do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial que tem vindo a ser desenvolvido pela Porto Vivo, SRU, em articulação com a Câmara Municipal do Porto”<sup>65</sup>, expondo desafios comuns a todos que estejam relacionados com a proteção da identidade de cada local. A rede conta com a participação dos seguintes centros históricos:

- Centro Histórico do Porto, Ponte D. Luís I e Mosteiro da Serra do Pilar
- Centro Histórico de Florença
- Santiago de Compostela – *Old Town*
- Edimburgo – *The Old and New Towns*
- Bordéus – Porto da Lua

O objetivo foi desenvolver estudos destes centros históricos, sessões de trabalho, formação de profissionais e ações comunitárias, entre Dezembro de 2017 e Novembro de 2020, que permitiram a estas cinco áreas alcançar novos sistemas de Planos de Gestão e Sustentabilidade, estimulando assim cada centro histórico para um desenvolvimento económico e cultural orientado.

Este projeto internacional é liderado pelo Porto e, segundo um artigo do jornal *Porto*, a União Europeia selecionou a cidade portuense como um dos melhores exemplos de boas práticas na defesa do Património Mundial.<sup>66</sup>

Para além das medidas e projetos mencionados, tem existido um contínuo crescimento e valorização do património cultural e das atividades inerentes na cidade portuense. Prova disso são os dados disponibilizados pelo INE e pelo PORDATA, que demonstram que a autarquia aumentou o investimento na cultura e no desporto de 6 mil e 500 euros anuais para 15 mil euros, entre 1995 e 2012<sup>67</sup>. Um incremento semelhante existiu entre 2012 e

---

<sup>63</sup> Traduzido do inglês pela autora: Centros Históricos em Mudança – Perspetivas sobre o Património Mundial no Espaço Atlântico

<sup>64</sup> INTERREG – Atlantic Area, compõe um conjunto de programas que desenvolve regiões dentro da União Europeia.

<sup>65</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A. 2020b)

<sup>66</sup> Artigo do Jornal Porto - <https://www.porto.pt/pt/noticia/projeto-liderado-pelo-porto-e-exemplo-mundial-na-defesa-do-patrimonio> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)

<sup>67</sup> Consultar o gráfico N°12

2019, em que a Câmara Municipal do Porto passou de um investimento anual de 15 mil euros em 2013, para um investimento de 23 mil euros em 2019<sup>68</sup>.

O incremento do número de recintos para a realização de eventos culturais também foi significativo, subindo de 12 para 16 entre 1999 e 2019, assim como o número de sessões de espetáculos ao vivo, que na cidade do Porto passou de 515 para 3217 entre 2002 e 2019, segundo os dados do INE disponíveis nos gráficos Nº 11 e 12.

A reabilitação de alguns edifícios como o Cinema Batalha e o Teatro Nacional São João é muito relevante para a conservação da cultura no Porto, para que se mantenha viva a sétima arte, o teatro, as exposições e eventos culturais, que promovam não só a cidade, como a arte.

O Cinema Batalha, após dois anos de intervenções, foi reaberto ao público. A reabilitação do icónico edifício custou cerca de 4 milhões de euros à Câmara Municipal do Porto, visto que a autarquia arrendou o edifício aos proprietários e se encarregou da sua requalificação. O Cinema Batalha, que está classificado como Monumento de Interesse Público, passa agora a ser intitulado “Batalha Centro de Cinema”<sup>69</sup>.

O Teatro Nacional de São João foi igualmente intervencionado, sendo um edifício com cem anos e que esteve fechado desde Janeiro do ano de 2020, devido ao confinamento e às obras de reabilitação no valor de 2.55 milhões de euros (com participação no programa NORTE 2020). Reabriu em Outubro, após uma grande intervenção, considerada bastante importante para os próximos 25 anos do teatro, cuja melhoria das “condições de segurança e de acesso ao edifício” foi a prioridade, assim como a “atualização do parque técnico e o reforço da programação artística”<sup>70</sup>.

Outra intervenção bastante relevante que se iniciará em 2022, é a reabilitação do Coliseu do Porto, estimando-se que as obras de recuperação tenham um valor 3,5 milhões de euros, sendo que a autarquia do Porto e o Ministério da Cultura irão assumir em partes iguais o custo das obras.<sup>71</sup>

---

<sup>68</sup> Consultar o gráfico Nº13

<sup>69</sup> (Paulo 2021)

<sup>70</sup> (Diário de Notícias 2021)

<sup>71</sup> Website Porto. - <https://www.porto.pt/pt/noticia/camara-do-porto-e-ministerio-da-cultura-assumem-obras-de-reabilitacao-do-coliseu-no-valor-de-35-milhoes-de-euros> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)

Em modo de conclusão deste tema, não poderia deixar de mencionar o mítico Mercado do Bolhão que, assim como o Coliseu do Porto, não faz parte do centro histórico. Contudo, ambos têm uma grande importância histórica e cultural. Este é um edifício de uma valia patrimonial tão grande que, desde que foi iniciada a sua intervenção em 2018, uma parte do Porto esmoreceu. Passaram cerca de cinco anos desde que o mercado foi transportado temporariamente para outro sítio, o que para os portuenses tem um impacto significativo, já que era como entrar num mundo rural dentro de uma cidade cosmopolita. Citando um autor portuense, “Quando um portuense fala do Bolhão, não é só do Bolhão que fala”<sup>72</sup>, aquele é um espaço identitário da cidade e dos portuenses, completo de património humano, intangível. O término da reabilitação do edifício está para breve, visto que a CMP prevê que as obras terminem no primeiro trimestre de 2022. A recuperação do espaço teve um impacto financeiro de cerca de 23 milhões de euros.

---

<sup>72</sup> (Correia Pinto 2021)

## 5. Património Arquitetónico

A nova corrente de pensamentos sobre a salvaguarda do património arquitetónico, e também arqueológico, que surgiu no século XX com o Conselho da Europa e com a UNESCO, resultou na criação de uma nova Lei de Bases do Património Cultural – a Lei nº.107/2001, de 8 de setembro, que assenta em dois grandes pilares, a inventariação e classificação.<sup>73</sup> Esta nova lei veio substituir a primeira Lei de Bases do Património Cultural Português, Lei nº. 13/85, de 6 de julho, que se apoiava em fundamentos e conceções tradicionais sobre o património (também promulgados pelas mesmas entidades acima mencionadas), que remontavam aos inícios do século XX e eram consideradas leis difíceis de colocar em prática.

Em 2001, quando a nova lei de bases foi implementada, os dois organismos responsáveis pela salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico eram o IPPAR- Instituto Português do Património Arquitetónico, e o IPA – Instituto Português de Arqueologia. Passados seis anos, estes dois organismos foram fundidos, dando origem ao IGESPAR, I.P. (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico). Foi nesse mesmo ano que surgiram as Direções Regionais de Cultura do Norte, Centro, Algarve e Alentejo, e de Lisboa e Vale do Tejo, “com competências instrutórias na proteção do património cultural”<sup>74</sup>. A partir de 2012, a salvaguarda do património passou a depender apenas de uma só entidade, a Direção Geral de Património Cultural.

Relativamente aos bens imóveis, estes podem pertencer às seguintes categorias:

*Monumentos:* todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;

*Conjuntos:* agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica;

*Sítios:* obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objeto de

---

<sup>73</sup> (F. Lopes 2012)

<sup>74</sup> *ibidem*



uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico;<sup>75</sup>

Os bens imóveis culturais passam por procedimentos de inventariação<sup>76</sup> e classificação<sup>77</sup>, como já mencionado anteriormente, e podem apresentar-se como sendo de interesse nacional, público, regional (nos casos das duas regiões autónomas), ou municipal. A posição de salvaguarda do património arquitetónico pode ser involuntariamente antagónica, pois como este património pode ser utilizado, a sua proteção pode, em certas situações ser favorecida. No sentido em que, algum património arquitetónico estando localizado no centro de cidades ou tendo uma conotação histórica mais relevante pode ser submetido a intervenções com mais frequência ou ser usado como espaço de promoção cultural, como núcleo museológico ou espaço de animação turística por exemplo. No entanto, em outras situações, os bens são encontrados num estado de degradação avançado, por falta de uso. É necessário preveni-lo, para que os imóveis não percam o potencial de se reinventarem, seja na função original ou com outro propósito (por exemplo como hotel ou pousada, albergando pessoas e/ou eventos, ou como restaurante ou museu). Inclusive há alguns anos atrás, o governo criou um projeto, intitulado REVIVE, que promove “o investimento privado para o desenvolvimento de projetos turísticos, através da concessão da sua exploração por concurso público”<sup>78</sup>. Desta forma, os imóveis públicos com valor patrimonial que não estão a ser usufruídos pelas comunidades podem ser reaproveitados ou conservados, sendo-lhes dada uma função lucrativa com vocação turística. Algumas das empresas que apostaram neste programa foram o Grupo Visabeira, o Grupo Vila Galé e Luxi Mundi. Normalmente, o período de concessão dura cinquenta anos e é estabelecida uma renda anual à empresa privada.

---

<sup>75</sup> Conceitos estabelecidos na «Convenção para a salvaguarda do património arquitetónico da Europa», aprovada em Granada (Espanha), em 1985;

<sup>76</sup> Inventariação – Requer um levantamento exaustivo, sistemático e atualizado dos bens culturais; (F. Lopes 2012)

<sup>77</sup> Classificação – É o ato final em que se determina se um bem possui valor cultural inestimável e também “o ato em que se submete esse bem ao regime jurídico do património cultural”; (F. Lopes 2012)

<sup>78</sup> Website REVIVE - <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/guiao-tecnico> (Consultado pela última vez a 22/11/2021)

## 5.1. Planos de Reabilitação Urbanística e do Edificado

Atualmente, a proteção e preservação dos centros históricos são esforços significativos para que os centros se mantenham salvaguardados, e a memória e o testemunho de antepassados sejam respeitados. No entanto nem sempre foi assim. A preocupação com a questão urbanística e territorial, em particular dos centros históricos das cidades europeias, por parte da União Europeia, só surgiu com algum relevo a partir dos anos noventa. Prova disso é o surgimento simultâneo da Declaração Europeia dos Direitos Urbanos e a Carta Urbana Europeia, ambas aprovadas em 1992 e advindo na sequência da Conferência Europeia de Cidades, realizada em 1990 em Estrasburgo.<sup>79</sup> A Carta Urbana Europeia tratava problemas urbanos locais com orientação à preservação da qualidade de vida, pelo que “a cidade deve representar um equilíbrio entre a modernidade e a conservação do património histórico; dar espaço ao novo sem destruir o antigo; apoiar o princípio do desenvolvimento sustentável. Uma cidade sem o seu passado é como um homem sem memória.”<sup>80</sup>

A Declaração Europeia dos Direitos Urbanos<sup>81</sup> considerava que o exercício dos direitos propostos deveria basear-se na solidariedade e na cidadania responsável. Desta forma, os cidadãos europeus detinham vinte direitos fundamentais, no qual se incluíam a segurança, mobilidade, saúde, cultura, igualdade, entre outros.

Em Maio de 1992, na sequência do acordo entre Portugal e a Comunidade Europeia, devido ao EEE - Espaço Económico Europeu, foram criados programas de reabilitação urbana, designados de URBAN e URBAN II. Estes programas pretendiam soluções relativas a problemas sociais, atuando, desta forma, não só nos centros históricos, como em bairros sociais, tentando alcançar todas as necessidades da população residente.

Em 1999, a União Europeia aprova o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário, um plano urbano em que a evolução das zonas urbanas e rurais, os transportes e o património cultural e natural eram o foco principal. No seguimento deste Esquema, a Comissão Europeia desenvolveu a Agenda de Coesão Territorial e, fazendo face às vicissitudes territoriais que os estados-membros enfrentaram, a União Europeia

---

<sup>79</sup> (Organista 2016)

<sup>80</sup> (Carta Urbana Europeia, 1992)

<sup>81</sup> Declaração Europeia dos Direitos Urbanos - *The European Declaration of Urban Rights*; - <https://rm.coe.int/168071923d> (Consultado pela última vez a 30/08/2021)

implementou também o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão.

Em Portugal, houve um crescimento da consciência urbanística, e deste modo foram criados programas de apoio e recuperação de áreas urbanas que necessitavam de regeneração. Alguns dos programas mais importantes foram: PRAUD<sup>82</sup>, RECRIA<sup>83</sup>, REHABITA<sup>84</sup>, RECRIPH<sup>85</sup>, SOLARH<sup>86</sup>.

O PRAUD foi criado em 1988, tendo como principal objetivo a renovação e, por conseguinte, a reabilitação de áreas urbanas degradadas. Era um projeto que se subdividia em dois pontos, O PRAUD- GTL, que proporcionava apoio aos Gabinetes Técnicos Locais e o PRAUD-OBRAS, que se direcionava para os projetos de reabilitação de áreas urbanas degradadas, desenvolvidos pelas autarquias, em espaços públicos e/ou em edifícios com identidade histórica e/ou cultural.<sup>87</sup>

O RECRIA, por sua vez, é um programa cujo foco principal é o financiamento de execução de obras de conservação, a fogos e imóveis em estado de degradação<sup>88</sup>. Este plano é importante, visto que cria um efeito de mudança na reabilitação destes imóveis, promovendo indiretamente a criação de condições económicas e a dinamização do mercado de arrendamento, melhoria de condições de habitabilidade.

REHABITA é um projeto com fundamentos semelhantes ao projeto original RECRIA, destinado ao financiamento de operações de reabilitação urbana nos centros históricos, ação levada avante pelas autarquias locais.

Outro programa que apoia financeiramente a execução de obras de conservação e beneficiação é o RECRIPH. No entanto, este plano é diferente no sentido em que os imóveis são constituídos em regime de propriedade horizontal. Ou seja, o acesso a este “regime está restrito às administrações de condomínio e aos condóminos de edifícios que tenham sido construídos até à data de entrada em vigor do RGEU<sup>89</sup>, aprovado pelo

---

<sup>82</sup> Programa de Recuperação de áreas Urbanas Degradadas

<sup>83</sup> Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

<sup>84</sup> Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas

<sup>85</sup> Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

<sup>86</sup> Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação

<sup>87</sup> (Esperança de Carvalho 2011)

<sup>88</sup> Website Reabilitação Urbana - <https://directhit.blogs.com/reabilitacaourbana/recria.html>

(Consultado pela última vez a 30/08/2021)

<sup>89</sup> RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas

D.L. nº 38 383, de 1951, ou após essa data, os que tenham Licença de Utilização emitida até 1 de Janeiro de 1970. Num outro cenário, podem também usufruir deste programa os edifícios que sejam compostos pelo menos por quatro frações autónomas, “podendo uma delas ser afectada ao exercício de uma atividade de comércio ou pequena indústria hoteleira.”<sup>90</sup>

O SOLARH, revela-se como um “projeto de solidariedade”, no sentido em que permite a concretização de empréstimos sem juros, pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, para a realização de obras de conservação, quando o agregado familiar tem rendimentos baixos.

Um dos projetos realizados no CHP que constitui uma das intervenções mais positivas dentro desta área foi o projeto-piloto do bairro da Sé, em 1994, que foi financiado pela Comissão Europeia apontava para um novo conceito de renovação urbana e social em zonas degradadas. As linhas de intervenção foram as seguintes<sup>91</sup>:

- Valorização cultural e conservação do património
- Renovação do ambiente urbano e infraestruturas
- Apoio e ação social
- Dinamização económica e turismo – renovação do comércio local, atração de novos comerciantes, criação do centro de animação e informação turística
- Realização do plano pluri-anual de renovação do bairro da Sé

Segundo o “Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto”<sup>92</sup> em 2010, foram planeados vários projetos de reabilitação do edificado em vários pontos da cidade, tais como:

- Requalificação do Património de Valor Singular
- A conservação e manutenção da Ribeira e Barredo
- A reabilitação do edificado:
  - Operação Sé
  - Operação Santa Clara
  - Operação São Bento
  - Operação Avenida da Ponte

---

<sup>90</sup> Website Reabilitação Urbana - <https://directhit.blogspot.com/reabilitacaourbana/recrph.html> (Consultado pela última vez a 30/08/2021)

<sup>91</sup> (Sousa, Magalhães, e Oliveira 2005)

<sup>92</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A 2010)

- Operação Clérigos
- Operação Vitória
- Operação Mouzinho da Silveira e das Flores
- Operação Taipas
- Operação São Francisco

As operações de reabilitação, como as mencionadas acima, são renovadas periodicamente a fim de conservar o património edificado. Hoje em dia, essas áreas encontram-se maioritariamente revitalizadas. A requalificação do património de valor singular tinha como objetivo a dinamização e valorização do património cultural e a reestruturação de imóveis de valor singular, como a Igreja de Santa Clara, São João Novo, São Bento da Vitória e a Igreja e Torre dos Clérigos.

A operação de conservação e manutenção da Ribeira e Barredo, para além da revitalização do edificado, teve também como intuito a requalificação das atividades comerciais, atrair novos residentes e valorizar os padrões de cidadania.

## 5.2. Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana

O Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A, era uma empresa de capitais públicos do Estado (IHRU<sup>93</sup>), no qual Câmara Municipal do Porto entrava como acionista minoritária. Atualmente é uma empresa local, de natureza municipal, segundo os termos do artigo 19º da Lei Nº50/2012, de 31 de Agosto.

As sociedades de reabilitação urbana gerem-se através de empresas municipais ou do Estado Central (consoante a maioria do capital). Estas sociedades, além da responsabilidade de promover o edificado urbano, têm outras competências, tais como, o licenciamento e autorização de operações urbanísticas, operações de realojamento, fiscalização de obras e expropriação de bens imóveis, assim como os direitos a eles inerentes destinados à reabilitação urbana.<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

<sup>94</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A 2010)

É importante mencionar que, antes do Porto Vivo, a organização de ação mais decisiva no centro histórico era a CRUARB, que tinha como filosofia de intervenção os seguintes objetivos:

- Manter a população enraizada e melhorar as condições de vida
- Revitalizar a zona ribeirinha
- Realizar um plano de urbanização e eleger projetos bem estruturados que respeitassem os critérios patrimoniais da UNESCO
- Atrair investimento para o comércio tradicional e local
- Qualificar o espaço público
- Erradicar os fenómenos de criminalidade
- Sensibilizar a população para o processo de reabilitação e integrar a estratégia de reabilitação do CHP na política principal da cidade

A Porto Vivo tem como missão conduzir a reabilitação urbana da cidade do Porto, que pode ser realizada através das seguintes vias<sup>95</sup>:

- “coordenação e gestão da reabilitação nas unidades de intervenção com documentos estratégicos aprovados”;
- “coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação das operações de reabilitação urbana aprovadas na cidade do Porto, em que a Porto Vivo, SRU, seja designada entidade gestora, nos termos do disposto no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, na sua versão atualmente em vigor”;
- “reabilitação dos edifícios do parque habitacional da cidade, identificados na estratégia municipal de habitação do Porto, com exclusão dos edifícios destinados à habitação de interesse social, designadamente através da construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e gestão dos edifícios destinados à habitação a custos acessíveis ou das habitações localizadas nas denominadas “ilhas” da cidade”.

O projeto da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico do Porto, executado em 2012, foi a primeira área de reabilitação a ser criada pelo Município do Porto. Esta é uma delimitação idêntica à área classificada pela UNESCO, com uma

---

<sup>95</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A. 2021a)

extensão aproximada de 49 hectares e com cerca de 1800 edifícios, que compreende os seguintes limites: “Rua do Dr. António de Sousa Macedo, Campo dos Mártires da Pátria, Rua S. Filipe de Nery, Rua dos Clérigos, Praça da Liberdade e Rua de 31 de Janeiro (a norte); Praça da Batalha, Rua de Augusto Rosa, Muralha Fernandina e Ponte Luís I (a nascente); Rio Douro (a sul); Escadas do Caminho Novo, Rua de Francisco da Rocha Soares e Passeio das Virtudes (a poente)”<sup>96</sup>. O ARU representa uma caracterização do território e contém um programa estratégico, onde estão definidos objetivos e princípios de atuação em termos reabilitacionais, nomeadamente são delineados apoios, prioridades, incentivos e um orçamento.

Segundo o *site* do Porto Vivo, SRU, foram, desde 2008 até hoje, 688 edifícios reabilitados no centro histórico. Nos últimos 5 anos, ou seja, entre 2016 e 2021, foi realizado um investimento na reabilitação urbana do CHP que equivale a 508 mil euros. Já o número de frações reabilitadas no centro histórico e baixa portuense é de 118.

De uma forma geral, os progressos que a sociedade de reabilitação urbana portuense tem alcançado ao longo dos anos são bastante positivos. Na perspetiva de Ricardo Valente<sup>97</sup>, vereador na CMP, “muito daquilo que nós vemos hoje no Porto, como resultado final, derivou do que foi feito na Porto Vivo, na lógica de intervenção malha fina (...) O Porto foi a primeira cidade do país, a criar uma sociedade de reabilitação urbana, as coisas correram muito bem, depois houve uma fase negra”. A fase mais crítica que a Porto Vivo atravessou e que Ricardo Valente menciona, ocorreu entre 2010/2011, época em que esta ainda era gerida pelo Estado, pelo que naquele período de recessão que o país atravessou, o Estado “abandonou um conjunto de intervenções”. A partir do momento em que o município assumiu totalmente a gestão da Porto Vivo, esta rejuvenesceu e voltou a ser “recapitalizada, com dinheiros do município, tendo a capacidade de intervir no casco histórico do Porto e de reabilitar o edificado da cidade”.

Um dos mais recentes investimentos da Porto Vivo é a requalificação do Morro da Sé, que compreende a Rua dos Mercadores, a Rua da Bainharia e a Rua de Sant’Ana: as obras decorrem desde 2020, com previsão de terminarem em 2022. O objetivo é

---

<sup>96</sup> Citação do texto, presente no website Porto Vivo, SRU - <https://www.portovivosru.pt/urban-rehabilitation-areas/centro-historico-1> (Consultado pela última vez a 15/10/2021)

<sup>97</sup> Entrevista completa no ponto 11

disponibilizar 14 novas frações habitacionais, num programa municipal que integra o arrendamento acessível.<sup>98</sup>

O mesmo acontece com o Quarteirão Carlos Alberto, que está em processo de requalificação.<sup>99</sup> Também no Morro da Sé e no Quarteirão de Pelames está prevista a criação de uma residência de estudantes, com cerca de vinte e dois quartos, e ainda uma residência universitária, que segundo Ricardo Valente “é um projeto grande, com mais de 200 quartos.” O vereador da CMP acrescenta que se deverá “entregar e fechar o protocolo com a Universidade do Porto e a Federação Académica do Porto durante ainda o primeiro semestre deste ano”. Estes projetos são bastante importantes para a zona em questão, de forma a reabilitar não só o edificado, mas também regenerar socialmente a área, inserindo população jovem, ativa e dinâmica no centro da cidade.

No que diz respeito a programas de apoio, o Porto Vivo, conjuntamente com a CMP, criou o projeto “Porto com Sentido”, como já mencionado<sup>100</sup>. Este é um projeto lançado por este vereador, que promove o arrendamento de alojamentos a preços mais acessíveis, e que segundo o próprio “é um caso de sucesso a nível nacional”. No entanto, só é possível realizá-lo porque a autarquia local investe bastante dinheiro, pagando 30% do valor da renda, já que dado os rendimentos médios e o estilo de vida em Portugal, este programa seria impraticável sem a ajuda do município. O mesmo salienta: “colocamos recursos e dinheiro do orçamento do município, e estamos a falar de bastante dinheiro, custa-nos em velocidade de cruzeiro 1,2 milhões de euros anualmente, em apoio de renda”. Isto porque “a lei definida pelo governo da República considera que a renda acessível é toda e qualquer renda que esteja 20% abaixo da mediana do metro quadrado numa determinada zona da cidade. (...) isto é erradíssimo na minha perspetiva, porque considera que a renda acessível está dependente do preço de mercado”<sup>101</sup>.

A par destes projetos, foi também desenvolvido o Programa de Realojamento Definitivo<sup>102</sup>, estruturado com o objetivo de “realojar famílias que ficaram desalojadas, e que estiveram temporariamente alojadas em urbanizações sociais devido ao processo

---

<sup>98</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A. 2020a)

<sup>99</sup> Website Porto Vivo, SRU - <https://www.portovivosru.pt/noticias/prosseguem-os-trabalhos-da-reabilitacao-dos-edificios-da-operacao-d-do-morro-da-se> (Consultado pela última vez a 15/10/2021)

<sup>100</sup> No ponto “Análise da Evolução Demográfica” localizado na página 30

<sup>101</sup> ibidem

<sup>102</sup> Financiado pelo Banco Europeu de Investimentos



que levou à libertação do edificado onde surgirá a Unidade de Alojamento Turístico e a Residência de Estudantes”<sup>103</sup>. A 31 de Março de 2021, a Porto Vivo detinha setenta frações arrendadas, das quais sessenta e duas resultam deste mesmo processo de realojamento definitivo, enquanto as restantes oito frações são correspondem a frações comerciais.<sup>104</sup>

Em modo de conclusão deste ponto, é importante mencionar o projeto “Ilhas” da cidade, criado no sentido de melhorar a oferta de habitação e resolver problemas de miséria e pobreza, garantindo simultaneamente que os tradicionais residentes locais permaneçam naquele espaço a viver, evitando a deslocalização e o desalojamento dos moradores. A avaliação deste projeto, no 2º trimestre de 2021, segundo o relatório de execução orçamental<sup>105</sup> da Porto Vivo, tem um balanço positivo, visto que foi possível “avançar no conhecimento do território, bem como na identificação dos problemas de implementação das ferramentas existentes de resolução dos problemas habitacionais e sociais e das alterações que as poderiam viabilizar”. Como resultado deste projeto, realizou-se um levantamento sócio-espacial de quinze ilhas na zona de Bonfim, o que permitiu a identificação das fragilidades sociais do território, em quinze ilhas foram detetados 169 fogos, dos quais 49 estão devolutos. Relativamente ao levantamento social, foi possível contar 89 agregados, correspondentes a 170 adultos e crianças. Para além deste levantamento, verificou-se ainda que sete fogos têm uso não habitacional e que 24 agregados não aceitaram colaborar no levantamento social.

---

<sup>103</sup> (Souto 2012)

<sup>104</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A. 2021a)

<sup>105</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A. 2021b)

## 6. Planeamento e Ordenamento do Território – O Plano Diretor Municipal

O plano diretor municipal é o único instrumento de gestão territorial com incidência no CHP. Este plano é revisto com regularidade, estabelecendo um conjunto de orientações e normas no que se refere à habitação e edificação, transportes e mobilidade, rede de infraestruturas, rede de equipamentos, proteção e conservação dos recursos naturais e culturais, assim como a qualificação e uso do solo. Como o CHP é uma área classificada, as demolições não são permitidas, exceto por razões de segurança pública ou de bens, ou quando existe uma intrusão arquitetónica desqualificadora da imagem urbanística. Outro aspeto importante nesta área é que se admite a redução de até 50% dos critérios de estacionamento na área histórica, ou até mesmo de isenção em certas situações, não sendo obrigatória a criação de estacionamento em edificações contruídas ou em fase de construção/reabilitação.

O PDM mais recente é relativo a 2021 e contempla cinco grandes eixos, nomeadamente a habitação, identidade e património, economia e emprego, mobilidade e ambiente. Este último PDM é constituído pelos seguintes elementos<sup>106</sup>:

- 1) Regulamento;
- 2) Planta de Ordenamento, constituída pelas seguintes cartas:
  - a) Qualificação do solo;
  - b) Estrutura ecológica municipal;
  - c) Riscos naturais;
  - d) Zonamento acústico;
  - e) Património I - património urbanístico e arquitetónico e património natural;
  - f) Património II - património arqueológico;
  - g) Estrutura viária e estacionamento;
- 3) Planta de condicionantes constituída pelas seguintes cartas:
  - a) Condicionantes gerais;
  - b) Perigosidade de incêndio florestal

Existem algumas alterações ao longo do PDM, com mais incidência a nível da edificabilidade e do estacionamento, mas relativamente ao património do Porto não houve modificações pertinentes. Os tecidos urbanos na cidade, possuindo características

---

<sup>106</sup> (Assembleia Municipal do Porto 2021)

morfológicas e tipológicas diferentes, estão divididos nas seguintes subcategorias<sup>107</sup>: área histórica, área de frente urbana contínua tipo I, área de frente urbana contínua tipo II, área de edifícios de tipo moradia e área de blocos isolados de implantação livre.

As áreas históricas, sendo os tecidos mais antigos da cidade, representam uma sua significativa parte urbanística e arquitetónica, onde se pretende promover a preservação e requalificação do edificado. Essas mesmas áreas históricas correspondem aos seguintes tecidos<sup>108</sup>:

- a. Centro Histórico do Porto
- b. Foz Velha
- c. Núcleos ou lugares, designadamente os identificados na Planta de Ordenamento – Carta de Património: Lamas, Massarelos, Nevogilde, Ouro, Paranhos, S. Pedro de Azevedo e Vila Nova

Relativamente aos estabelecimentos de interesse histórico, cultural ou social, estes são espaços que tendo características arquitetónicas particulares, apresentam singularidades decorativas importantes que é necessário preservar. Este PDM dita que as operações urbanísticas que se realizem neste género de espaços e que tratem da sua modernização ou alteração, devem preservar a sua identidade, não sendo admitidas alterações que adulterem a sua essência original da estrutura arquitetónica e decorativa dos espaços.<sup>109</sup>

---

<sup>107</sup> Ibidem

<sup>108</sup> Ibidem

<sup>109</sup> Ibidem

## 7. Requalificação dos Espaços Públicos no Porto

O esforço para tornar o Porto numa cidade mais verde tem sido contínuo e consistente. São vários os projetos que têm sido desenvolvidos no sentido de proporcionar espaços verdes, públicos e de lazer em diversas zonas da cidade.

Relativamente aos espaços verdes, estes promovem a biodiversidade, organizam a malha urbana, contribuindo assim como promotores ecológicos e culturais, e sendo essenciais para promover as linhas de águas, parques, hortos, árvores em arruamento. No Porto existem cerca de 455 hectares de espaço verde público.

Eis algumas das preocupações estratégicas em termos de espaços verdes da cidade, segundo o site da Câmara Municipal do Porto:

- “Conservar o património arbóreo e orientar novas plantações e substituições..., com um plano estratégico de arborização que permita melhorar as funções e os serviços de ecossistemas gerados pelas árvores.”
- “Salvaguardar e promover o potencial do sistema húmido, como elemento-chave de sustentabilidade e coesão da paisagem.”
- “Garantir a ligação entre os novos espaços e a recuperação dos existentes através de corredores verdes- o designado *continuum naturale*.”

Um dos projetos mais bem sucedidos, que já conta com uma 4ª edição, é o “100 mil árvores”, em que o objetivo é cultivar 100 mil árvores e arbustos autóctones nos jardins privados da Área Metropolitana do Porto. “É uma oportunidade de os cidadãos se envolverem diretamente nos destinos da cidade do Porto e contribuírem ativamente para a melhoria da sua qualidade de vida e do seu território.”<sup>110</sup> Com a criação deste programa, já foi possível plantar mais de 106 mil árvores entre 2011 e 2018, envolvendo mais de 620 ações e mobilizando 16 mil voluntariados.<sup>111</sup> Outra forma bastante original de desenvolver espaços verdes públicos é através da criação das coberturas, como é o exemplo do Jardim dos Clérigos, mais conhecido por “Base” e a cobertura no metro da Trindade. São ambos espaços amplos, verdejantes, utilizados como áreas de lazer por turistas e locais, muitos aproveitam para passear, relaxar, ler e

---

<sup>110</sup> Notícia avançada pelo site Porto.. Link: <https://www.porto.pt/pt/noticia/camara-oferece-mais-arvores-aos-municipes-a-pensar-no-futuro> (Consultado pela última vez a 08/10/2021)

<sup>111</sup> Dados estatísticos retirados do relatório oficial do site 100 mil árvores - <https://www.100milarvores.pt/resultados/relatorios> (Consultado pela última vez a 08/10/2021)

apreciar a beleza do Porto, visto que estas duas zonas se localizam no coração da cidade.

## 8. Um Porto Sustentável

O distrito do Porto tem surgido como uma região inovadora no âmbito ambiental, tentando implementar medidas que façam a diferença no combate às alterações climáticas. Em Dezembro de 2020, a cidade do Porto, conjuntamente com as cidades de Braga e Águeda, foi inserida na lista de cidades líderes ambientais, segundo a CDP, “*Carbon Disclosure Project*”<sup>112113</sup>. Nesta mesma notícia é referido por Rui Moreira, Presidente da Câmara do Porto, que “o Porto comprometeu-se a reduzir as emissões de gases com efeito estufa em 50% até 2030.”, consequência da adesão ao “Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia”, iniciativa lançada pela Comissão Europeia.

Em questões de mobilidade, o papel da cidade portuense tem-se tornado notável, em particular no centro histórico e na baixa, onde os cidadãos têm cada vez menos acessos a determinadas ruas com automóveis ou motociclos, pois tornaram-se exclusivamente pedonais. O uso de transportes públicos movidos a gás natural e a extensão de uma nova linha do metro do Porto (Rosa) foram introduzidos, assim como a utilização de bicicletas e trotinetes elétricas que se fez um hábito no quotidiano da população.

Uma medida de extrema importância, executada pela CMP em 2017, foi a substituição da frota automóvel por carros elétricos, o que permitiu uma redução de 2300 toneladas de CO<sub>2</sub> e uma poupança de 600 mil euros por ano.<sup>114</sup>

A iluminação da cidade foi também alterada em 2016, com a substituição de 2483 luminárias por tecnologia LED, o que permitiu a redução de 1610,4 toneladas de CO<sub>2</sub>.<sup>115</sup>

Em edifícios públicos a implementação de energia renovável e a intervenção bioclimática tornaram-se igualmente numa realidade. A parceria entre a CMP e a AdEPorto, Agência de Energia do Porto, levou a que estas intervenções fossem exequíveis.

---

<sup>112</sup> Tradução literal - Projeto de Divulgação do Carbono

<sup>113</sup> Com base na notícia do Jornal Público - <https://www.publico.pt/2020/11/16/local/noticia/porto-braga-agueda-88-cidades-lideres-ambientais-1939437> (Consultado pela última vez a 08/10/2021)

<sup>114</sup> Notícia do website Porto. - <https://www.porto.pt/pt/noticia/camara-do-porto-aprovou-hoje-o-maior-procedimento-publico-do-pais-ao-nivel-da-mobilidade-eletrica> (Consultado pela última vez a 08/10/2021)

<sup>115</sup> Notícia no website Porto. - <https://www.porto.pt/pt/noticia/iluminacao-publica-mais-eficiente-ja-reduziu-mais-de-1-600-toneladas-de-co2> (Consultado pela última vez a 08/10/2021)

Em 2020, foram instalados sistemas fotovoltaicos em 29 edifícios municipais, sendo 25 deles escolas.<sup>116</sup> Em 2022, já se prevê a concretização do mesmo projeto, no entanto o programa vê-se alargado a 79 edifícios, distribuídos em nove municípios da Área Metropolitana do Porto, nomeadamente Maia, Gondomar, Porto, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Valongo, Santo Tirso, Trofa e Matosinhos.<sup>117</sup>

Este desenvolvimento ecológico, proporcionado pelas autarquias, encoraja os seus cidadãos e as pessoas que visitam o Porto a serem mais ecológicos e conscientes da sua pegada ambiental, contribuindo para um futuro mais sustentável. O facto de estes projetos se desenvolverem em inúmeros edifícios, em particular em escolas, faz com que se fomente a vontade de proteger o planeta e se alcance um despertar de consciências, o que resulta em comportamentos mais responsáveis por parte de todos os indivíduos.

---

<sup>116</sup> Notícia publicada no website Porto. - <https://www.porto.pt/pt/noticia/edificios-municipais-vaoproduzir-energia-e-reduzir-os-gases-com-efeitos-de-estufa-em-500-ton-por-ano> (Consultado pela última vez a 10/10/2021)

<sup>117</sup> Notícia abordada pelo Jornal de Notícias - <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/paineis-solares-em-79-edificios-do-grande-porto-13958822.html> (Consultado pela última vez a 10/10/2021)

## 9. Turismo e Desenvolvimento urbano

As primeiras duas décadas do século XXI têm sido marcadas por numerosas e grandes transformações na cidade do Porto, com efeitos a nível social, económico e cultural. Todas as distinções de que a cidade foi alvo, as reabilitações levadas a cabo, o crescimento do Aeroporto Sá Carneiro, com uma afluência bastante positiva na frequência das rotas das linhas áreas *low-cost*, assim como o constante reconhecimento internacional, originaram um impacto extraordinário.

O setor turístico tornou-se muito importante no desenvolvimento de diversos fatores, como mencionado anteriormente, sendo atualmente um dos mercados mais inovadores e em constante crescimento. Em Portugal, o turismo representa cerca de 8% do PIB, contribuindo significativamente para a criação de riqueza e de emprego. Em 2019, este setor criou mais de 336 mil novos empregos, foram registados 27 milhões de hóspedes e 69,8 milhões de pernoitamentos, tornando-se esta atividade económica responsável por 52,3% das exportações de serviços e 19,7% das exportações totais, um caso único no país.<sup>118</sup>

De acordo com a OMT, o crescimento da atividade turística consiste num dos fenómenos económicos e sociais mais marcantes do último século. Contudo, a OMT reconhece que os efeitos da atividade turística podem ser negativos, caso não haja um planeamento, uma gestão e uma monitorização responsáveis.

Relativamente ao emprego, houve uma evolução nas atividades de uso temporário, ou seja, *coffeshops*, lojas de *souvenir*, lavandarias *self-service* e uma redução de estabelecimentos direcionados às necessidades aos residentes.

### 9.1. Hospitalidade

Atualmente, o Porto compreende uma estrutura hoteleira dinâmica e diversificada. Como podemos ver no gráfico nº13, num espaço temporal de dez anos, entre 2009 e 2019, a cidade portuense cresceu de 10,405 camas para 23,270 camas. Isto traduz-se

---

<sup>118</sup> Website Turismo de Portugal - [http://business.turismodeportugal.pt/pt/Conhecer/Apresentacao/Desempenho\\_Turistico/Paginas](http://business.turismodeportugal.pt/pt/Conhecer/Apresentacao/Desempenho_Turistico/Paginas) (Consultado pela última vez a 20/10/2021)



num grande investimento e incremento em termos de acomodação, seja através de hotéis, *hostels*, alojamentos locais, pousadas ou *guesthouses*. Exatamente nos mesmos anos, os proveitos totais dos alojamentos turísticos subiram de 74,245 mil euros em 2009 para 292,135 mil euros em 2019, revelando um crescimento exponencial no ramo hoteleiro, dados presentes no gráfico nº14. Relativamente ao VAB<sup>119</sup> gerado pelo turismo em Portugal, este cresceu de 6,5% em 2014 para 7,5% em 2017, passados dois anos já se encontrava nos 8,5%, como é possível confirmar na tabela Nº1.

Segundo a figura nº2, os dados mais recentes no que diz respeito a estabelecimentos turísticos são de 2019 a 2021. Existe um decréscimo descomunal durante este período, produto dos danos colaterais da pandemia em todo o mundo. Eis os dados estatísticos segundo o INE:

- A taxa líquida de ocupação por cama nos estabelecimentos de alojamento turístico desceu de 47,3% para 24,1% no período de um ano;
- O número de estabelecimentos turísticos decresceu de 6883 para 5183, ou seja, 1700 alojamentos turísticos suspenderam a sua atividade no período inferior a um ano;
- O número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico baixou abruptamente, de 70 milhões para 25 milhões entre 2019 e 2020;
- A capacidade dos alojamentos turísticos também teve uma grande recaída devido à restrição do número de pessoas dentro de espaços fechados e período de desinfeção de cada quarto, decrescendo assim a capacidade de mais de 443 mil para quase 345 mil.

Já no sentido mais amplo da palavra, Portugal é conhecido como um país hospitaleiro, acolhendo com todo o carinho e atenção todos os que passam pelo nosso país. O Porto não é exceção nesta qualidade e no serviço prestado em todas as frentes turísticas, seja em alojamento, restauração ou qualquer outro tipo de atividade cultural ou serviço turístico, sente-se esta hospitalidade nata, que muitas vezes faz as pessoas voltarem inúmeras vezes.

---

Nota: Todos os dados analíticos foram encontrados nas plataformas do INE – Instituto Nacional de Estatística e PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo.

## 9.2. Transportes

Atualmente, um dos problemas que as grandes cidades enfrentam é a mobilidade da população e dos seus visitantes. “Se, por um lado, as necessidades de deslocação dos indivíduos, de bens e serviços, no âmbito do “espaço de fluxos” em que as metrópoles atuais se converteram têm vindo a aumentar, por um lado, assiste-se a uma utilização massificada do automóvel, mas também de escoamento do próprio tráfego”<sup>120</sup>.

A cidade do Porto tentou desde cedo prosperar nos acessos públicos e transportes a toda a população, desde o século XIX que a cidade invicta conta caminhos de ferro e trajetos de autocarro, porém o esforço para satisfazer o crescente e continuo número de pessoas dentro da cidade continua presente mesmo nos tempos mais modernos.

Em 1872, surgem no Porto os transportes coletivos, denominados “Companhia Carril Americano do Porto”, no ano seguinte surge a “Companhia Carris de Ferro do Porto”, e passado vinte anos, estas duas concorrentes fundem-se, mantendo o nome desta última. A “Companhia Carris de Ferro do Porto” manteve-se ativa durante setenta e três anos, até que em 1994 se deu a passagem a sociedade anónima, designando-se desde então S.T.C.P – Sociedade de Transporte Coletivos do Porto, S.A.<sup>121</sup>

Relativamente aos caminhos de ferro, podemos referir que a estação de Campanhã é a principal estação ferroviária no Norte de Portugal, tendo sido inaugurada em 1875. Mesmo no final do século, em 1896, surge a estação de S. Bento, facilitando a eficiência da circulação de passageiros e mercadorias, visto que esta se localizava no centro da cidade. Atualmente, existe um conjunto de estações suburbanas, regionais e nacionais que completam o mapa ferroviário.

Estes dois meios de transporte coletivos eram os mais usados na cidade do Porto, até que recentemente nasceu o Metro do Porto, depois das marcantes classificações de 1996 e 2001. Na verdade, o Metro do Porto surgiu prematuramente em 1994, quando foi lançado o “Concurso Público Internacional de Pré-Qualificação” para a construção do “Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto”. Desta forma e passados oito anos de burocracia, testes e planos, é inaugurado em 2002 a primeira das seis linhas

---

<sup>120</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A 2010)

<sup>121</sup> Website STCP - <https://www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/origem/> (Consultado pela última vez a 01/03/2021)

que compõem a rede do metro. Este meio de transporte é o mais económico e amigo do ambiente dentro da cidade do Porto, originando a diminuição de 12 mil carros na via pública e a emissão de menos 55 mil toneladas de CO<sub>2</sub>. Adicionalmente, é também possível contar com animação cultural todo o ano, só em 2019 foram realizados 695 eventos culturais dentro da rede do Metro do Porto.<sup>122</sup>

Em termos de transportes individuais, como os carros, as motas e os velocípedes, estes meios de transporte são condicionados visto que existem muitas áreas exclusivamente pedonais, principalmente no centro histórico. No entanto, e como já mencionado anteriormente, apesar destas restrições foram construídos parques subterrâneos para compensar a escassez de espaços automobilísticos, tais como o parque no Palácio da Justiça e na Praça D. João I.

No que diz respeito ao tráfego fluvial, o Rio Douro é bastante intenso, sendo as principais embarcações as de carácter turístico ou de recreio, mas também circulam barcos de mercadorias que provêm dos portos de Várzea, em Marco de Canavezes, e Sardoura, em Castelo de Paiva.<sup>123</sup>

### 9.3. Infraestruturas

O Grupo IP- Infraestruturas de Portugal é uma entidade subagrupada pelo IP Património e pelo IP Engenharia, competentes por gerir património imobiliário, “com experiência na exploração comercial de redes de estações e interfaces de transporte, garantindo a sua eficiente utilização, valorização e rentabilização.”<sup>124</sup> Para além desta gestão de exploração ferroviária, de comércio, serviços e habitação, as Infraestruturas de Portugal são também responsáveis por administrar património histórico e artístico, inventariando, classificando e posteriormente, caso necessário, preservando.

Atualmente, a cidade do Porto conta com uma vasta rede de infraestruturas, nomeadamente a nível terrestre, aéreo, marítimo e digital. A sua estrutura urbana consistente, assim como a centralização de algumas das principais indústrias em redor

---

<sup>122</sup> Website Metro do Potro - <https://www.metroporto.pt/pages/321> (Consultado pela última vez a 01/03/2021)

<sup>123</sup> (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A 2010)

<sup>124</sup> Website IP Património - <https://www.ippatrimonio.pt/pt-pt/sobre-nos-ipp/quem-somos-ipp> (Consultado pela última vez a 11/03/2021)

do Porto (como é o caso da Zona Industrial da Maia, detida como a maior Zona Industrial do país), originam benefícios em todos os modos de transporte, de cargas e de pessoas, sendo que o Centro Histórico do Porto e o centro financeiro da cidade se encontram entre dez a trinta minutos dos principais centros de transporte do Norte do país.

Relativamente aos sistemas de infraestruturas, estes desempenham um papel importantíssimo na boa organização e funcionamento do território. Na cidade do Porto este sistema compõe-se pelas seguintes estruturas<sup>125</sup>:

- Sistema de abastecimento de água;
- Sistema de drenagem de águas residuais;
- Sistema de transporte e distribuição de energia elétrica;
- Sistema de telecomunicações;
- Sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos (ecocentros);
- Sistema de transporte e gestão de combustíveis (distribuição de gás natural e o oleoduto NATO Leixões-Ovar).

Os mais recentes candidatos a projetos de conservação dentro do Centro Histórico do Porto, impulsionados pelas Infraestruturas de Portugal, são a Ponte D. Luís I e a Estação de S. Bento. Em 2019, o concurso para a reparação do tabuleiro inferior da ponte foi lançado. Na altura, o governo autorizou à IP o gasto de dois milhões de euros, porém todas as propostas que foram recebidas excediam esse mesmo montante<sup>126</sup>, pelo que a IP solicitou ao governo “uma nova extensão de encargos com um novo preço base”<sup>127</sup>. Após a obtenção de um novo acordo, o IP teve de lançar novamente um concurso público. Desta forma, em 2020, o governo autorizou um montante de 3,8 milhões de euros, quase o dobro da proposta inicial, isto porque, para além do primeiro concurso ter sido um insucesso, a DGPC exigiu que fossem realizados trabalhos adicionais na ponte. Ao novo concurso lançado responderam nove propostas que foram avaliadas pelas autarquias competentes – Porto e Gaia. Deste modo, e concluída a escolha da empresa

---

<sup>125</sup> Website Porto. - <https://pdm.cm-porto.pt/sistema-de-infraestruturas/> (Consultado pela última vez a 11/03/2021)

<sup>126</sup> Notícia do Jornal Observador - <https://observador.pt/2020/12/03/concurso-para-obra-na-ponte-luiz-i-que-liga-porto-e-gaia-recebeu-nove-propostas/> (Consultado pela última vez a 11/03/2021)

<sup>127</sup> Excerto da notícia do Jornal Observador - <https://observador.pt/2020/01/03/porto-infraestruturas-de-portugal-prepara-novo-concurso-para-ponte-luiz-i-devido-a-elevado-valor-das-propostas/> (Consultado pela última vez a 11/03/2021)

responsável pelas obras, o tabuleiro inferior da ponte foi encerrado a 14 de Outubro de 2021, apenas os peões podem fazer a travessia da ponte através de plataformas montadas para o efeito. Estas intervenções são importantes, não só para a salvaguarda da integridade física de todas as pessoas que passam a ponte, sendo possível a reparação de anomalias existentes, mas também para a proteção do património, visto que a ponte se insere dentro da zona classificada pela UNESCO.

Comparativamente, o concurso da Estação de S. Bento iniciou-se no primeiro trimestre de 2021, tendo como objetivo a “reparação do teto e a criação de passadiços do *hall* de entrada na estação ferroviária”<sup>128</sup>, sendo o preço base deste investimento cerca de quatrocentos mil euros. De acordo com as Infraestruturas de Portugal, a obra tem como objetivo a “preservação e conservação do património”, visto que esta estação para além de ser considerada uma das mais belas do mundo, está igualmente classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1997.

Em modo de conclusão destes dois tópicos, creio que é importante mencionar um projeto revolucionário no Porto, mais concretamente em Campanhã, em termos de transportes, mobilidade, infraestruturas e ambiente. Este projeto foi iniciado no último trimestre de 2019, é designado por TIC – Terminal Intermodal de Campanhã, e consiste num plano de complementaridade intermodal na estação de Campanhã. A estação já possui uma dimensão ferroviária e estação de metro, o objetivo é expandir os recursos com a criação de infraestruturas, com acesso “a uma plataforma de autocarros da STCP e operadores privados, comboios urbanos e de longo curso, metro e táxis, aproveitando a localização que possui através das acessibilidades rodoviárias como a VCI (Via Cintura Interna) e das autoestradas circundantes (A1, A3, A4)”<sup>129</sup>. Este projeto foi desenhado há quinze anos, porém nunca tinha sido avançado, e tem uma previsão de custo de 12,6 milhões de euros e a criação de 4,6 hectares de área verde. Farão ainda parte deste projeto um “parque de estacionamento, terminal de camionagem, estação de serviço, paragens “*kiss & ride*”, parque de bicicletas, parque de táxis, bem como áreas complementares de apoio ao público, áreas administrativas e áreas técnicas

---

<sup>128</sup> Excerto da notícia do website IP Património- <https://www.ippatrimonio.pt/pt-pt/premios-e-reconhecimentos> (Consultado pela última vez a 11/03/2021)

<sup>129</sup> Website GO Porto - <https://www.goporto.pt/grandes-intervencoes/terminal-intermodal-de-campanha-3> (Consultado pela última vez a 20/07/2021)

essenciais”<sup>130</sup>. A construção desta infraestrutura irá ainda permitir a diminuição de mais de cinco toneladas de dióxido de carbono, num espaço de cinco anos.<sup>131</sup>

#### 9.4. Serviços

A “Associação de Turismo do Porto e Norte, A.R. – Porto Convention & Visitors Bureau”, é uma organização sem fins lucrativos, que nasceu em 1995 com o objetivo de promover e desenvolver o Turismo no Porto e no Norte de Portugal. Atualmente, a Câmara Municipal do Porto assume a presidência, existindo outras cidades que se inserem no núcleo de associados, como Braga, Gondomar e Espinho. “Esta instituição foi nomeada pelo Turismo de Portugal como a única entidade do Porto e do Norte de Portugal elegível para a promoção do Destino na qualidade de Agência Regional de Promoção Turística do Destino.”<sup>132</sup> Todos os anos, a associação realiza um plano de marketing, no qual examina ações de promoção do destino no estrangeiro, publicidade, apoio a rotas aéreas e participação em feiras internacionais. No *site*, é possível ainda encontrar informações sobre o que visitar, o que fazer, notícias e alojamentos, dentro de toda a área Norte do país.

Relativamente ao apoio direto aos turistas, este surge em diversos formatos, através da criação de circuitos, itinerários e pontos de apoio, como é o exemplo da Torre Medieval. No centro do Porto é possível contar com quatro postos de turismo e o *Welcome Center*, que se localiza no coração da cidade, junto à Estação de S. Bento. Foi inaugurado em 2016 e insere-se numa rede de sessenta e quatro lojas interativas, distribuídas por municípios do Porto e do Norte. Comparativamente, a Torre Medieval foi encontrada em 1940, durante demolições que tinham como objetivo aliviar a área circundante à catedral, originando um lugar amplo, como hoje conhecemos. A torre original foi então completamente demolida durante essa época, e foi totalmente reconstruída quinze metros ao lado do seu lugar original. Posteriormente, em 1974, foi nela instalada o Centro Social e Cultural da Sé, que mais tarde entrou em negociações com a CMP,

---

<sup>130</sup> (Porto. 2019)

<sup>131</sup> Ibidem

<sup>132</sup> Website Europlaco - <https://www.europalco.pt/pt/projetos/associacao-de-turismo-do-porto/>  
(Consultado pela última vez a 07/02/2022)

tendo a autarquia instalado um posto de turismo e exposições, devido à sua privilegiada localização.<sup>133</sup>

A marca “Porto.” foi igualmente um marco revolucionário na identificação da cidade internacionalmente, este projeto foi criado em 2014 e atualmente é um estudo de caso vitorioso em marcas de cidade. O *site* “VisitPorto.”<sup>134</sup> é também uma ferramenta essencial para o turista, sendo que lá é possível encontrar roteiros e itinerários dedicados ao azulejo, medieval, barroco e neoclássico, e também uma agenda cultural vasta, para todos os gostos e faixas etárias.

Outra ideia posta em prática que funciona muito bem e agrada muito aos que visitam a cidade é o *Porto Card*. Este é um cartão bastante prático e acessível, que permite descontos ou entradas gratuitas em museus, monumentos, restaurantes, lojas e visitas turísticas. Pode ser adquirido em oficinas de turismo ou no aeroporto, e contém ainda uma opção de transporte gratuito, seja de autocarro ou metro.

Em termos de sinalização turística, a cidade recebeu, após a classificação como Património Mundial, sinalética turística de monumentos, locais e edifícios de interesse histórico, assim como novas e melhores sinalizações para os automobilistas, utilizando uma linguagem clara e um *design* atrativo. A sinalização é um processo fundamental para um bom aproveitamento turístico em qualquer cidade.<sup>135</sup>

## 9.5. Planos de Apoio ao Turismo

O PENT, Plano Estratégico Nacional de Turismo, elabora um conjunto de estratégias de promoção e ações de melhoria do produto (destino). Existe regularmente um novo plano com objetivos traçados, para que se mantenha um crescimento sustentável a nível turístico. Segundo o PENT 2013-2015, os fatores que destacam Portugal como um destino de excelência são a segurança, hospitalidade, história, cultura, tradição e o clima. A Estratégia de Turismo 2027, definida pelo Turismo de Portugal é o mais

---

<sup>133</sup> Website NCultura - <https://ncultura.pt/porto-o-falso-pelourinho-e-a-torre-medieval/> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)

<sup>134</sup> Link de acesso ao Website: <https://visitporto.travel/> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)

<sup>135</sup> (Câmara Municipal do Porto e Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo 2000)

recente plano estratégico turístico, onde foram delineados desafios para um procedimento de dez anos. Os dez objetivos compreendem<sup>136</sup>:

- “PESSOAS: Promoção de emprego, qualificação e valorização, aumento dos rendimentos dos profissionais de turismo
- COESÃO: Mitigar as assimetrias regionais
- CRESCER EM VALOR: Crescer mais do que a concorrência em receitas turísticas
- SAZONALIDADE: Reduzir a sazonalidade
- ACESSIBILIDADE: Acesso ao destino e promoção da mobilidade dentro do território
- PROCURA: Conhecer os mercados e adaptar as estratégias públicas e empresariais às tendências e alterações da procura.
- INOVAÇÃO: Estimular a inovação e o empreendedorismo
- SUSTENTABILIDADE: Assegurar a conservação e valorização económica sustentável do património cultural e natural
- SIMPLIFICAÇÃO: Simplificar a legislação e tornar mais ágil a administração
- INVESTIMENTO: Garantir recursos financeiros e assegurar a sua adequada aplicação como fundos comunitários”

Recentemente, com a situação particular que o mundo está a viver, devido à pandemia e ao confinamento, foi criado um programa de apoio económico às micro, pequenas, médias e grandes empresas. Denomina-se “Programa Apoiar” e contém as seguintes medidas: APOIAR.PT, APOIAR RESTAURAÇÃO, APOIAR RENDAS E APOIAR +SIMPLES.

Desde o início da pandemia, os apoios mencionados supra têm sofrido alterações a cada semestre, como é possível ver nas tabelas 2, 3, 4 e 5, presentes no Anexo III. Contudo, atualmente estes são as medidas a ter em conta em cada um dos apoios<sup>137</sup>:

---

<sup>136</sup> (Fazenda 2016)

<sup>137</sup> Website IAPMEI - <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Incentivos-Financiamento/Sistemas-de-Incentivos/Incentivos-Portugal-2020/Apoiar-pt.aspx> (Consultado pela última vez a 18/11/2021)



Para o APOIAR.PT:

- Os beneficiários são pequenas e médias empresas, com reforço àquelas que sofreram quebras de faturação superiores a 50%;
- Inclusão de novas atividades económicas como a pastelaria, panificação, fabricação de explosivos e artigos de pirotecnia e atividades de prática médica de clínica especializada (estomatologia);
- Apoio acumulável com o incentivo de medidas APOIAR RENDAS e APOIAR RESTAURAÇÃO.

Para o APOIAR RESTAURAÇÃO - Sem alterações nas políticas de apoio.

Para o APOIAR + SIMPLES:

- Os beneficiários são empresários em nome individual, sem contabilidade organizada, com ou sem trabalhadores a cargo;
- Inclusão de novas atividades económicas como a pastelaria, panificação, fabricação de explosivos e artigos de pirotecnia e atividades de prática médica de clínica especializada (estomatologia);
- Apoio acumulável com o incentivo de medidas APOIAR RENDAS.

Para o APOIAR RENDAS:

- Os beneficiários são empresários em nome individual, sem contabilidade organizada, com ou sem trabalhadores a cargo, assim como pequenas e médias empresas (exceto aquelas que cumprem o critério de ter um volume de negócios não superior a 50 milhões de euros);
- Alargamento de contratos de exploração ou cedência de imóveis para fins comerciais;
- Inclusão de novas atividades económicas como a pastelaria, panificação, fabricação de explosivos e artigos de pirotecnia e atividades de prática médica de clínica especializada (estomatologia).

## 10. Os Centros Históricos do Porto e de Guimarães – Uma Proposta de Comparação

Considerado o berço da nação e da língua portuguesa, Guimarães é o objeto de comparação ideal para esta dissertação. Tal como o Porto, esta cidade localiza-se na região Norte do país e está igualmente classificada pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade, desde 2001, e foi considerada Capital Europeia da Cultura, em 2012. Estas distinções serviram como ponto de viragem para a cidade nortenha.

A cidade de Guimarães apresenta uma história multiseccular e foi um ponto importante na identidade e no crescimento de Portugal, visto que foi aqui que muito provavelmente nasceu D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, e onde ocorreu a Batalha de São Mamede<sup>138</sup>, na qual o mesmo afrontou as forças militares de sua mãe, D. Teresa. Na segunda metade do século XIX a vila foi elevada a cidade, e foi desde essa época que a cidade se desenvolveu e prosperou para fora da linha das muralhas, até que em 2001, no 25.º encontro do Comité do Património Mundial, o Centro Histórico de Guimarães foi inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Ambas as cidades têm muito em comum, desde a componente histórica à vastidão de monumentos e edifícios culturais de referência, até às suas “gentes”, que dão uma identidade cultural muito especial a cada uma das cidades.

Caracterização de ambas as cidades:<sup>139</sup>

Em termos demográficos Guimarães cresceu continuamente, duplicando a população em 1940. Contudo, no mesmo período, o seu Centro Histórico perdeu 20% da população. No que respeita à cidade do Porto, esta também apresenta uma tendência de decréscimo demográfico, sendo que o seu centro histórico perdeu, desde 1940, cerca de 68% de residentes. Existiu ainda outra quebra acentuada nas décadas de 80 e 90, durante as quais foram perdidos 27% e 35% da população residente, respetivamente.<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> Batalha travada em 1128, cuja vitória de D. Afonso Henriques foi decisiva para a fundação da Nação Portuguesa, ao garantir a independência do Condado Portucalense face ao Reino de Leão.

<sup>139</sup> Parte dos dados são referentes ao ano da publicação do livro «Estudo do Despovoamento dos Centros Históricos da Rede Atlante» em 2005 e anos anteriores.

<sup>140</sup> (Sousa, Magalhães, e Oliveira 2005)

No que toca ao parque habitacional em Guimarães, 18% dos fogos estão vagos, e existe uma grande necessidade de intervenção no edificado, em que cerca de 30% dos edifícios intramuros necessita de reabilitação e cerca de 60% dos edificados, fora das muralhas, está na mesma situação. A oferta de habitação é diversificada e a percentagem de arrendamento é predominante com cerca de 53%. Relativamente à cidade portuense, o número de fogos vagos é de 27%, cerca de 38% dos edifícios estão em mau estado e existe uma grande densidade de ocupação devido ao número de pisos por edifício. O arrendamento é sem dúvida predominante, com cerca de 83% e a oferta que existe é degradada.<sup>141</sup> No que diz respeito às causas de despovoamento, estas já foram mencionadas acima.<sup>142</sup>

Foram igualmente implementadas ações de melhoria do ambiente urbano, em ambos os centros históricos. Nomeadamente em Guimarães foi iniciado o Regulamento de Intervenção no centro urbano e histórico de Guimarães, e no Porto foram aplicados o Plano Diretor Municipal, bem como o Regulamento Municipal de Edificações e Urbanização do Conselho do Porto.

A criação de incentivos foi também desenvolvida, como uma retribuição dada àqueles que investissem nos centros históricos. Em Guimarães foi implementada a isenção de taxas em obras inseridas no centro histórico, na cidade do Porto foi criado o sistema SIM-PORTO<sup>143</sup>, passou a existir uma isenção ou redução da taxa de imposto municipal sobre imóveis na ACRRU e da taxa de compensação nas operações urbanísticas.

Em relação à gestão dos centros históricos, cada uma das cidades agiu de diferentes formas. Guimarães recebeu um GTL – Gabinete Técnico Local<sup>144</sup>, que posteriormente encerrou e passou a integrar-se na estrutura da Câmara Municipal, em 1986, como Gabinete do Centro Histórico. “Nos últimos quatorze anos foram intervencionados 324 edifícios dos quais 103 foram objeto de intervenção com financiamento da Administração Central e Local e 225 intervencionados pela iniciativa privada sem

---

<sup>141</sup> Ibidem

<sup>142</sup> No ponto “Análise da evolução demográfica”, que se encontra na página 30

<sup>143</sup> O sistema SIM-PORTO tem como objetivo flexibilizar as regras definidas no PDM do Porto, de forma a promover condições para a reabilitação do centro urbano que se encontra degradado, estabelecendo assim um sistema de apoio à construção. É atribuído um prémio, expresso em metros quadrados, a cada obra de restauro, conservação ou reabilitação. Fonte: <https://www.aiccopn.pt/5/comunicacao/cat/noticias-outras/item/item-1-16257> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)

<sup>144</sup> Este GTL foi criado a Março de 1985, inicialmente coordenado por Fernando Távora. O trabalho do GTL foi reconhecido em 2001, quando o centro histórico de Guimarães foi inscrito na lista de Património da Humanidade, pela UNESCO.

qualquer comparticipação”.<sup>145</sup> Outras medidas implementadas ao longo dos anos foram: a requalificação da Praça Santiago, da Praça Condessa de Juncal e do Largo João Franco, a requalificação do comércio dos espaços públicos realizada no âmbito do PROCOM<sup>146</sup> e URBCOM<sup>147</sup>, elaboração do “Plano de Circulação e Estacionamento – Ação Trânsito” e, por fim, o Euro 2004 que foi utilizado como referência para a requalificação ambiental e melhoria do conforto urbano da zona central da cidade.

Relativamente à gestão do Porto, anteriormente contava com o apoio da CRUARB/CH – um projeto municipal para a renovação urbana do CHP, que foi extinto em 2003. Posteriormente foi gerido pelo DMCCH – Divisão Municipal de Conservação do Centro Histórico, e de seguida a gestão foi tomada pela FDZHP – uma Fundação da Zona Histórica do Porto. Atualmente, recorde, o Porto Vivo S.R.U., é o “orientador” da cidade.

Quanto à nomeação como CEC, Guimarães viu esta distinção chegar em 2012, lado a lado com a cidade eslovena de Maribor. Enquanto CEC, Guimarães contou com mais de 1300 eventos, 2 milhões de visitantes, um gasto total de 111 milhões de euros e com a oportunidade de realizar projetos de arquitetura e urbanismo, que antes não conseguia devido à falta de fundos financeiros.<sup>148</sup> As principais requalificações urbanas e de infraestruturas foram a Casa da Memória, o Laboratório da Paisagem, o museu Alberto Sampaio, o Largo do Carmo, a Praça do Toural, a Zona de Couros, o Instituto de Design, o Centro de Ciência Viva, o Monte Latito, a Plataforma das Artes e da Criatividade e Veiga de Creixomil.<sup>149</sup>

No que diz respeito ao património existente em Guimarães, podemos encontrar uma vastidão de monumentos e edificações simbólicas, repletos de história e de uma beleza arquitetónica incomparável. Temos como exemplo:

- O Castelo de Guimarães
- A Capela de S. Miguel
- A Colina Sagrada (ou Monte Latito)
- O Paço dos Duques de Bragança e o respetivo museu

---

<sup>145</sup> Site da Câmara Municipal de Guimarães - <https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/urbanismo/divisao-centro-historico> (Consultado pela última vez a 25/10/2021)

<sup>146</sup> Programa de apoio à modernização do comércio

<sup>147</sup> Sistema de incentivos a projetos de urbanismo comercial

<sup>148</sup> (A. Lopes 2016)

<sup>149</sup> Ibidem

- O Largo da Oliveira
- A Praça de Santiago
- O Largo do Toural
- Igreja Nossa Senhora da Oliveira
- A Igreja da Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos
- A Citânia de Briteiros
- O Convento de Santa Clara
- A Rua de Santa Maria
- A Capela de S. Miguel
- As Muralhas de Guimarães
- A Zona de Couros

Análise SWOT: Porto<sup>150</sup>

<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boa acessibilidade para o Centro Histórico (metro, autocarros, UBER, táxis, elétrico, <i>Shuttles</i> privados, funicular, barco, <i>Tuk Tuk</i>, etc)</li> <li>• Gastronomia típica da cidade</li> <li>• Muita variedade de acomodações e restaurantes</li> <li>• Destino de <i>City Break</i> todo o ano</li> <li>• Aeroporto Sá Carneiro</li> <li>• Destino que atrai <i>millennials</i> (Erasmus)</li> <li>• Grande variedade de visitas, em diversas línguas (ex. <i>free walking tours</i>)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento de preços dentro do centro histórico</li> <li>• Gentrificação e desertificação causados pelo turismo</li> <li>• Perda da simbologia de certos sítios culturais, para se tornarem atrações turísticas (ex. Livraria Lello's)</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decréscimo da sazonalidade, devido à herança cultural e patrimonial da cidade</li> <li>• Criação de emprego</li> <li>• Preservação do património da cidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Massificação do Turismo</li> <li>• Declínio da qualidade de vida dos habitantes da cidade</li> <li>• O aumento de preços pode fazer os turistas considerarem outros destinos</li> <li>• O descontentamento dos locais pode influenciar negativamente o comportamento para com os turistas (“Anti-turismo”)</li> </ul>

<sup>150</sup> Tabela da autoria da discente

Análise SWOT: Guimarães<sup>151</sup>

<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boa acessibilidade ao centro histórico (autoestradas, comboio e autocarros)</li> <li>• Destino a 60km do Porto</li> <li>• Muita variedade de espaços verdes</li> <li>• Excelente preservação do centro histórico e da autenticidade dos monumentos culturais e medievais</li> <li>• Crescimento gradual de turismo</li> <li>• Extensa variedade de restaurantes, acomodações e empresas turísticas</li> <li>• Forte simbolismo para os portugueses (turismo doméstico)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Destino Sazonal</li> <li>• Grande atração turística do Porto que coloca Guimarães em segundo plano</li> <li>• População envelhecida</li> <li>• Escassez de restaurantes típicos no centro</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar o mercado internacional (ex. ingleses, alemães ou franceses)</li> <li>• Promoção de <i>tours</i> no centro histórico</li> <li>• Dinamização de feiras medievais ou mercados para promover o valor histórico da cidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Risco de aumento de preços</li> <li>• Falta de empregadores qualificados na área de turismo</li> </ul>

<sup>151</sup> Tabela da autoria da discente

## 11. O Questionário *Centro Histórico do Porto - Barómetro Empresarial após COVID-19* – resultados e conclusões

No início do ano de 2020 o mundo entrou numa das crises mais complicadas a nível económico, social e sanitário com a chegada da COVID-19. Seguiu-se um ano e meio muito complicado, marcado por quarentenas, restrições sociais e medidas de prevenção em todo o mundo. Desta forma, decidi medir o impacto económico que o Centro Histórico de Porto se cruzou, através de um barómetro empresarial.

O questionário “Centro Histórico do Porto - Barómetro Empresarial após COVID-19”, foi elaborado na plataforma *Google Forms*. Foram alvo deste questionário 52 empresas locais dentro do CHP, em cinco dias entre o mês de Junho e Julho. O objetivo foi tentar alcançar todo o tipo de comércio que o centro histórico acolhe, desde museus, teatros, restaurantes, negócios de retalho, alojamentos locais, entre outros.

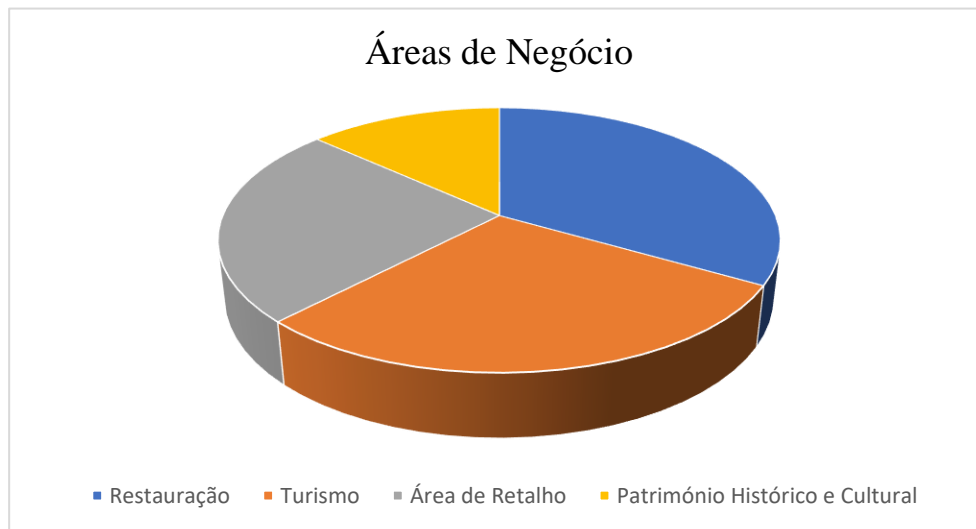


Gráfico 1 - Áreas de Negócio

Cerca de 28.8% dos inquiridos trabalham no setor da restauração, 25% na área de turismo, 21.2% estão na área de retalho e 11.5% na área do património cultural histórico.

Relativamente ao setor turístico, 47.4% inserem-se na área de restauração e/ou bar, e 23.7% em hotelaria. No setor patrimonial 20% dos restaurantes tem ligação ao património como as casas de fado, de seguida os museus com 16% e os teatros com 8%.

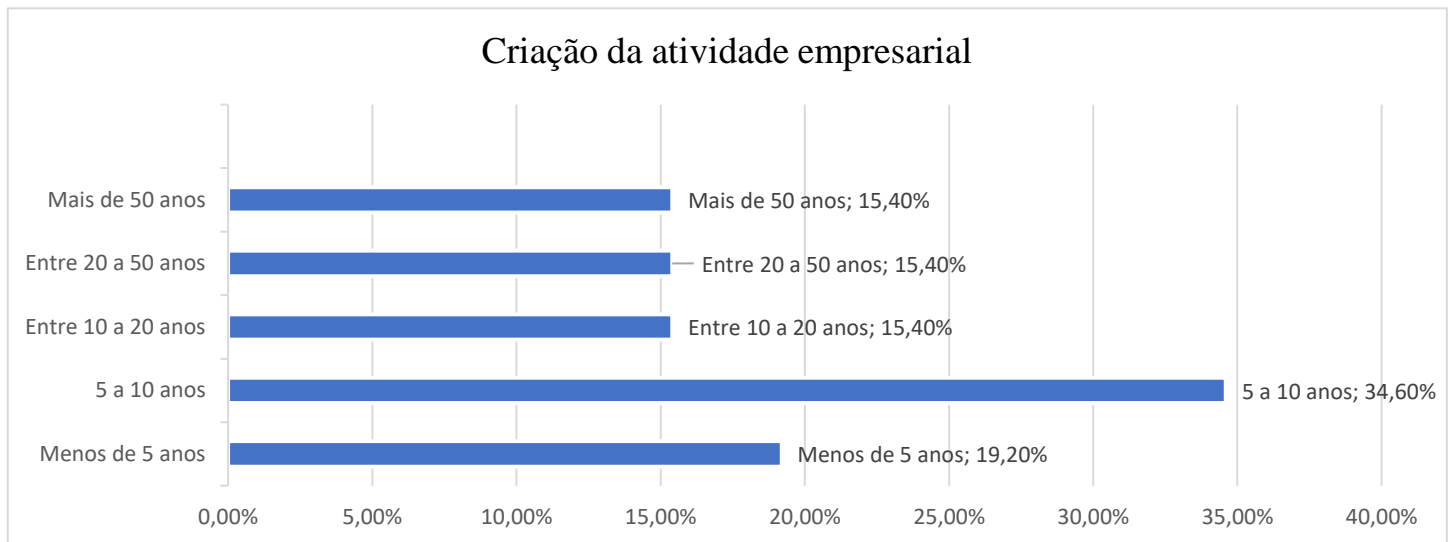


Gráfico 2 - Criação da atividade empresarial

Sensivelmente 34.6% destas atividades empresariais existem desde há 5 a 10 anos e 19.2% há menos de 5 anos, como podemos analisar no gráfico. Este último indicador representa um crescimento exponencial de negócios locais e tal fica a dever-se ao *boom* que a cidade do Porto teve, resultado positivo que se deve ao crescimento excecional da cidade, assim como aos prémios turísticos que o Porto conquistou nos últimos anos, distinções estas que deram visibilidade à cidade portuense no estrangeiro. Outro ponto essencial que fez a cidade evoluir foi a introdução do projeto Compete 2020. Esteve em vigor de 2014 a 2020 e durante esse período teve como finalidade a criação de uma economia mais competitiva, assim como a internacionalização de bens e serviços.

A maioria dos inquiridos, 76.9%, revela que a instabilidade que o Covid-19 trouxe à atividade empresarial foi muito má, 21,2% consideram que foi má e 1% revela que foi favorável.



Gráfico 3 - Desenvolvimento da atividade empresarial



Desde Março de 2020 até Maio de 2021, muitas empresas desenvolveram as suas atividades de formas bastante diferentes, por exemplo:

- 44.2% no local de trabalho com atendimento ao público;
- 34.6% em *lay-off*;
- 19.2% de forma normal;
- Cerca de 17.3% suspenderam a atividade.

A esmagadora maioria, cerca de 96.2%, declara que os valores obtidos em 2020 foram inferiores ao ano de 2019.



Gráfico 4 - Redução de Colaboradores

Aproximadamente 53.8% dos inquiridos tiveram de reduzir o número de colaboradores, já 44,2% não precisaram de o fazer. No entanto, quando questionados se consideravam aumentar o número de colaboradores a partir de Maio de 2021, 63.5% dos inquiridos revelaram que não e apenas 32.7% pensam em fazê-lo. Isto reflete um receio e uma preocupação inerentes às consequências da pandemia, originando uma instabilidade e insegurança devido às dificuldades que passaram nos últimos meses. Contudo, passo a passo a economia local tenta recuperar-se, desta vez não com o apoio de turistas, mas de portugueses que permaneceram no país para as suas férias ou de pessoas locais, portuenses, que tentam revitalizar a economia.

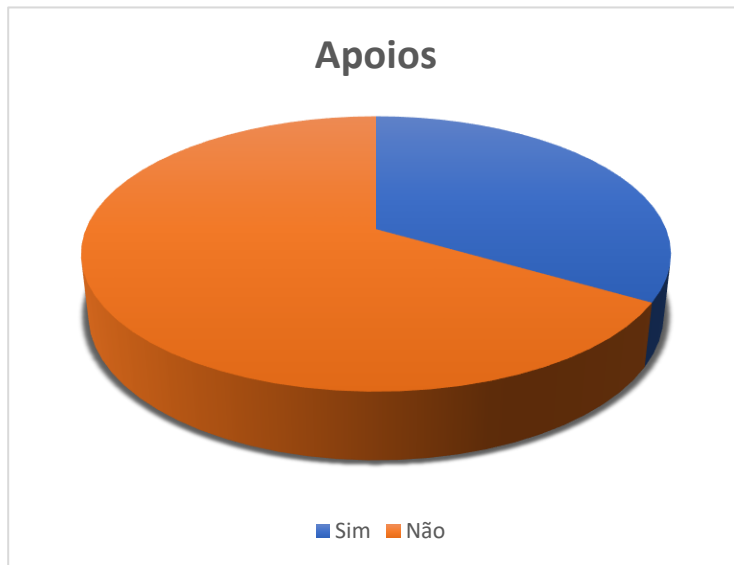


Gráfico 5 - Apoios

- Rendas
- *Lay-off*
- Programa Apoiar
- Apoios da Segurança Social

Relativamente aos apoios financeiros dados por entidades públicas e/ou privadas, 61.5% concluem que não foram dados apoios necessários à atividade empresarial e 30.8% consideram que sim, sendo que os apoios mais mencionados foram: o *lay-off*, o apoio nas rendas dos estabelecimentos, o Programa Apoiar e os apoios da segurança social.

Excluindo o período de quarentena em 2020, que durou ao todo cerca de cinco meses, 34,6% das empresas estiveram encerradas entre 3 a 6 meses, as restantes estiveram entre 6 e 9 meses com 40.4%, e 21,2% estiveram fechadas entre 9 a 12 meses.

No que se refere ao tempo necessário para que a atividade empresarial volte ao normal, os inquiridos revelaram-se um pouco inseguros, 63,5% pensam que levará mais de 12 meses até que a sua empresa volte ao ritmo normal, 19.2% crêem que entre 9 a 12 meses e, excepcionalmente, alguns acreditam que levará mais de 2 anos até que o negócio se normalize.

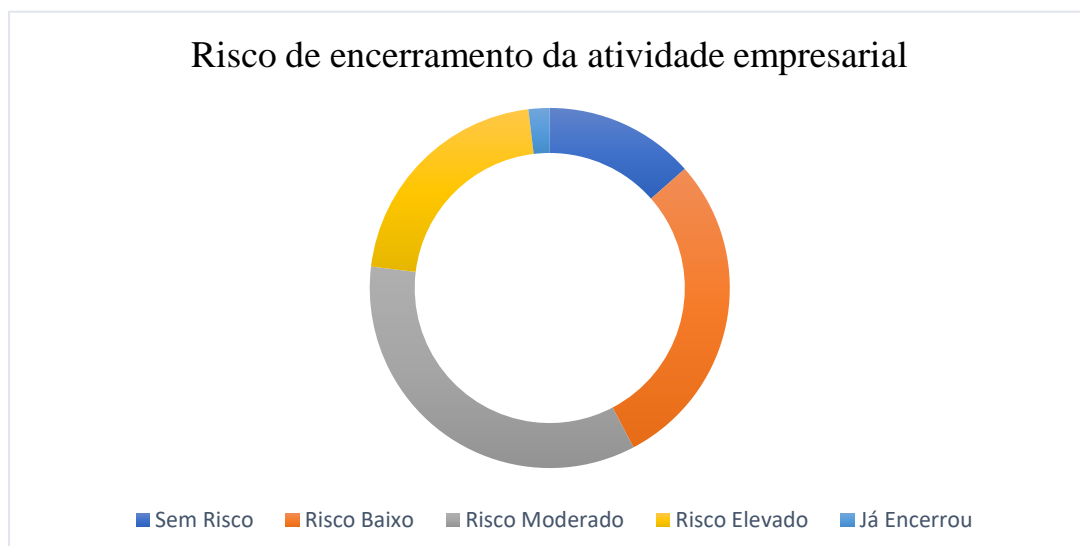


Gráfico 6 - Risco de encerramento da atividade empresarial

No que diz respeito ao risco de encerramento da atividade empresarial, a grande parte, 34,6%, considera como risco moderado o encerramento do seu negócio. De seguida, 28,8% dos inquiridos avaliam este um risco baixo, 21,2% avaliam como risco elevado, 13,5% avaliam como não havendo risco e 1% refere que a atividade foi suspensa. De uma forma geral, sendo esta a última pergunta do questionário, o balanço geral é positivo, visto que as pessoas se mantêm resilientes para continuarem a lutar pelos seus negócios e tentarem prosperar depois de um período tão complicado em todo o mundo.

## 12. Considerações Finais

Atualmente, no Porto, o património cultural e o turismo estão interligados de uma forma muito forte e quase inquebrável, dependendo um do outro para se manterem ativos e funcionais. Ao longo desta dissertação foi explicitado de que modo o Centro Histórico do Porto se tem desenvolvido, tendo sido abordados os pontos mais críticos em que a cidade precisa de evoluir, já que esta conta com um inegável caminho de progresso ainda falta percorrer.

O turismo é um fator muito importante na região, atuando não só como impulsionador económico, mas também cultural. Apesar da classificação da UNESCO como Património Cultural da Humanidade, em 1996, o *boom* turístico no Porto aconteceu na última década e, desde então este crescimento só abrandou durante o período pandémico, entre 2020 e 2022. Por este mesmo motivo, foi realizado o inquérito “Centro Histórico do Porto - Barómetro Empresarial após COVID-19” a cinquenta e duas empresas, localizadas no CHP, de forma a avaliar o impacto e as consequências da pandemia.

Culturalmente, o Porto tem assistido a uma valorização crescente, por parte não só dos seus habitantes, como também de estrangeiros curiosos, que procuram a cidade portuense para aproveitar alguns dias de descanso, explorando os seus recantos e monumentos culturais. Para que este sentimento prevaleça é necessário que as devidas entidades tenham a responsabilidade de salvaguardarem e preservarem o centro histórico, assim como todos os edifícios, monumentos ou sítios que façam parte da herança portuense, mesmo que não se encontrem dentro da área classificada do centro histórico.

Na minha perspetiva, acredito que estes dois conceitos, o património e o turismo, se beneficiam mais do que se prejudicam, ou seja, existem sempre aspetos mais delicados, como a desertificação e a gentrificação, que são dois aspetos aos quais as devidas entidades devem prestar muito atenção e encontrar soluções para resolver. Contudo, ponderando os prós e contras, os benefícios que o turismo traz à cultura continuam a ser superiores e ambas as áreas devem trabalhar em conjunto, de forma a manterem-se sustentáveis, sem prejudicar a população residente.

Em relação ao suporte extra de informação que adicionei nesta dissertação, mais concretamente a entrevista e o questionário, estes foram essenciais para a complementação deste estudo. A entrevista que realizei ao Vereador Ricardo Valente tornou-se fundamental para compreender melhor como a Câmara Municipal do Porto funciona, ao mesmo tempo obtive uma perspectiva mais consolidada e experiente, por parte uma pessoa inserida dentro da área do turismo, da economia e do comércio, o que me ajudou a complementar pontos muito importantes desta dissertação. No que diz respeito ao questionário que realizei, este foi relevante para uma avaliação económica do centro histórico. Contudo, devo realçar a dificuldade, na altura, em obter as respostas, visto que a cidade tinha iniciado o desconfinamento da pandemia havia pouco tempo, pelo que muitos espaços de comércio se encontravam ainda encerrados. Depois deste processo doloroso que foi a pandemia, o turismo aos poucos começa a rejuvenescer, e deste modo espera-se que os números que a cidade do Porto registou até 2019, a nível turístico e económico, voltem a verificar-se, de forma que a cidade possa recomeçar do nível onde se encontrava há dois anos.

Guimarães, a cidade usada como objeto de comparação neste estudo, é uma cidade em constante crescimento. Desde a sua última grande distinção como CEC, em 2012, evoluiu visivelmente se comparada com a década anterior, época em que foi classificada pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade. No entanto, para que a cidade dê um salto significativo no mercado turístico cultural, novas medidas de apoio devem ser adotadas na cidade, como mencionado no ponto 10.

Por fim, devo acrescentar que, na minha perspectiva, não só o Porto como toda a região Norte têm imenso potencial para alcançar ainda mais objetivos, a nível turístico e cultural. Acredito que muitas oportunidades surjam em conjunto, ou seja, numa coesão de todas os distritos nortenhos, de forma a potencializar não só o Porto, mas também toda a região circundante. A promoção de novos mercados turísticos, a dinamização de eventos culturais, a criação de emprego com melhores condições, a proteção do património da cidade e uma maior oferta de atividades para os visitantes são algumas das soluções e melhorias que, conjuntamente se podem criar.

### 13. Fontes e Obras de Consulta

- Alves, Sónia. «Conflitos institucionais no âmbito da Capital Europeia da Cultura Porto 2001», 2017.
- Assembleia Municipal do Porto. «2ª Revisão do Plano Diretor Municipal do Porto», 2021.
- Biblioteca Geral. «Manual de apoio à elaboração de citações e referências bibliográficas Norma Chicago». Universidade Portucalense, 2019.
- Câmara Municipal do Porto e Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo. «Projecto de Reabilitação e Valorização Turística do Centro Histórico do Porto». Porto: GEP - Gabinete de Estudos e Planeamento (Direcção Municipal), 2000.
- Caneiro, Alice. «O Património Reencontrado. Centro Histórico de Guimarães, Património da Humanidade: A cidade enquanto memória, espaço de cidade e cidadania». 2004. (Dissertação em Antropologia - Repositório da Universidade do Minho).
- Carvalho, J. Eduardo. «Metodologia do trabalho científico: saber-fazer da investigação para dissertações e teses». Lisboa: Escolar, 2002.
- Casqueira, Natália Maria Azevedo. «Políticas culturais, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto: fragmentos de um estudo de caso (1980-2001)». Biblioteca das ciências sociais 89. Porto: Edições Afrontamento, 2014.
- Centeno, Maria João. «O impacto da mediatização nas Capitais Europeias da Cultura, O caso das cidades Porto 2001 e Guimarães 2012». Margarida Ledo Andión e Maria Inmacolata Vassalo de Lopes, 2013.
- Coentrão, Abel. «Um Porto com mais sol nas casas e menos construção nos logradouros: as propostas da Campo Aberto para o novo PDM». *Jornal Público*, 2020.
- Comissão Nacional da UNESCO e Direção-Geral do Património Cultural. «Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial», 2012.
- Correia Pinto, Mariana. «O Bolhão e a identidade de um mercado a que muitos chamam casa». *Jornal Público*, 2021. <https://www.publico.pt/2021/10/30/local/noticia/bolhao-identidade-mercado-chamam-casa-1982840>.
- CRUARB e Câmara Municipal do Porto. «Porto Património Mundial III: CRUARB 25

- anos de Reabilitação Urbana». Câmara Municipal do Porto; CRUARB, 2001.
- Diário de Notícias. «Teatro Nacional São João reabre a 22 de outubro ao fim de dez meses», 2021. <https://www.dn.pt/cultura/teatro-nacional-sao-joao-reabre-a-22-de-outubro-ao-fim-de-dez-meses-14105285.html>.
- Direção Municipal do Urbanismo, Departamento Municipal de Planeamento Urbano, e Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território. «Plano Diretor Municipal do Porto. Regulamento - Discussão Pública», 2020.
- Domingues, Álvaro, e Pereira, Gaspar Martins. «Porto Património Munidal, 1996-2016: 20 Anos, 20 Imagens». Lisboa: INCM, 2016.
- Esperança de Carvalho, Maria João. «O Centro Histórico na Dinamização das Cidades», 2011.
- Estatística, Instituto Nacional de. «Dinâmica do Turismo na Grande Área Metropolitana do Porto 1994-2004». Estatística., 2006.
- Falcão, Mário. «O Porto, os planos municipais e o turismo». Revista da Faculdade de Letras - Geografia I, 2000 de 1999.
- Faria, Miguel. «Princípios de Ação para a Revalorização das Capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto». Dissertação em Arquitetura e Urbanismo - Escola Superior Gallaecia, 2014.
- Faria, Pedro. «Reabilitação no Centro Histórico de Guimarães - Uma Visão Estratégica». Porto. Dissertação em Engenharia Civil – FEUP.
- Fazenda, Nuno. «Estratégia Turismo 2027: Laboratório Estratégico Norte», 2016.
- Fernandes, José A.R., Carvalho, Luí Mendes, Thiago e Chamusca, Pedro. O Porto e a Airbnb. Porto Editora, 2018.
- Ferrão, Bernardo, e Afonso, José Ferrão. «A Evolução da Forma Urbana de Guimarães e a Criação do seu Património Edificado», sem data. <https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/urbanismo/divisao-centro-historico>.
- . «Edificações do Centro Histórico e a sua Envolvente com Interesse Patrimonial - Fichas», 1997. <https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/urbanismo/divisao-centro-historico>.
- Genin, Soraya. «Techinal Evalutation Report on the Conservation State of the Site Inscribed in the World Heritage List of UNESCO: Historical Centre of Oporto, Luiz I Bridge and Monastery of Serra do Pilar». Relatório Evolução Técnica. Lisboa: ICOMOS - Portugal, 2018.

- Gusman, Inês, Chamusca, Pedro, Fernandes, José e Pinto, Jorge. «Culture and Tourism in Porto City Centre: Conflicts and (Im)Possible Solutions», 2019.
- Instituto Nacional de Estatística. «Caracterização do perfil sócio-económico da Área Metropolitana do Porto», 2004.
- . «Estatísticas da Cultura 2019», 2020.
- Instituto Nacional de Estatística e Laboratório Nacional de Engenharia Civil. «O Parque Habitacional e a sua Reabilitação - Análise e Evolução 2001-2011», 2013.
- Jornal Público. «Câmara do Porto com seis projectos de reabilitação e expansão de parques e jardins». *Espaços Verdes, Público*, 2020.
- . «Câmara do Porto e DGPC discordam do ICOMOS que identifica centro histórico como “património em perigo”», 2021. <https://www.publico.pt/2021/01/20/local/noticia/camara-porto-dgpc-opoemse-relatorio-icomos-identifica-centro-historico-patrimonio-perigo-1947219>.
- . «Centro Histórico do Porto numa encruzilhada: fachadismo ou recuperação?» *Opinião, Público*, 2018.
- . «Porto, Braga e Águeda entre 88 cidades líderes ambientais». *Alterações Climáticas, Público*, 2020.
- . «Tabuleiro inferior da Ponte Luís I entre Porto e Gaia encerra por um ano para obras». 2021. [publico.pt/2021/10/06/local/noticia/tabuleiro-inferior-ponte-luis-i-porto-gaia-encerra-ano-obras-1980105](https://www.publico.pt/2021/10/06/local/noticia/tabuleiro-inferior-ponte-luis-i-porto-gaia-encerra-ano-obras-1980105).
- Lopes, Andreia. «Capitais Europeias da Cultura - Lisboa'94, Porto 2001, Guimarães 2012». Dissertação em Arquitetura - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2016.
- Lopes, Flávio. «Património arquitetónico e arqueológico: noções e normas de proteção.» Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.
- Loureiro de Matos, Ana Rita. «Cidade Património Cultural da Humanidade, Guimarães. Da construção à reabilitação do centro histórico». Faculdade de Arquitetura do Porto, 2013.
- Loureiro de Matos, Fátima. «Espaços Públicos e Qualidade de Vida nas Cidades - O Caso da Cidade do Porto». *OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia* 2, n. 4 (2010): 17–33.
- Loza, Rui Ramos. «Porto a património mundial». Porto: Câmara Municipal, 1993.
- Martins, Guilherme d'Oliveira. «Património Cultural: Realidade Viva». Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2020.



- Mauad, Ana Maria, Rossa, Walter e Ribeiro. Margarida. «Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar». Coimbra [Lisboa] Rio de Janeiro: Imprensa da Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian; Editora da Universidade Federal Fluminense, 2015.
- Meireles, Pedro. «O Impacto do Turismo na Cidade do Porto: O Caso dos Hostels». Dissertação em Economia, FEP - Faculdade de Economia do Porto, 2016.
- Moniz, Gonçalo. «A Habitação e a Cidade». Opinião, Público, 2018.
- Moreira da Silva, Isabel. «Câmara do Porto e Ministério da Cultura assumem obras de reabilitação do Coliseu no valor de 3,5 milhões de euros». Porto., sem data. <https://www.porto.pt/pt/noticia/camara-do-porto-e-ministerio-da-cultura-assumem-obras-de-reabilitacao-do-coliseu-no-valor-de-35-milhoes-de-euros>.
- Município do Porto - Pelouro da Habitação e Coesão Social e Vereador Fernando Paulo. «Plano Municipal de Combate à Violência de Género e Doméstica», 2021 de 2019.
- Observador. «Concurso para obra na Ponte Luiz I que liga Porto e Gaia recebeu nove propostas». Observador, 2020.
- . «Infraestruturas de Portugal prepara concurso para obras de conservação da estação de São Bento no Porto». Observador, 2021.
- . «Porto. Infraestruturas de Portugal prepara novo concurso para Ponte Luiz I devido a elevado valor das propostas». Observador, 2020.
- Oliveira, Tatiana. «Porto: Turistificação e Turismofobia». Dissertação em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019.
- Organista, Ana Catarina. «O Património Cultural e arquitetónico como motor impulsor do Centro Histórico do Porto». Dissertação em Turismo, FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016.
- Paulo, Isabel. «20 anos depois, Cinema Batalha devolvido à cidade e aos portuenses no início de 2022». Expresso, 2021. <https://expresso.pt/cultura/2021-03-08-20-anos-depois-Cinema-Batalha-devolvido-a-cidade-e-aos-portuenses-no-inicio-de-2022>.
- Pereira, Andreia. «Storytelling Experiences by Millennial Tourists in UNESCO Heritage Centers». Dissertação em Gestão Turística, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, 2019.
- Pincha, João Pedro, e André Borges Vieira. «Sair para fora do centro, reinventar-se.

- Qual o futuro do turismo nas cidades?» Jornal Público, 2021.
- Porto. «Município vai construir uma passagem pedonal para ligar o futuro TIC à estação de metro de Campanhã», 2020. <https://www.porto.pt/pt/noticia/municipio-vai-construir-uma-passagem-pedonal-para-ligar-o-futuro-tic-a-estacao-de-metro-de-campanha>.
- . «Terminal Intermodal de Campanha retira do centro da cidade mais de 17 toneladas de petróleo», 2021. <https://www.goporto.pt/noticias/terminal-intermodal-de-campanha-retira-do-centro-da-cidade-mais-de-17-toneladas-de-petroleo>.
- . «Terminal Intermodal de Campanhã vai fazer nascer 4,6 hectares de área verde», 2019. <https://www.porto.pt/pt/noticia/terminal-intermodal-de-campanha-vai-fazer-nascer-46-hectares-de-area-verde>.
- Porto 2001, Universidade do Porto, e FAUP. «Porto 2001: Regresso à Baixa - Consulta para a Elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense». FAUP-Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto., 2000.
- Porto e Norte. «Plano de Atividades e Orçamento 2021-2025», 2021.
- Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A. «1.º Concurso por Sorteio do Programa Municipal “Porto com Sentido” - Subarrendamento de Habitações a Rendas Acessíveis com Prazo Certo», sem data.
- . «Plano de gestão: centro Histórico do Porto património mundial». Porto, 2010.
- Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A. «Relatório & Contas - 1º Semestre de 2020», 2020.
- . «Relatório & Contas de 2019», 2020.
- . «Relatório de Execução Orçamental - 1º trimestre de 2021», 2021.
- . «Relatório de Execução Orçamental 2º trimestre», 2021.
- Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A e L. Teixeira & Melo, Lda. «Estudo de Desenvolvimento Estratégico para a Unidade de Gestão de Área Urbana do Centro Histórico do Porto». Soares de Bento, Lda., 2008.
- Presidência do Conselho de Ministros. «Plano Diretor Municipal do Porto. Diário da República - 2.ª série — N.º 207», 2012.
- . «Plano Diretor Municipal do Porto. Diário da República - I Série - B», 2006.
- Quatenaire Portugal. «Masterplan Estratégico da Zona Oriental do Porto», 2019.
- Ramírez-Gutiérrez, Diolinda, Heredina Fernández-Betancort, e Agustín Santana-Talavera. «Talking to others: analysing tourists’ communications on cultural

- heritage experiences», 2017. <https://doi.org/10.1080/13527258.2017.1413674>.
- Rio Fernandes, José Alberto V. *Porto - Cidade e Comércio*, 1997.
- Santos Julião, Liliana. «Cidade, Cultura e Turismo. O impacto turístico em Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012». Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, 2013.
- Silva, Pedro. «Propostas de Requalificação Cultural e Turística na cidade do Porto classificada como Património Mundial pela UNESCO». Dissertação em Turismo, Inovação e Desenvolvimento, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 2012.
- Sousa, Ana Rita, Andreia Alves de Magalhães, e Maria Manuela Oliveira. «Estudo sobre o Despovoamento dos Centros Históricos na Rede Atlante: Porto : Guimarães : Angra do Heroísmo : Évora : Santiago de Compostela : Lugo». Câmara Municipal. Évora, 2005.
- Souto, Ana Rita. «Relatório Estágio – Porto Vivo, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense». Dissertação em Reabilitação Urbana, Escola Superior de Tecnologia de Tomar, 2012.
- Tribunal de Contas. «Relatório de Auditoria - Casa da Música/Porto 2001, S.A», 2004.
- . «Relatório de Auditoria N.º 25/2004 – 2ª SECÇÃO», 2004.
- Turismo do Porto e Norte de Portugal. «Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal», 2015.
- Turismo do Porto e Norte de Portugal e Associação de Turismo do Porto e Norte. «Norte 2020: Estratégia Regional de Especialização Inteligente», 2020.
- Diário de Notícias. «Um milhão e 700 mil portugueses têm incapacidade. Somos uma sociedade inclusiva?», Dezembro de 2018. <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/02-dez-2018/-um-milhao-e-700-mil-portugueses-tem-incapacidade-somos-uma-sociedade-inclusiva-10264748.html>.
- Virgolino, Jorge. «Cultura e património». 1a ed. Extra-colecção. Lisboa Portel: Colibri ; Câmara Municipal, 2005.



### 13.1. Webgrafia

- [http://portal.amp.pt/es/2/temac#FOCO\\_2](http://portal.amp.pt/es/2/temac#FOCO_2) (Consultado pela última vez a 18/06/2021)
- [https://ec.europa.eu/programmes/creative-europe/actions/capitals-culture\\_en](https://ec.europa.eu/programmes/creative-europe/actions/capitals-culture_en) (Consultado pela última vez a 18/06/2021)
- <https://ec.europa.eu/culture/policies/culture-in-cities-and-regions/european-capitals-of-culture> (Consultado pela última vez a 05/09/2021)
- <https://www.pordata.pt/Portugal/Balan%c3%a7a+de+viagens+e+turismo+em+p+ercentagem+do+PIB-2632> (Consultado pela última vez a 06/01/2022)
- <https://coesaosocial.cm-porto.pt/pessoas-idosas/aconchego> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)
- <https://coesaosocial.cm-porto.pt/pessoas-em-situacao-sem-abrigo/pessoas-em-situacao-sem-abrigo> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)
- <https://coesaosocial.cm-porto.pt/pessoas-em-situacao-sem-abrigo/equipa-multidisciplinar> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)
- [https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%c3%a7%c3%a3o+residente+com+defici%c3%aancia+segundo+os+Censos+total+e+por+tipo+de+defici%c3%aancia+\(2001\)-1239](https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%c3%a7%c3%a3o+residente+com+defici%c3%aancia+segundo+os+Censos+total+e+por+tipo+de+defici%c3%aancia+(2001)-1239) (Consultado pela última vez a 06/01/2022)
- <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/02-dez-2018/-um-milhao-e-700-mil-portugueses-tem-incapaconte: idade-somos-uma-sociedade-inclusiva-10264748.html> (Consultado pela última vez a 06/01/2022)
- <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/02-dez-2018/-um-milhao-e-700-mil-portugueses-tem-incapacidade-somos-uma-sociedade-inclusiva-10264748.html> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)
- <https://coesaosocial.cm-porto.pt/pessoas-com-deficiencia/gabinete-de-inclusao> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)
- <https://www.cm-porto.pt/economia/economia> (Consultado pela última vez a 09/12/2021)
- <https://www.porto.pt/pt/noticia/projeto-liderado-pelo-porto-e-exemplo-mundial-na-defesa-do-patrimonio> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)

- <https://www.porto.pt/pt/noticia/camara-do-porto-e-ministerio-da-cultura-assumem-obras-de-reabilitacao-do-coliseu-no-valor-de-35-milhoes-de-euros> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)
- <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/guiaio-tecnico> (Consultado pela última vez a 22/11/2021)
- <https://rm.coe.int/168071923d> (Consultado pela última vez a 30/08/2021)
- <https://directhit.blogs.com/reabilitacaourbana/recria.html> (Consultado pela última vez a 30/08/2021)
- <https://directhit.blogs.com/reabilitacaourbana/recriph.html> (Consultado pela última vez a 30/08/2021)
- <https://www.portovivosru.pt/urban-rehabilitation-areas/centro-historico-1> (Consultado pela última vez a 15//10/2021)
- <https://www.portovivosru.pt/noticias/proseguem-os-trabalhos-da-reabilitacao-dos-edificios-da-operacao-d-do-morro-da-se> (Consultado pela última vez a 15//10/2021)
- <https://www.porto.pt/pt/noticia/camara-oferece-mais-arvores-aos-municipes-a-pensar-no-futuro> (Consultado pela última vez a 08/10/2021)
- <https://www.100milarvores.pt/resultados/relatorios> (Consultado pela última vez a 08/10/2021)
- <https://www.publico.pt/2020/11/16/local/noticia/porto-braga-agueda-88-cidades-lideres-ambientais-1939437> (Consultado pela última vez a 08/10/2021)
- <https://www.porto.pt/pt/noticia/camara-do-porto-aprovou-hoje-o-maior-procedimento-publico-do-pais-ao-nivel-da-mobilidade-eletrica> (Consultado pela última vez a 08/10/2021)
- <https://www.porto.pt/pt/noticia/iluminacao-publica-mais-eficiente-ja-reduziu-mais-de-1-600-toneladas-de-co2> (Consultado pela última vez a 08/10/2021)
- <https://www.porto.pt/pt/noticia/edificios-municipais-vaio-produzir-energia-e-reduzir-os-gases-com-efeitos-de-estufa-em-500-ton-por-ano> (Consultado pela última vez a 10/10/2021)
- <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/paineis-solares-em-79-edificios-do-grande-porto-13958822.html> (Consultado pela última vez a 10/10/2021)
- [http://business.turismodeportugal.pt/pt/Conhecer/Apresentacao/Desempenho\\_Turistico/Paginas](http://business.turismodeportugal.pt/pt/Conhecer/Apresentacao/Desempenho_Turistico/Paginas) (Consultado pela última vez a 20/10/2021)

- <http://business.turismodeportugal.pt/pt/Conhecer/Apresentacao/Paginas/default.aspx> (Consultado pela última vez a 11/01/2022)
- <https://www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/origem/> (Consultado pela última vez a 01/03/2021)
- <https://www.metrodoporto.pt/pages/321> (Consultado pela última vez a 01/03/2021)
- <https://www.ippatrimonio.pt/pt-pt/sobre-nos-ipp/quem-somos-ipp> (Consultado pela última vez a 11/03/2021)
- <https://pdm.cm-porto.pt/sistema-de-infraestruturas/> (Consultado pela última vez a 11/03/2021)
- <https://observador.pt/2020/12/03/concurso-para-obra-na-ponte-luiz-i-que-liga-porto-e-gaia-recebeu-nove-propostas/> (Consultado pela última vez a 11/03/2021)
- <https://observador.pt/2020/01/03/porto-infraestruturas-de-portugal-prepara-novo-concurso-para-ponte-luiz-i-devido-a-elevado-valor-das-propostas/> (Consultado pela última vez a 11/03/2021)
- <https://www.ippatrimonio.pt/pt-pt/premios-e-reconhecimentos> (Consultado pela última vez a 11/03/2021)
- <https://www.goporto.pt/grandes-intervencoes/terminal-intermodal-de-campanha-3> (Consultado pela última vez a 20/07/2021)
- <https://www.europalco.pt/pt/projetos/associacao-de-turismo-do-porto/> (Consultado pela última vez a 07/02/2022)
- <https://ncultura.pt/porto-o-falso-pelourinho-e-a-torre-medieval/> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)
- <https://visitporto.travel/pt-PT/home#/> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)
- <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Incentivos-Financiamento/Sistemas-de-Incentivos/Incentivos-Portugal-2020/Apoiar-pt.aspx> (Consultado pela última vez a 18/11/2021)
- <https://www.aiccopn.pt/5/comunicacao/cat/noticias-outras/item/item-1-16257> (Consultado pela última vez a 10/12/2021)
- <https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/urbanismo/divisao-centro-historico> (Consultado pela última vez a 25/10/2021)

## 13.2. Créditos Fotográficos

Todas as fotografias presentes na dissertação pertencem ao acervo fotográfico da discente, exceto as fotografias presentes nos seguintes links:

- <https://www.portopatrimoniomundial.com/planta-area-classificada.html>  
(Consultado pela última vez a 07/02/2022)
- <https://www.nit.pt/fora-de-casa/turismos-rurais-e-hoteis/vista-cinco-estrelas-rali-portugal> (Consultado pela última vez a 01/09/2021)
- <http://dreamtravelsonabudget.blogspot.com/2012/11/porto-in-winter.html>  
(Consultado pela última vez a 01/09/2021)
- <https://visitporto.travel/pt-PT/poi/5cd04b4af979e000013ddccf#/> (Consultado pela última vez a 01/09/2021)
- [https://www.geocaching.com/geocache/GC6ZAWH\\_muralha-fernandina?guid=357a0ea8-3c61-40f5-b946-37148422da05](https://www.geocaching.com/geocache/GC6ZAWH_muralha-fernandina?guid=357a0ea8-3c61-40f5-b946-37148422da05) (Consultado pela última vez a 01/09/2021)
- <https://dicasdelisboa.com.br/porto/igreja-de-sao-francisco-no-porto/> (Consultado pela última vez a 01/09/2021)
- <https://www.noticiasaminuto.com/lifestyle/571062/alfandega-do-porto-recebe-o-ciclo-de-conferencias-ted> (Consultado pela última vez a 01/09/2021)
- <https://www.portopatrimoniomundial.com/planta-area-classificada.html>  
(Consultado pela última vez a 01/09/2021)
- <https://www.portugalgreenwalks.com/5-secret-places-to-visit-in-porto/>  
(Consultado pela última vez a 07/02/2022)
- <https://culturanorte.gov.pt/patrimonio/mosteiro-da-serra-do-pilar/> (Consultado pela última vez a 07/02/2022)
- <https://portoalities.com/pt/guia-essencial-sobre-se-do-porto/> (Consultado pela última vez a 07/02/2022)



## 14. Anexos

### Anexo I - Entrevista – Vereador Ricardo Valente

A entrevista foi realizada a Ricardo Valente, Vereador do Pelouro das Finanças, Economia e Emprego e Pelouro de Turismo e Comércio da Câmara do Porto. Esta decorreu no dia 14 de Janeiro de 2022, pelas 15 horas, online via Microsoft Teams e teve a duração de quarenta e oito minutos.

Ricardo Valente tem um vasto *curriculum* e experiência na área de gestão, economia e finanças, e também está inserido em vários cargos importantes relacionados com o turismo, é Vereador desse pelouro na CMP e vice-presidente da Direção da Associação de Turismo do Porto e Norte. É igualmente administrador da Porto Vivo, SRU e autor de várias obras nas áreas de gestão de riscos financeiros.

**Neste momento, é vice-presidente da Direção da Associação de Turismo do Porto e Norte, e entre 2018 e 2020 foi Presidente dessa mesma associação. Durante esse período quais foram os seus maiores desafios?**

Eu diria que durante esse período um dos maiores desafios foi o de gerir o crescimento que na altura tínhamos, estamos a falar de um período muito antes da pandemia. Portanto, antes da pandemia, o maior desafio que nós tínhamos do ponto de vista da cidade era a questão da gestão do crescimento. Basicamente a forma como nós podíamos gerir um caso de sucesso, inequívoco, do ponto de vista de turismo, quer da cidade, quer da região, e ainda não fazer com que este caso de sucesso se transformar-se num problema do ponto de vista da cidade. Este sempre foi o maior desafio, eu sempre vi isto num duplo papel, o meu papel enquanto vereador na Câmara do Porto, onde o turismo é uma parte da cidade e o meu papel enquanto Presidente de uma associação de turismo, em que o meu papel era promover a região e a cidade do ponto de vista do turismo. O maior desafio durante esse período foi sempre um equilíbrio entre uma cidade, que quer ser referência do ponto de vista do turismo, mas que quer ser “uma cidade com turistas e não uma cidade de turismo”, como eu costumo dizer, pois é uma coisa completamente diferente. Nós não queremos ser uma cidade de turismo, felizmente não somos, mas queremos ser uma cidade com turismo, que é uma questão

relevante. Ou seja, nós nunca iremos renegar o papel do turismo, porque achamos que o turismo tem um papel fundamental do ponto de vista económico, social e cultural na cidade. Achamos que o turismo é muito mais do que a visita dos turistas, muito mais do que isso, mas por outro lado não queremos que esta lógica do turismo, de certa forma seque tudo aquilo que acontece na cidade do Porto. Na prática procurar o equilíbrio entre uma cidade, que é um sucesso do ponto de vista de turismo, mas que ao mesmo tempo não quer ficar refém desse sucesso.

**Na sua perspetiva crê que o Porto tem alcançado um bom patamar em termos turísticos e culturais, ou acredita que ainda há muito que pode ser feito?**

Claro, parece-me claro que sim, o Porto conseguiu nos últimos anos fazer duas coisas, ser um sucesso do ponto de vista do turismo, inequívoco. Quando eu falo do Porto, falo não só do Porto, mas da região. Acho que o Porto representa 75% do fluxo de turismo da região, portanto é uma região muito dependente da cidade. É importante dar nota que nós, mesmo neste ano de pandemia, 2021, fomos a região do país com maior número de hóspedes, o que é de facto incrível. Nós já em 2019 tínhamos passado o Algarve, como a região com maior fluxo de turismo, portanto já éramos a segunda região do país atrás da Área Metropolitana de Lisboa. Do ponto de vista do turismo isto é muito importante, do ponto de vista do país também, porque o país de repente transforma-se. O país que tinha as ilhas e o Algarve como os seus grandes centros turísticos, passa a ter como áreas de maior destino turístico, duas cidades, Lisboa e Porto. Isto muda completamente a lógica de turismo, porque passamos de uma lógica de turismo sazonal e de uma lógica de turismo de sol e praia, para uma lógica de turismo de experiência, de conhecimento, de cultura, de arquitetura, de economia, porque as pessoas vêm conhecer cidades e isso é muito diferente. Portanto, eu acho que o paradigma muda radicalmente do ponto de vista de turismo. O Porto conseguiu cavalgar esse sucesso, ao mesmo tempo que cavalgou uma mudança radical do ponto de vista de política cultural na cidade, ou seja, o Porto é hoje o município do país que mais dinheiro investe em cultura, clarissimamente. O país anda a lutar para ter 1% do PIB investido em cultura e o Porto tem mais de 6% do seu orçamento investido em cultura, e, portanto, é uma mudança radical. O Porto de facto entende que, como turismo de cidade, a lógica de experiência é muitíssimo relevante. A lógica do turismo permite alavancar um conjunto de outras atividades que acontecem nos centros urbanos, nomeadamente o aspeto cultural, ou seja

quem vem visitar uma cidade num *city break*, é alguém que tem oportunidade de ir a um teatro, de conhecer aquilo que a cidade faz, de conhecer os concertos, de conhecer a música, de conhecer a gastronomia, de conhecer a joalheria, de conhecer o artesanato, de conhecer os mercados que se passam na cidade, isso é muito importante. Porque não é um turismo de passar o dia com a toalha na praia, isto é muito diferente. Há muita gente de fora da área que não percebe esta diferença, mas é uma diferença fundamental do ponto de vista daquilo que é o impacto do turismo, porque este turismo de cidade é um turismo de curiosidade, e este turismo de curiosidade, em muitos casos, traz a curiosidade de poderes viver num sítio que adoraste conhecer e isso é muitíssimo importante. Nós temos muitos exemplos de empresas que se instalaram no Porto, por uma razão simples, os seus gestores vieram passar um fim de semana ao Porto e de repente olharam para a cidade, perceberam a cidade e disseram, “porque é que nós não montamos o nosso negócio aqui?”. Isso é muitíssimo relevante. Nós mudamos muito esta lógica de promoção da cidade, nós percebemos que o dinheiro que se gasta em marketing e publicidade, é algo que nós não controlamos e compreendemos que a experimentação da cidade é o maior cartão de visita que existe. Eu acho que o turismo de cidade permite descobrir e, ao permitir descobrir, isso traz um conjunto de valências para a cidade, que se não tivéssemos turismo, não teríamos. Eu costumo dizer que no mundo a nova economia é uma economia de pessoas, é a economia da criatividade, é a economia do saber, é a economia do imaterial. A maior parte das pessoas quer trabalhar onde é bom viver, ou seja, Silicon Valley por exemplo, existe porque está perto de São Francisco. Silicon Valley nunca poderia estar na antiga Detroit, nunca podia estar numa unidade fabril. Silicon Valley é, digamos, o berço desta nova economia, está na cidade mais aberta, cosmopolita, tolerante e turística dos Estados Unidos, que se chama San Francisco. Isto é muito relevante porque significa que as cidades que são boas para visitar são as cidades que são boas para viver e são boas para trabalhar, portanto quem não quer a cidade turística, não quer a cidade que tem qualidade para as pessoas trabalharem, não quer a cidade que é aberta, que é cosmopolita, que aceita a diferença, que é tolerante com as ideias diferentes, que é tolerante com o exterior, que aceita que as pessoas venham, porque o turismo de cidade é muito turismo da “intromissão”, das pessoas que “entram dentro”, é muito o turismo das pessoas que vêm fazer as perguntas e que nos vêm conhecer. E isso no fundo é aquilo que toda a gente que acredita no mundo aberto, no mundo tolerante. Há quem não acredite nisto e quem ainda viva num mundo fechado, portanto num mundo em que a cidade é nossa e é a nossa porque nós

somos portuenses, que é uma coisa que eu nunca percebi o que é. O que é que é ser portuense? Ainda não consegui perceber o que é isso, porque de facto as cidades são de todos, porque o mundo é de todos. As cidades são pequenos poisos onde as pessoas num determinado momento decidem viver. Não têm obrigação de viver, apenas vivem porque gostam de lá viver, porque têm oportunidades de lá fazer a sua vida e sobretudo têm oportunidades de sonhar, que é isso que as cidades têm que dar às pessoas. Normalmente estas cidades têm um conjunto de atributos, que fazem com que também sejam interessantes do ponto de vista de visita, e, portanto, eu não gosto muito daquela divisão entre a cidade de turismo e a outra cidade, porque de facto o que nós nunca poderemos ter é ser “a Veneza”. Nós nunca podemos querer ser a cidade que é esmagada porque não tem nada, a não ser a um pedaço de terra diferente, quase como uma ilha no pacífico, que é isso que eu vejo que é Veneza, pois não tem vida própria. Como não tem vida própria, ela é automaticamente quase colonizada por estes fluxos turísticos e felizmente acho que Porto tem mais vida do que aquilo que é o turismo, mas convivo bem com o turismo. Isto é um bocado de Filosofia, mas é basicamente uma lógica de posicionamento da cidade que é, mais uma vez repito, “ser uma cidade com turistas, mas não uma cidade de turismo”.

**Tendo em conta os tempos que vivemos, devido à COVID-19, gostaria de saber qual é a sua perspetiva em relação ao turismo, na cidade do Porto e no centro histórico. Ou seja, acha que iremos ter uma boa recuperação da economia e do mercado?**

As cidades foram enormemente impactadas, nós temos estatísticas e o turismo na cidade que sofreu imenso, aliás se nós olharmos para a região Norte, nós temos um mundo “dual”, ou seja, o turismo do Douro o teve melhor ano de sempre em 2021 retirando os três meses em que estivemos confinados. O que significa que, se nós não tivéssemos os três meses de confinamento, nós teríamos o melhor ano de sempre da região em 2021, o que é extraordinário. No entanto, na cidade do Porto tivemos o pior ano desde 2011/2012, nós regredimos no mínimo 10/11 anos do ponto de vista de turismo de cidade, isto é óbvio e evidente, porque as aglomerações e as cidades são o sítio que as pessoas querem evitar numa lógica de pandemia. As pessoas querem a natureza, querem os territórios de baixa densidade, querem ter esta lógica distinta, que não têm numa cidade, uma cidade como o Porto. Aliás, Lisboa teve o mesmo efeito, todas as cidades

vão ser as últimas a recuperar do ponto de vista de turismo, para nós é evidente. Agora, para nós também é evidente que quando a cidade esteve aberta, ou seja, quando não tivemos pandemia, a recuperação foi muito rápida, isto significa que as pessoas continuam com apetite para vir conhecer o Porto e vir conhecer a cidade. O que eu acho é que vamos ter que ter alguma paciência, vamos ter que perceber que este crescimento por um lado é positivo, iremos crescer a taxas menos rápidas. Isto permite-nos gerir os fluxos de maneira diferente, permite-nos a nós posicionar a cidade também de maneira distinta, permite-nos a nós a alavancar estratégias do ponto de vista da promoção e do ponto de vista do posicionamento de cidades também diferentes, e, portanto, não é necessariamente negativo. Na perspetiva de cidade, diria que é bastante doloroso, do ponto de vista da indústria em si, do setor da fileira, é claramente doloroso, e é sobretudo doloroso este efeito intermitente. Eu acho que o problema da pandemia, não é tanto a pandemia em si, porque se isto fosse um efeito *on/off*, em que tínhamos uma pandemia, estava resolvido e a partir daí arrancávamos, eu diria que a situação era má uma vez, depois saberíamos para onde é que caminhávamos. O problema que nós temos vindo a assistir é a intermitência, é que nós paramos, recuperamos, de repente está tudo bem, de repente vem uma nova vaga e paramos outra vez. Isto torna muito difícil que um setor consiga manter-se à tona, é muito difícil reter recursos humanos, num setor que está completamente intermitente, que não se sabe muito bem como é que funciona. Torna-se muito difícil dar perspetivas às pessoas, porque as pessoas também não investem o seu tempo e o seu saber. Isso até se percebe nas escolas de turismo, que é um dado importante que nós temos na cidade, que é a redução drástica do número de vagas de inscritos nas escolas de turismo, que é algo evidente. As pessoas não apostam num setor que não vêm com perspetivas. Eu sou realista e, portanto, diria que a recuperação vai ser lenta, do ponto de vista da cidade.

### **Acha que serão mais dois anos de recuperação ou menos?**

Eu diria que 2022 vai ser um ano fraco por estas questões evidentes. Acho que o fator chave vai ser inverno 2022/2023, porque acho que se nós passarmos 2022/2023 não numa lógica de pandemia, mas numa lógica de uma endemia chamemos assim, ou seja como nós temos em todo o hemisfério norte a lógica da gripe, que é típica do hemisfério norte, eu acho que a partir daí vamos ter uma recuperação sustentada do ponto de vista do turismo neste hemisfério. Se voltarmos a ter um inverno 2022/2023 que seja a

repetição deste, com um conjunto de variantes, eu acho que isto começa a ser muito complicado. Não quero ser pessimista, mas acho que este é um momento crucial porque o setor não aguenta mais esta lógica de *stop and go* constante, isto tem tido custos elevadíssimos do ponto de vista operacional e do ponto de vista de endividamento das próprias organizações. Isso é notório na cidade do Porto e o efetivo fecho de estabelecimentos. Isto é, é notório o fecho de estabelecimentos de restauração, o fecho de empresas de animação turística, os hotéis, daqueles que são cadeias, grande parte deles, estão fechados. Ou seja, cadeias hoteleiras que têm dois ou três hotéis na cidade, mantêm um aberto e fecham os restantes. Esta é uma situação que não pode durar muito mais tempo, porque passamos para um risco de colapso do ponto de vista do setor.

**Em 2020 e 2021, foram tomadas algumas medidas de apoio por parte da câmara, como por exemplo a isenção de taxas municipais. Estas medidas serão mantidas no próximo ano ou prevêem-se outras medidas similares?**

Sim, nós temos vindo a manter, tomamos essa decisão ainda agora, do ponto de vista da manutenção das isenções e do apoio à atividade comercial na cidade. Portanto, mantê-lo pelo menos durante o primeiro semestre de 2022, exatamente porque percebemos que a situação não é clara. Nós, durante os últimos meses de 2021, temos vindo a tomar um conjunto de iniciativas de apoio à atividade comercial na cidade. No último mês do ano fomos mais incisivos no setor que foi mais afetado do ponto de vista pandémico, que foi o setor de bares e discotecas, com apoio direto e claro a este ramo, pensando nós que a economia ia ficar aberta durante estes meses. E aí está, nós fizemos o apoio, veio outra vez a nova vaga e teve de se fechar novamente bares e discotecas. O que quero dizer é que não há hipótese, por muito que o município queira, de aguentar um setor quando o risco é um risco sistémico. Quando temos uma lógica de mandar parar e fechar um setor, isto cria mazelas que vão para além do momento em que estão fechados porque as pessoas têm que reganhar hábitos. E os medos estão mais ou menos incorporados e, depois, há um conjunto de oferta que fecha por natureza, porque as pessoas desistem. As pessoas naturalmente cansam-se de estar num negócio onde continuamente não conseguem perceber o que é que vai acontecer para além do dia, porque não sabem se amanhã há um novo surto e se amanhã há uma nova decisão para se fechar outra vez. Isto é algo que cria sérios problemas de sustentação e sustentabilidade dum conjunto de atividades económicas na cidade.

**Antes da pandemia, o Porto estava a enfrentar um período de massificação turística. Acha que a cidade pode correr o risco de perder a sua identidade, caso isso volte a acontecer?**

A questão da identidade é algo curioso. O que é a identidade? A identidade foi bem definida por tudo aquilo que são regimes autoritários, essa lógica da identidade é algo que eu sinceramente não consigo perceber, porque é uma lógica tão xenófoba, tão fechada, tão pouco aberta à diferença, que me assusta. As pessoas que defendem esta perda da identidade são as pessoas que também querem acabar com a tauromaquia, que é um carácter identitário. O Porto é, e espero que seja sempre, uma cidade da liberdade, a cidade aberta, a cidade da tolerância, a cidade que recebe tudo e todos, a cidade que aceita as pessoas que chegam, que aceitam que as pessoas possam partir e que aceita que as pessoas diferentes possam vir à cidade. Eu não posso aceitar que as pessoas venham dizer que a cidade é conquistada pelos estrangeiros e do mesmo modo, ouvir essas pessoas na televisão a defender a imigração. O que essas pessoas estão a dizer é que a imigração é boa na terra dos outros, mas na terra deles... Eu tenho que ter na Sé as pessoas que nasceram na Sé, eu tenho que ter na Ribeira as pessoas que nasceram na Ribeira, ora bem política mais xenófoba que esta eu não conheço. Eu não consigo perceber como é que as pessoas conseguem ver o carácter identitário nesta lógica de perguntar às pessoas “quem é a tua família?”, “onde é que nasceste?” “o teu avô é daqui?”, “se não é daqui, tu não podes viver aqui?”. O carácter identitário é dado por um conjunto de valores que toda a gente aceita. Eu conheço muitos estrangeiros que vivem na cidade do Porto que são mais portuenses que muitos portuenses. Nós queremos é uma cidade que seja aberta, seja tolerante. A identidade só se perde quando não se tem personalidade, a identidade é conquistada, se te deixas “colonizar”, evidentemente que vais perder a tua identidade. O que eu vejo no Porto é uma cidade que transforma as pessoas que vêm cá em portuenses. Isto é a força da cidade, muita gente vem cá, que é americana, que é inglesa ou francesa, que é do Sri Lanka ou do Bangladesh, de repente adora mais a cidade do Porto que outra coisa qualquer e isso chama-se identidade de cidade. A força da cidade está na sua autoestima, eu acho que o Porto sempre teve esta autoestima, sempre teve esta capacidade de se afirmar como um todo, portanto eu não tenho medo da perda de identidade. Evidentemente que nós temos que zelar enquanto autarquia, enquanto município, para que a cidade não seja uma cidade monofuncional,

como eu costumo dizer. Até por uma questão de interesse, nós não queremos que a cidade do Porto seja igual a qualquer cidade. Eu vejo muito mais o caráter identitário da cidade no comércio do que nas pessoas, ou seja, para mim é muito mais importante uma loja da cidade que existe há cem anos do que as pessoas, porque eu não defendo que as pessoas na cidade sejam as pessoas que vivem cá há quatro ou cinco séculos, isto é a lógica medieval. Na idade média, as cidades tinham muros, fortalezas e castelos exatamente para defender as pessoas e a cidade era um ponto de defesa do medo, as cidades hoje têm de ser cidades abertas. Eu adoro Malmo que é a cidade da Europa com mais nacionalidades, tem 192 nacionalidades e em Malmo ninguém discute a perda de identidade, isto é uma cidade do mundo. Eu acho que o Porto tem que ser uma cidade do mundo, tem que ter a sua identidade evidentemente, tem que defender o seu património, tem que defender o seu legado histórico, mas sobretudo tem que se projetar em termos de futuro, tem que ser esta cidade global, esta cidade aberta, esta cidade cosmopolita. Evidentemente que isto traz problemas, nós temos que ter um conjunto de políticas que integrem, que façam com que ninguém fique para trás, mas isso é outra questão. Sinceramente não gosto da palavra identidade, porque é algo que me lembra outros tempos, que eu não quero que se repitam na Europa, em que perguntam à pessoa qual é o nome de família para perceber qual é a sua identidade. Acho que é algo que devemos definitivamente abandonar, a questão da identidade, nós somos uma cidade num continente e no mundo, temos que almejar ser a cidade de todos que queiram cá morar, de todos mesmo, independentemente da sua raça, do seu credo e da sua cor.

**Obrigada pela perspetiva, este tema é uma das coisas que nós discutimos e falamos muito nas aulas de mestrado, sobre o que é realmente a identidade e, realmente, todos os alunos que fazem parte do mestrado têm perspetivas muito diferentes, por isso ouvir a sua opinião é mais um complemento e agradeço o seu ponto de vista. Mudando ligeiramente o tema, qual a sua opinião em relação às obras de intervenção na Estação de S. Bento, para a construção de um restaurante e um mercado? Sendo que a UNESCO e a ICOMOS constataram que, caso essa obra avançasse, o estatuto de Património Mundial da Humanidade poderia ser retirado?**



Vamos ser claros, a reação não foi da UNESCO, foi do ICOMOS. O ICOMOS é uma entidade que nunca ninguém sabe muito bem o que é, basicamente ela não é eleita, não é transparente e não é questionável. Quem gere a cidade do Porto não é o ICOMOS, é a cidade do Porto, quem gere a cidade do Porto não é a UNESCO, é a cidade do Porto, quem atribui a identificação do património da humanidade é a UNESCO. A cidade tem que escolher querer ser património da humanidade ou não, e o Porto escolheu ser património da humanidade, e bem, na minha perspetiva. O Porto é um *case study*<sup>152</sup> a nível mundial, do ponto de vista de preservação do seu património material. Preservando o seu património material, não fazendo com que a cidade seja um museu, ou seja o Porto conseguiu conjugar as duas coisas. Conseguiu conjugar uma cidade que se retransforma completamente do ponto de vista económico, que se transforma completamente do ponto de vista de especialização económica, com a manutenção de um estatuto de património da humanidade. A questão da Estação de São Bento é uma questão curiosa, porque basicamente o que nós temos é uma intervenção do ICOMOS, que coloca a questão sobretudo do ponto de vista da cidade. A crítica que o ICOMOS faz é: a retransformação que o arquiteto Souto Moura pretende fazer, em algo que não pertence à cidade, pertence à Infraestruturas de Portugal, portanto aquele equipamento nem é da cidade, é um equipamento nacional. O ICOMOS o que nos diz, no seu parecer, é que aquela intervenção, para além de ter questões paisagísticas que foram completamente rebatidas pelo arquiteto Souto Moura, do ponto de vista técnico, o ICOMOS diz-nos que a estação de São Bento deveria ter um parque de estacionamento. Sinceramente, quando eu tenho uma entidade, que não é eleita pelos portuenses, que não é eleita por ninguém do ponto de vista político, que não tem de facto um mandato de ninguém, vir dizer a uma cidade que deve haver um parque de estacionamento, eu lamento, quero dizer é uma opinião. Como eu, Ricardo Valente, também tenho opiniões como município, há ruas que eu acho que deviam ter sentidos diferentes, passadeiras que deviam estar em sítios diferentes, mas é a minha opinião. E, portanto, a opinião do ICOMOS é uma opinião que nós recebemos e ouvimos, no entanto temos uma opinião diferente. Não nos preocupa minimamente a opinião das pessoas do ICOMOS, por uma razão óbvia: a UNESCO nunca nos mandou uma carta, nem nenhuma documentação oficial, a dar nota de que qualquer intervenção na Estação de São Bento punha em causa a classificação do Porto enquanto património da humanidade.

---

<sup>152</sup> Traduzido do inglês pela autora: estudo de caso

**Na minha pesquisa, vi que é também administrador da Sociedade Porto Vivo, que é um tema importante na minha dissertação. Como descreve os progressos que a sociedade de reabilitação urbana portuense tem alcançado ao longo dos últimos anos?**

Acho que houve um momento muito bom da Porto Vivo, SRU, a sua criação foi um *case study* a nível nacional. Vamos ser claros, muito daquilo que nós vemos hoje no Porto, como resultado final, derivou daquilo que foi feito na Porto Vivo, na lógica de intervenção malha fina, que a Porto Vivo fez. O Porto foi a primeira cidade do país a criar uma sociedade de reabilitação urbana, as coisas correram muito bem, depois houve uma fase negra. Eu chamaria a fase negra quando o Estado, de certo modo, após a recessão do país em 2010/2011, abandonou um conjunto de intervenções. O Porto Vivo, SRU, era uma empresa do estado, em que o município do Porto era acionista, mas era acionista minoritário. O presidente da Porto Vivo era escolhido pelo Estado Central, poucas pessoas sabem disto e, portanto, essa é a fase negra. Eu diria que desde que nós assumimos totalmente a Porto Vivo, SRU, como 100% municipal, acho que a história volta a ser uma história muito interessante, do ponto de vista da cidade, pois a Porto Vivo volta a ser recapitalizada, com dinheiros do município, volta a ter capacidade de intervir no casco histórico do Porto e volta a reabilitar edificado da cidade. A Porto vivo passa a ter responsabilidades do ponto de vista daquilo que é a habitação de renda acessível. Independentemente da história e das dificuldades, o Porto é hoje a cidade do país com maior história de sucesso do ponto de vista de arrendamento acessível e em plena pandemia. É a Porto Vivo que lidera esse projeto, nomeadamente com o “Porto com Sentido”, que foi um projeto lançado por mim na altura e é gerido pela Porto Vivo. Atualmente, o Porto tem mais de cem habitações em renda acessível, no centro da cidade, para pessoas na cidade que nós trouxemos do mercado de turismo para o mercado de arrendamento. A Porto Vivo é hoje responsável pelas áreas de reabilitação urbana da cidade do Porto, inclusive a intervenção diretamente em Campanhã. É a Porto Vivo que está a liderar todo o processo das ilhas do Porto, que é um importante projeto de investimento, retransformação e requalificação das ilhas da cidade do Porto. Hoje, diria que voltamos a ter uma Porto Vivo com um papel muito ativo, do ponto de vista da cidade, do ponto de vista de reabilitação e sobretudo de regeneração urbana, que é um ponto importante, não chega só reabilitar, é preciso regenerar. Nós vamos instalar uma residência de estudantes em pleno centro histórico da cidade, é a primeira vez que o

Porto vai ter estudantes no centro da cidade. Nós sempre defendemos isto, defendemos que a cidade tem que ser gentrificada no bom sentido. Fechamos o acordo com a FAP, Federação Académica do Porto, para retransformar um edifício numa residência de estudantes, exatamente porque entendemos que o nosso papel enquanto sociedade de reabilitação urbana é de regenerar a cidade, portanto trazer vida à cidade. Fazer com que aquela parte da cidade se retransforme e que não seja uma cidade fechada, mas sim uma cidade aberta, aberta aos jovens. Fico muito contente quando vejo estudantes a voltarem à Sé, ao Morro da Sé, que tipicamente associamos à droga, à criminalidade e às coisas más da cidade. Voltar a ver estudantes, voltar a ver pessoas com bom sentido de vida no centro da cidade, para mim é algo que me deixa extremamente satisfeito e contente.

**Obrigada por ter partilhado comigo esta informação, por acaso ia ser uma das minhas perguntas seguintes. Se realmente a criação de uma residência de estudantes, a criação de uma unidade de alojamento turístico e a ampliação do lar de 3ª idade, se se mantinham como planos de reabilitação, ou se existiam outros planos para esta reestruturação?**

Sim, este projeto que vou falar nem é a residência dos estudantes, porque é uma coisa que nós tínhamos dirigida a uma residência sénior, mas após imensas tentativas junto da IPSS <sup>153</sup> da cidade de fazer com que pegassem naquele edifício, não conseguimos e dissemos, “se eles não pegam, vamos olhar para os jovens da cidade, vamos falar com a Federação Académica”, e fechamos o acordo. Estamos a falar de vinte e dois quartos, não é nada de especial, continuamos com o projeto da residência universitária, que isso sim é um projeto grande, estamos a falar de mais de duzentos quartos. Do ponto de vista daquilo que é o Morro da Sé, nós pensamos entregar e fechar o protocolo com a Universidade do Porto e Federação Académica do Porto durante ainda o primeiro semestre deste ano, isso é algo que continua em cima da mesa e já está definido no ponto de vista do nosso plano estratégico e que vai entrar também no PRP, Plano de Recuperação e Resiliência. Do ponto de vista da unidade hoteleira, também temos esse hidrato de fazer um hotel naquele centro histórico, porque não há nenhum e queremos dar vida àquela zona da cidade. Aquela zona da cidade não pode ficar refém de um destino... Como eu costumo dizer, o destino é construído pelas pessoas, nós nunca

---

<sup>153</sup> IPSS são Instituições Particulares de Solidariedade Social

podemos abandonar partes da cidade, nunca podemos fazer com que uma parte da cidade, que nos dizem que não tem futuro, não tenha futuro, porque nos dizem que não tem futuro. Isso não existe, o futuro é construído, e, portanto, nós não podemos abandonar o Morro da Sé. Nós recuperamos edificado, mas em muitos casos, não recuperamos a vida económica nem a vida social, ou seja, nós recuperamos edifícios, mas continuamos a ter um tecido económico e social onde nós não nos reconhecemos. Quem é portuense e vai à Sé percebe o que temos. Temos uma zona extremamente idosa, temos uma zona com muitos problemas do ponto de vista de droga, com muitos problemas do ponto de vista da criminalidade e é isso que nós queremos romper. Para romper, nós temos que meter pessoas novas, temos que encher aquilo com vida. Nós temos que colocar a boa moeda para expulsar a má moeda e não fazer com que a má moeda expulse a boa moeda. O nosso princípio é fazer com que a boa moeda chegue lá e, com a força e o apoio do município, expulse a má moeda. Nós não vamos abandonar partes da cidade, nós não vamos permitir que haja partes da cidade que sejam guetos de criminalidade, prostituição ou droga, isso não vamos permitir. Eu sei que isto tem custos, evidentemente, e não é simpático, mas para ver a lógica que estas ideias progressistas depois têm, eu vou dar um exemplo. Nós tivemos um casal de Cabo Verde que arrendou uma casa no centro histórico, com base no nosso programa de arrendamento. Este casal é tão maltratado pelos residentes que vem falar connosco e pede para sair, isto é lamentável. Temos uma zona histórica da cidade, que não aceita que pessoas de fora lá vão morar, dizem “você não pertencem ao centro histórico”, é lamentável, basicamente porque são pessoas de outra cor, etc. Isto é algo que nós não aceitamos, nós não aceitamos este tipo de questões. As tais ideias da identidade são extremamente perigosas no fim, porque no fundo classificam as pessoas e as pessoas não são para ser classificadas, as pessoas são pessoas, ponto. Para nós é claro o carácter da identidade, é uma narrativa muito perigosa no fim do dia, que tem consequências muito perigosas, por isso é que nós queremos levar os jovens, pois entendemos que os jovens têm uma vida própria, criam dinâmicas próprias, eles próprios conseguem conquistar o território. Nós estamos a caminhar para desenvolver ali um conjunto de residências universitárias que nos permita mudar a lógica de vida ali, que permita igualmente que as pessoas que lá chegam não sejam forasteiros, são pessoas como outras quaisquer. As pessoas têm que aceitar isso, para depois voltarmos a encher aquilo de vida. Espero eu que ao fim de algum tempo, possamos ter pessoas de Cabo Verde a

poderem estar no centro da cidade sem serem questionadas porque têm um tom de pele diferente, que é algo que eu acho perfeitamente inaceitável no século XXI.

**Por fim, queria fazer-lhe uma pergunta em relação ao projeto “Porto com Sentido”. É um programa entre a Porto Vivo e a CMP, onde é importante rejuvenescer o tecido urbano com famílias jovens ou com crianças e a criação de um laço afetivo com a cidade. No entanto, na sua opinião, considera que os critérios de acessibilidade são compatíveis com a realidade económica e o estilo de vida em Portugal?**

Não sou politicamente correto, não, a lei é uma lei definida pelo governo da república, que tem a ver com o decreto-lei do arrendamento acessível e considera que a renda acessível é toda e qualquer renda que esteja 20% abaixo da mediana do metro quadrado numa determinada zona da cidade. Ora bem, isto é erradíssimo na minha perspetiva, porque considera que a renda acessível está dependente do preço de mercado. Eu sou um liberal, mas um liberal não é uma pessoa que acredita que os mercados são a forma feita de gerir, aliás isso estuda-se em economia. Eu sou professor na faculdade de economia, e na teoria dos mercados eficientes só acredita quem acredita no pai natal. Eu não acredito, muito menos na lógica da habitação. A lei também está mal feita, porque a renda acessível deveria ser feita de acordo com o rendimento das pessoas e não de acordo com o preço de mercado, desta forma a lei está errada. Estando errada, como é que um liberal como eu resolveu o problema? Colocando dinheiro público do município do Porto na equação. O município o que faz é algo muito simples: criou um programa de renda acessível de acordo com aquilo que está definido no decreto-lei, por parte do governo da República, depois pegou nos impostos dos portuenses e atribuiu um subsídio. Isto significa que o município do Porto paga 30% da renda, isto faz com que seja possível as pessoas terem acesso a renda acessível, porque outro modo seria impossível. Se nós olharmos para o programa conforme ele estava, numa lógica nacional, ele na minha opinião é inoperacional face ao nível de rendimentos do país. Sobretudo nos grandes centros urbanos, que sofrem uma pressão urbanística muito grande. Disponibilizando o dinheiro, como nós fizemos, permitiu baixar o custo efetivo do arrendamento ao arrendatário. Tem-nos sido transmitido, pelo governo central, que o “Porto com Sentido” é um caso de sucesso a nível nacional por esta razão, porque nós fomos além daquilo que o governo central estipulou. Colocamos recursos do município,

dinheiro do orçamento do município, e estamos a falar de bastante dinheiro, custa-nos em velocidade de cruzeiro 1,2 milhões de euros anualmente, em apoio de rendas. É muito dinheiro, mas é a única forma que nós temos de garantir o arrendamento acessível. O que nós estamos a fazer agora é algo diferente. No novo Plano Diretor Municipal da cidade que aprovamos, temos uma lógica diferente, basicamente em todos os empreendimentos da cidade que estão em zonas de pressão urbanística, ou seja, que estão nestas zonas onde os preços estão a subir muito, nós obrigamos a que os investidores privados coloquem parte dos seus imóveis, obrigatoriamente, em mercado de renda acessível. Estamos a seguir aquilo que já faz o norte da Europa, aquilo que faz a Dinamarca, a Suécia, o Reino Unido, aquilo que fazem até os Estados Unidos da América. Nova Iorque tem um sistema mais ou menos igual a este. Portanto, respondo à sua pergunta de uma forma bastante clara, o “Porto com Sentido” funciona bem porque exige um esforço orçamental por parte do município do Porto.

Anexo II - Questionário

Centro Histórico do Porto - Barómetro Empresarial após COVID-19

1. Qual a sua idade?
  - Entre os 18 e os 25 anos
  - Entre os 26 e os 30 anos
  - Entre os 31 e os 40 anos
  - Entre os 41 e os 50 anos
  - Acima dos 51 anos
  
2. Qual o seu género?
  - Feminino
  - Masculino
  
3. A sua atividade empresarial atua dentro de que sector?
  - Turismo
  - Património Cultural e/ou Histórico
  - Restauração
  - Retalho
  - Imobiliário
  - Saúde
  - Educação
  - Serviços
  - Outro:
  
4. Caso a sua atividade empresarial esteja relacionada com o turismo, dentro de que tipo de comércio se insere?
  - Hotelaria
  - Restauração, eventos e bar
  - Animação turística
  - Agências de viagens
  - *Rent a car*

- Outro:
5. Caso a sua atividade empresarial esteja relacionada com o património cultural ou histórico, dentro de que tipo de comércio se insere?
- Museus
  - Eventos culturais
  - Teatros
  - Concertos e/ou Espetáculos ao Vivo
  - Outro:
6. Há quanto tempo existe a atividade empresarial da qual faz parte?
- Menos de 5 anos
  - Entre 5 anos e 10 anos
  - Entre 10 anos e 20 anos
  - Entre 20 anos e 50 anos
  - Mais de 50 anos
7. Qual o impacto que a COVID-19 teve sobre a estabilidade da sua atividade empresarial?
- Muito mau
  - Mau
  - Favorável
  - Bom
  - Muito bom
8. Como está a sua empresa a desenvolver a sua atividade desde Março de 2020?
- De forma normal
  - Teletrabalho
  - *Lay off*
  - No local de trabalho com atendimento ao Público
  - No local de trabalho sem atendimento ao Público



- Suspendi a atividade
- Outro:

9. Considerando os valores obtidos no ano de 2020, conclui que estes foram inferiores ao ano de 2019?

- Sim
- Não
- Outro:

10. Desde o início da pandemia em Março de 2020, teve de reduzir o número de colaboradores?

- Sim
- Não
- Outro:

11. Está a pensar aumentar o número de colaboradores a partir de Maio de 2021?

- Sim
- Não
- Outro:

12. Considera que foram dados os apoios necessários à sua atividade empresarial por parte de entidades públicas e/ou privadas?

- Sim
- Não
- Outro:

13. Se sim, pode descrever quais?

14. Durante o ano de 2020, excluindo o período da quarentena, quantos meses o negócio esteve em funcionamento?

- Entre 12 a 9 meses
- Entre nova 6 meses
- Entre 6 a 3 meses
- Outro:

15. Dentro de quanto tempo pensa que a sua atividade empresarial voltará à normalidade?

- Dentro de 1 mês
- Dentro de 2 a 4 meses
- Dentro de 5 a 8 meses
- Dentro de 9 a 12 meses
- Mais de 12 meses
- Outro:

16. Em que medida avalia o risco de encerrar a sua atividade empresarial devido à COVID-19?

- Sem risco
- Risco baixo
- Risco moderado
- Risco elevado
- Já encerrou
- Outra:

Nota: Este questionário foi inspirado no inquérito da empresa Airo. Fonte: <http://www.airo.pt/download/analise-2-questionario-barometro-empresarial-regiao-oeste-covid-19/>

Anexo III - Tabelas e Gráficos<sup>154</sup>

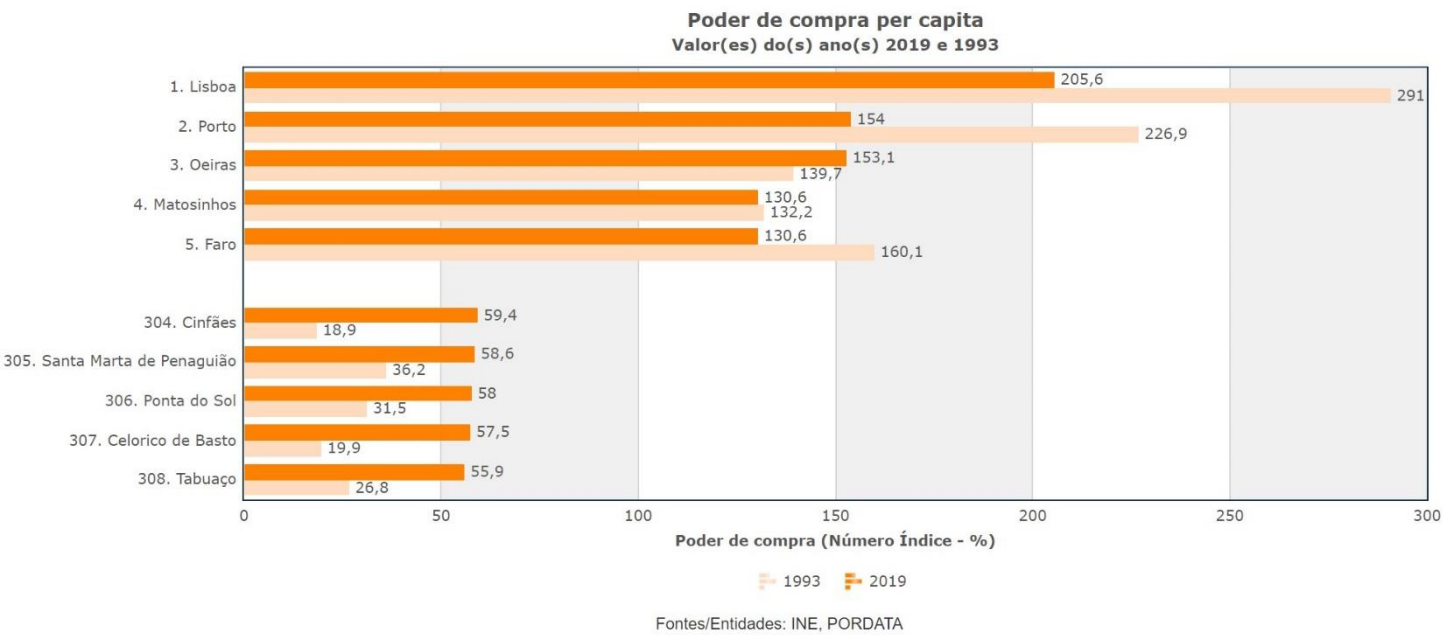


Gráfico 7 - Poder de compra per capita entre 1993 e 2019

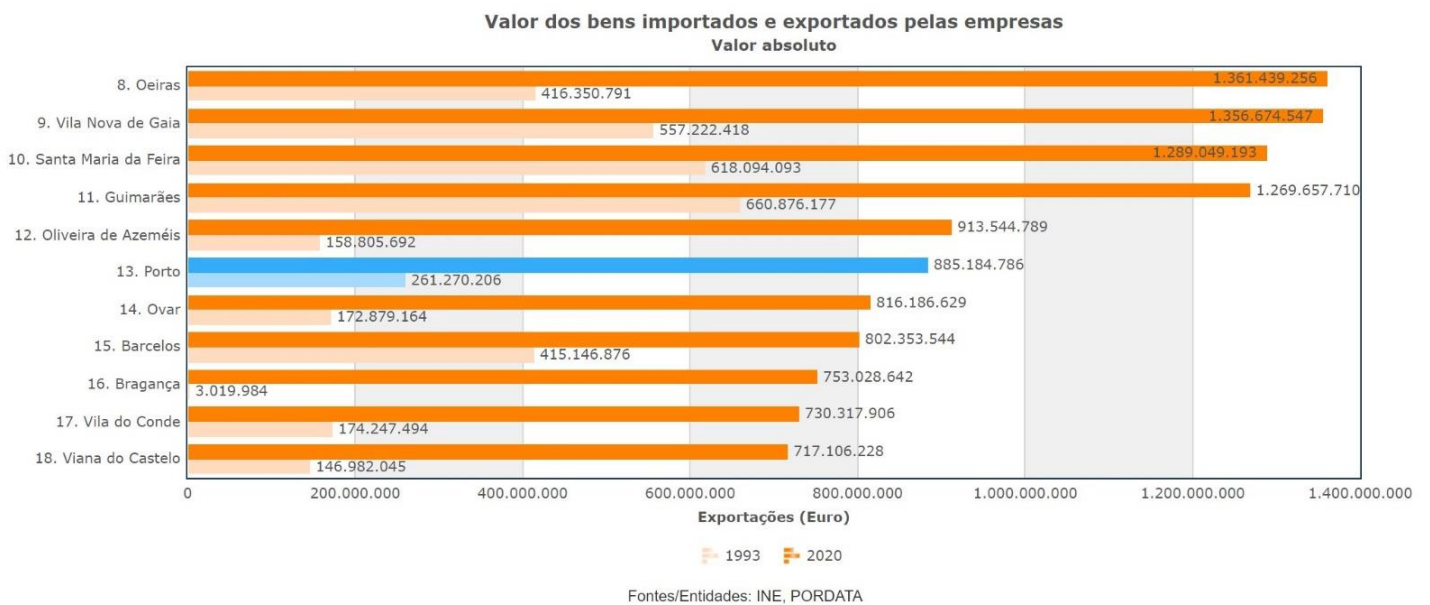


Gráfico 8 - Valor de bens importados e exportados pelas empresas entre 1993 e 2020

<sup>154</sup> Nota: Todos os dados analíticos foram encontrados nas plataformas do INE – Instituto Nacional de Estatística e PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo.

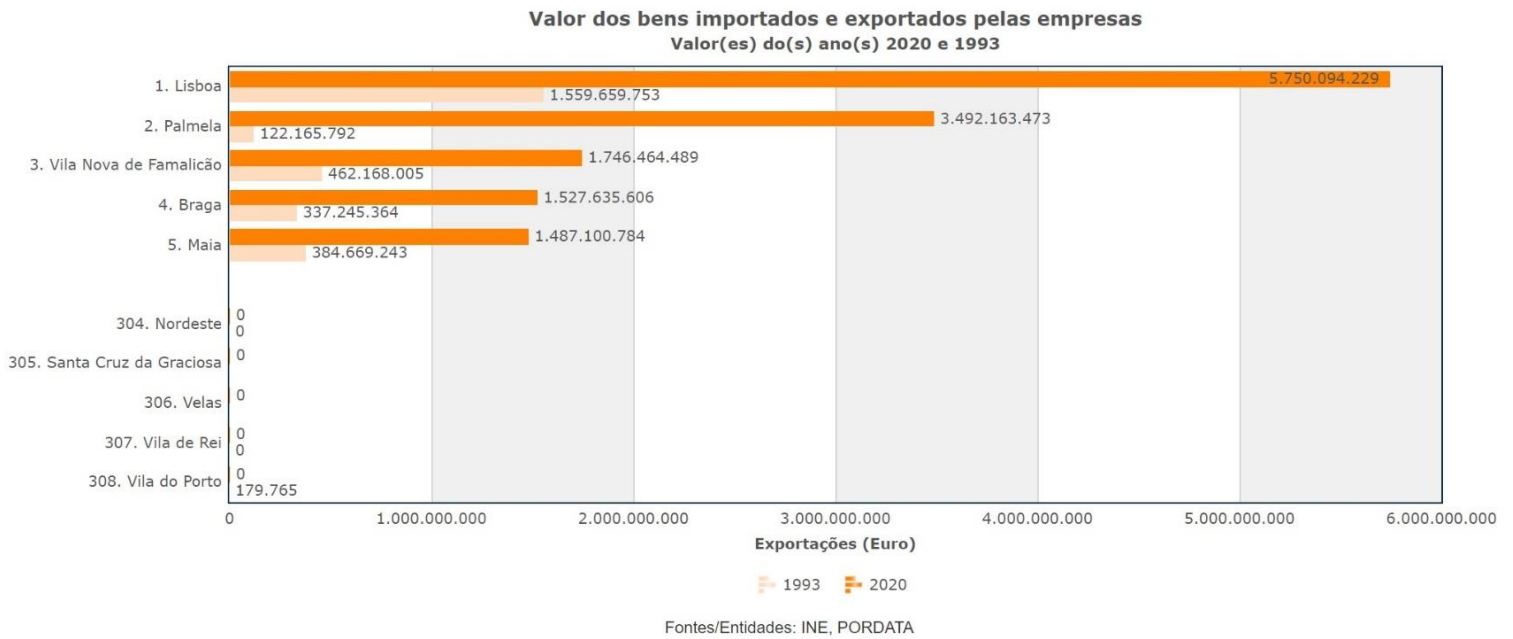


Gráfico 7 – Valor dos bens importados e exportados pelas empresas (II)

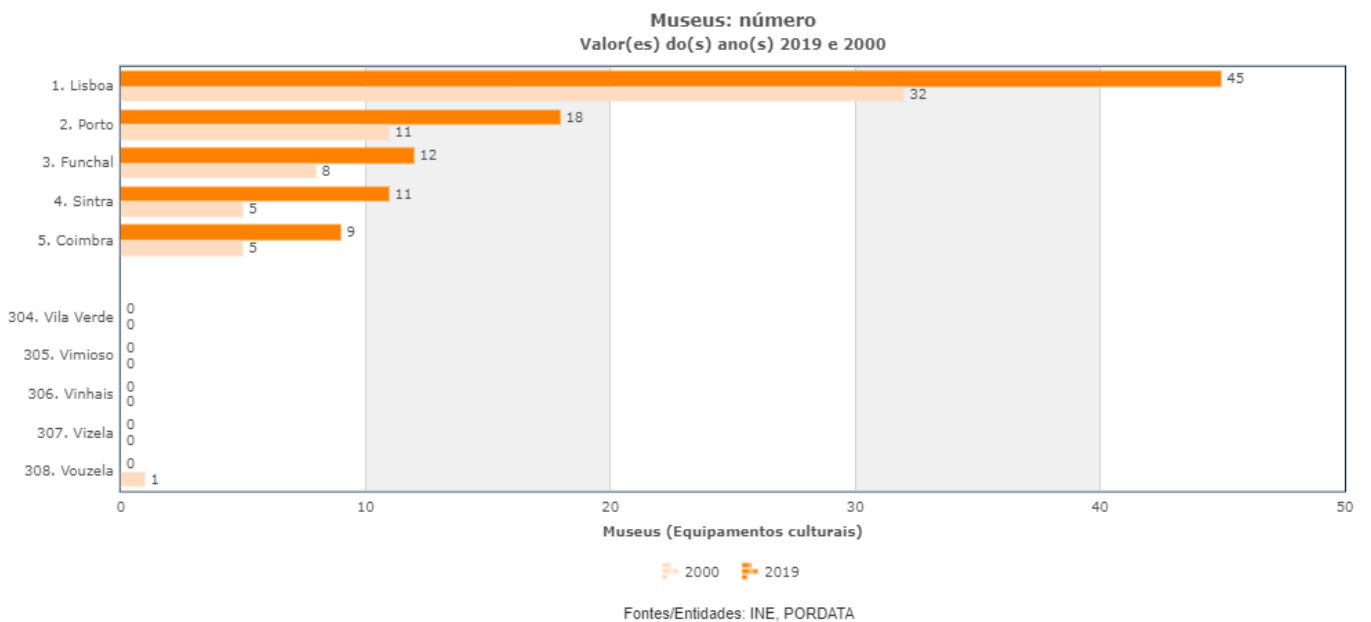


Gráfico 8 - Número de Museus em Portugal entre 2000 e 2019

Museus: total de visitantes, visitantes escolares e estrangeiros  
Valor(es) do(s) ano(s) 2019 e 2012

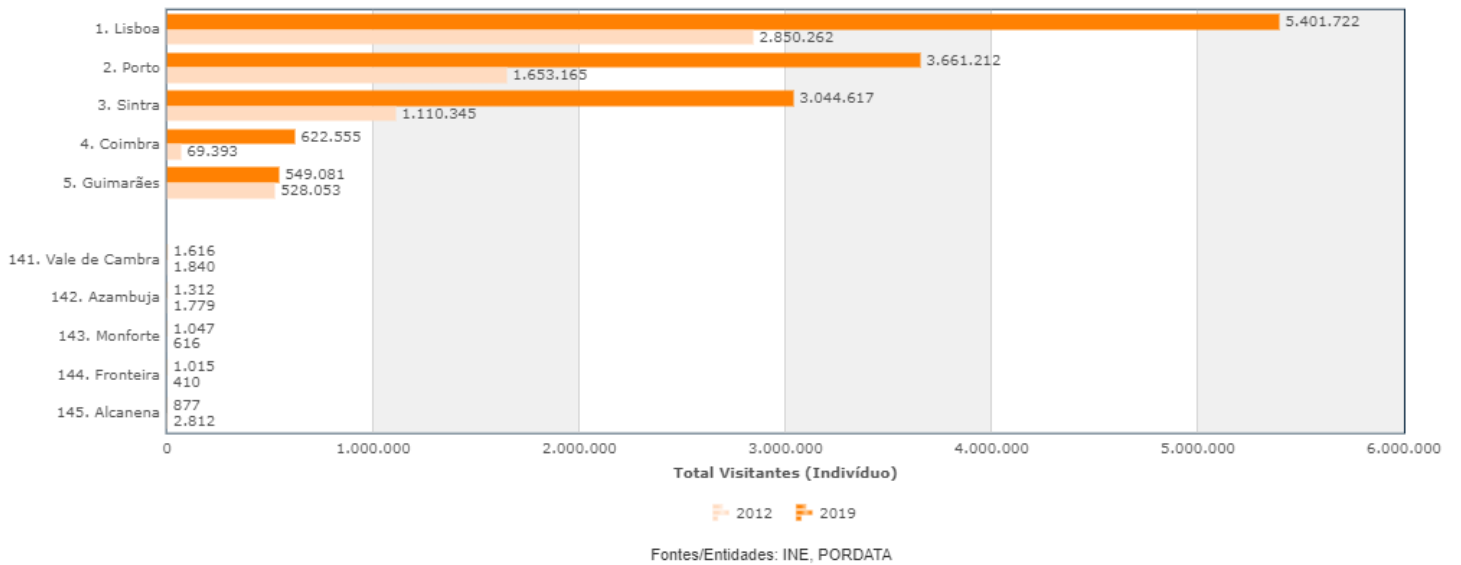


Gráfico 9 - Número de visitantes de museus em Portugal

Despesa das Câmaras Municipais em cultura e desporto: total e por domínio cultural (1995-2012)  
Valor(es) do(s) ano(s) 2012 e 1995

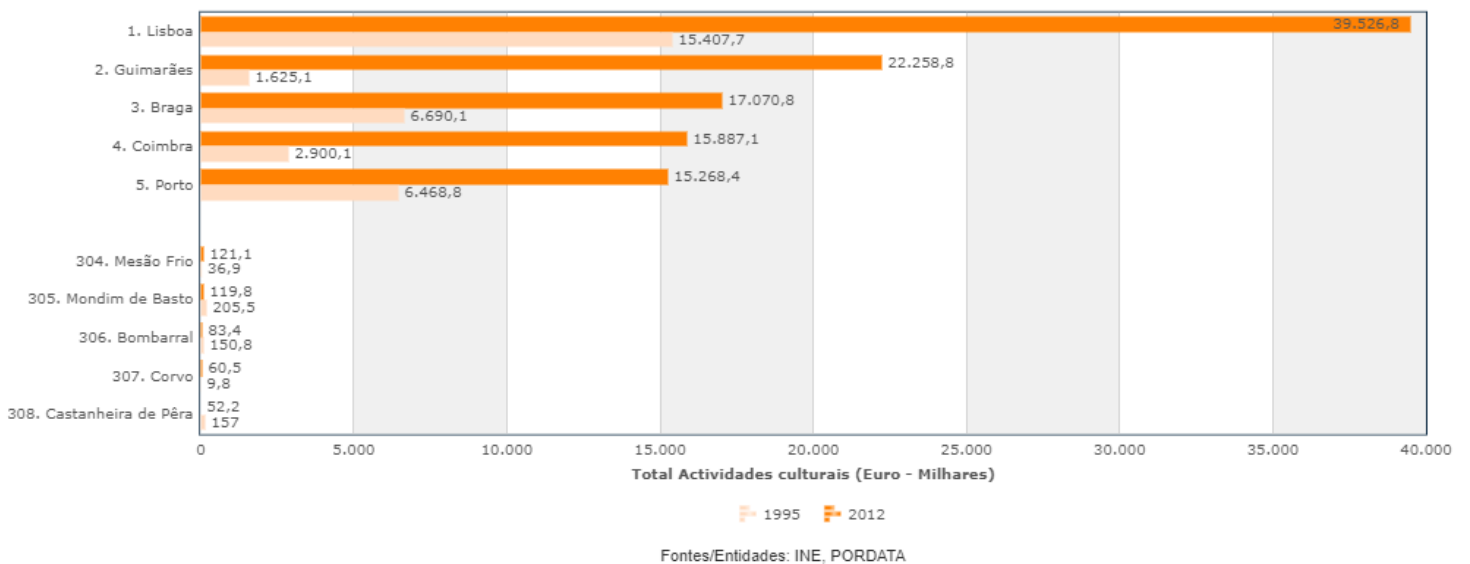


Gráfico 10 - Despesas da Câmara Municipal do Porto em cultura e desporto entre 1995 e 2012

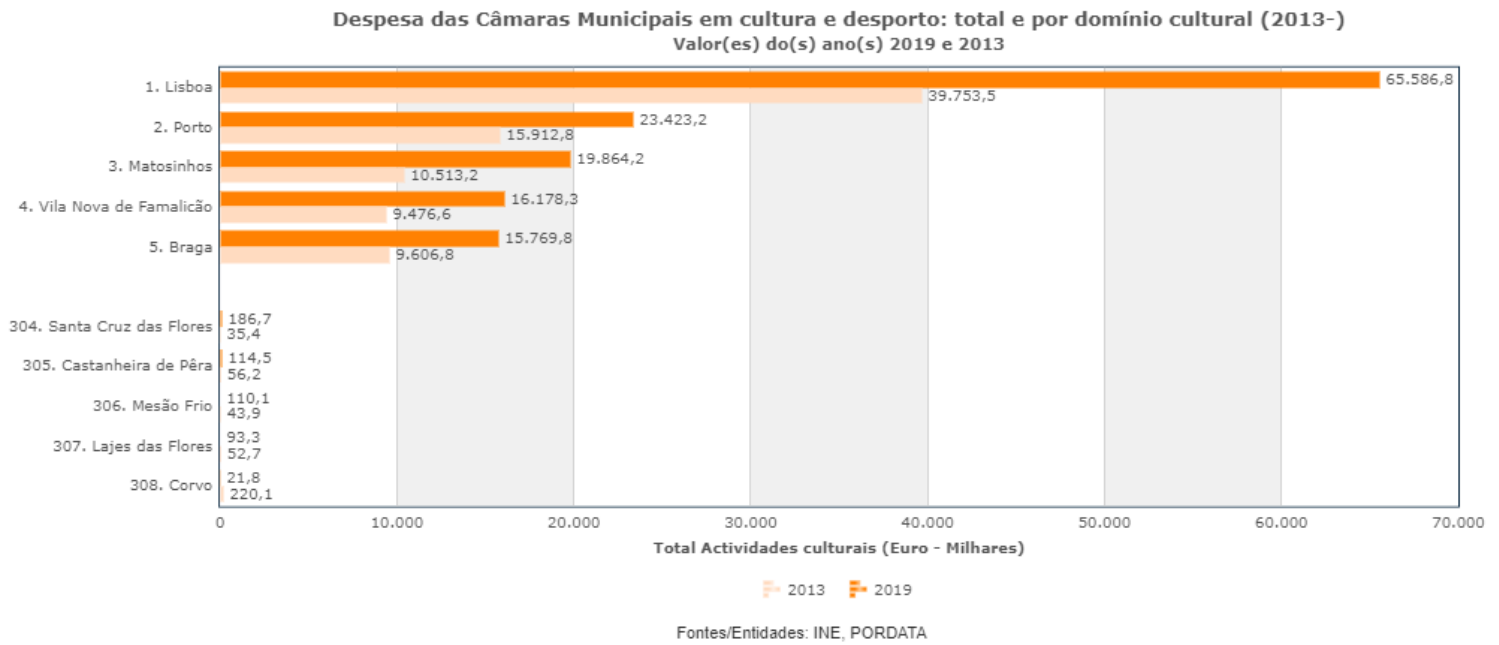


Gráfico 11 - Despesas da Câmara Municipal do Porto em cultura e desporto entre 2013 e 2019

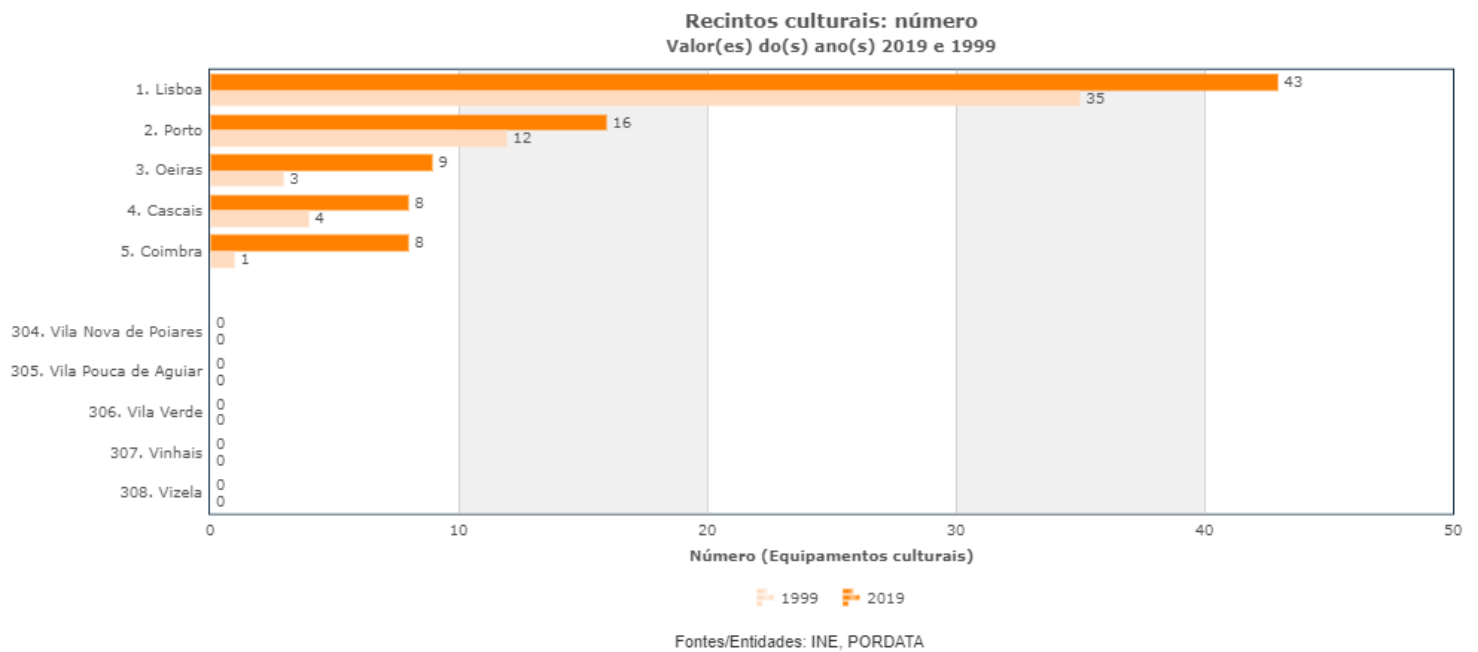


Gráfico 12 - Número de recintos culturais entre 1999 e 2019

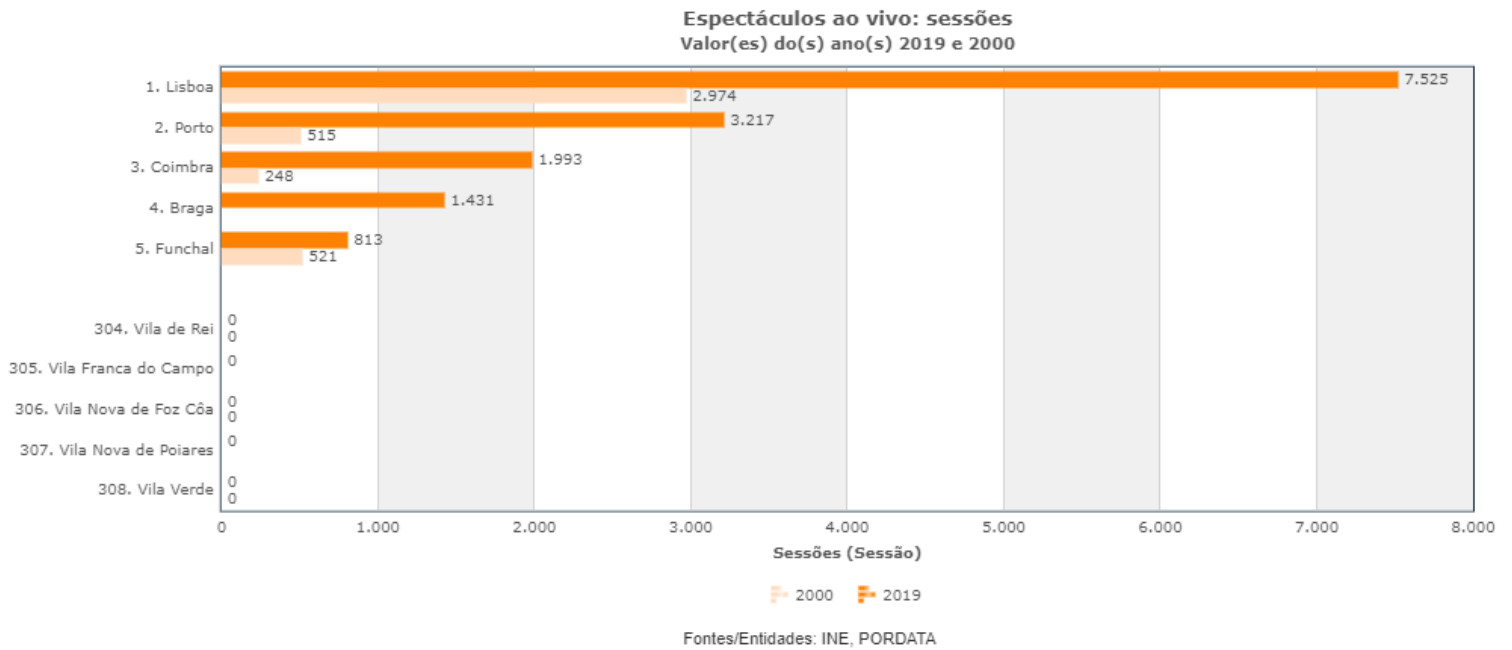


Gráfico 13 - Número de sessões de espetáculos ao vivo entre 2000 e 2019

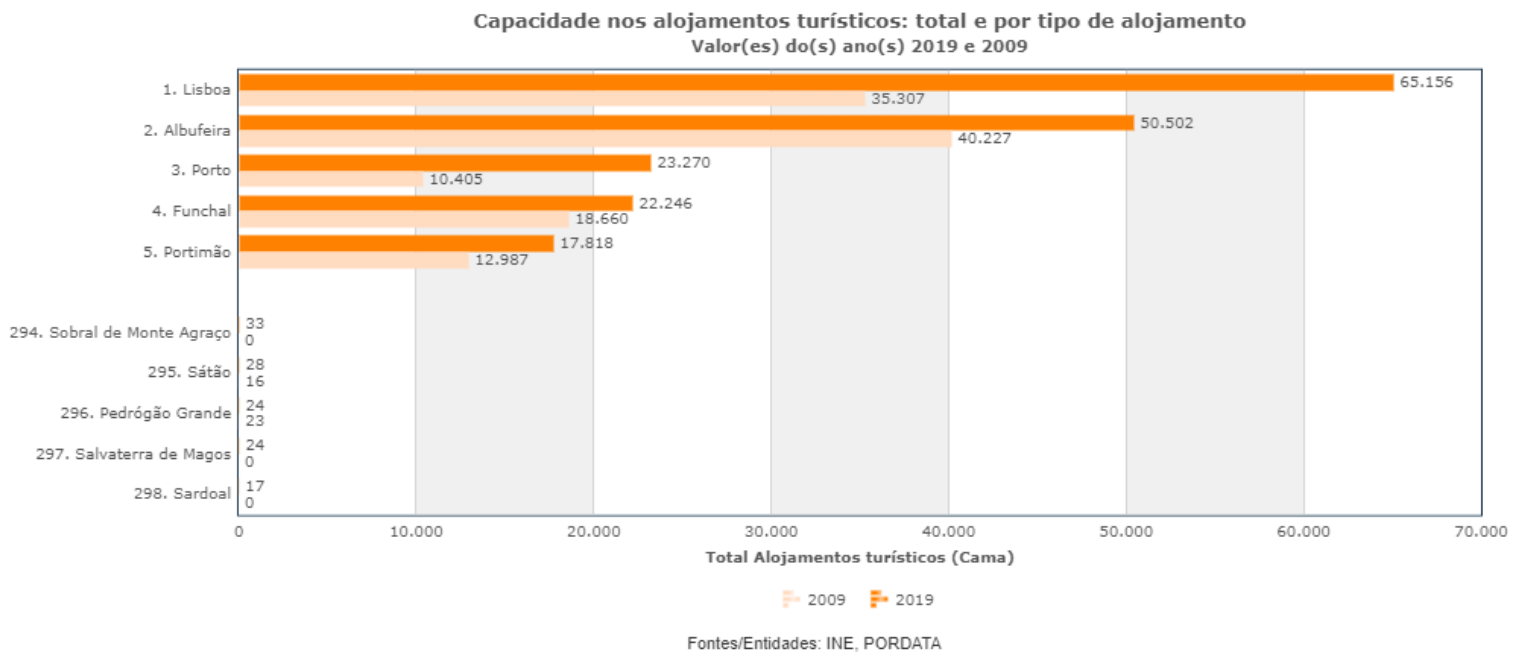


Gráfico 14 - Capacidade dos Alojamentos Turísticos entre 2009 e 2019

**Proveitos totais dos alojamentos turísticos: total e por tipo de alojamento**  
**Valor(es) do(s) ano(s) 2019 e 2009**

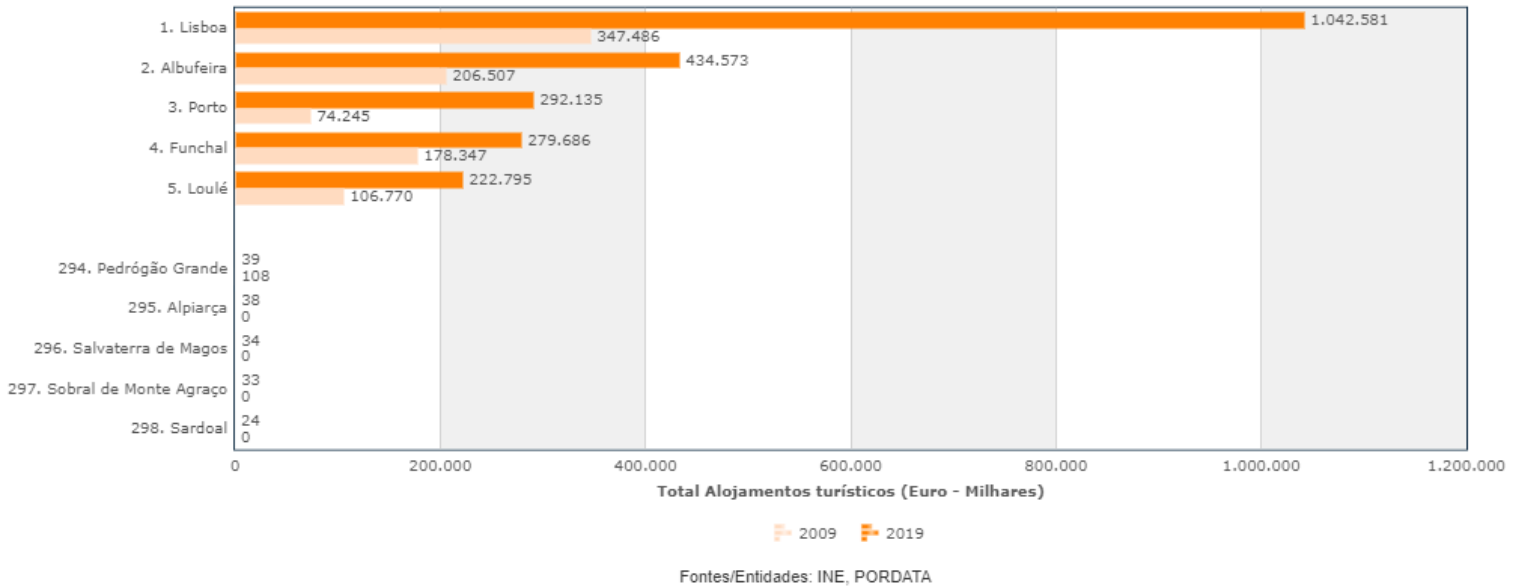


Gráfico 15 - Proveitos totais dos alojamentos turísticos entre 2009 e 2019



Figura 2 - Dados turísticos do INE entre 2019 e 2021 em Portugal



Período de referência dos dados	VAB gerado pelo turismo em proporção do VAB total (Base 2011 - %); Anual	
	Localização geográfica	
	Portugal	
	%	
2017	7,5 »	
2016	6,9	
2015	6,7	
2014	6,5	

VAB gerado pelo turismo em proporção do VAB total (Base 2011 - %); Anual - INE, Conta satélite do turismo

Período de referência dos dados	VAB gerado pelo turismo em proporção do VAB total (Base 2016 - %); Anual	
	Localização geográfica	
	Portugal	
	%	
2019	8,5 //	
2018	8,0	
2017	7,7	
2016	6,9	

VAB gerado pelo turismo em proporção do VAB total (Base 2016 - %); Anual - INE, Conta satélite do turismo

Tabela 2 - VAB gerada pelo turismo em Portugal

## Microempresas


		APOIAR.PT				APOIAR RESTAURAÇÃO	APOIAR RENDAS	
		2020	2021 (1.º trim.)	2020	2021 (1.º trim.)	2020/2021 (1.º trim.)	Diminuição de faturação entre 25% e 40%	Diminuição da faturação > 40%
		Diminuição da faturação entre 25% e 50%		Diminuição da faturação > 50%				
MICROEMPRESAS (com contabilidade organizada)	Restantes atividades	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>10.000 euros</b>	O incentivo correspondent e ao 4º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 2.500 euros para <b>12.500 euros</b>	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>15.000 euros</b>	O incentivo correspondente ao 4º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 3.750 euros para <b>18.750 euros</b>	20% do montante da diminuição da faturação durante os períodos abrangidos por suspensão legal da atividade, face à média de faturação diária registada nos fins de semana compreendidos entre o dia 1 de janeiro de 2020 e 31 de outubro de 2020, ou, no caso das empresas constituídas em 2020, no período de atividade decorrido até 31 de outubro de 2020	<b>30%</b> do valor da renda mensal de referência, até ao limite máximo de 1.200 euros mês/estabelecimento, durante 6 meses. <b>Limite por empresa: 40.000 euros</b>	<b>50%</b> do valor da renda mensal de referência, até ao limite máximo de 2.000 euros mês/estabelecimento, durante 6 meses. <b>Limite por empresa: 40.000 euros</b>
	Atividades encerradas por determinação legal/administrativa, nos CAE 56302, 56304, 56305, 93210 e 93294	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>55.000 euros</b>	O incentivo correspondent e ao 4º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 13.750 euros para <b>68.750 euros</b>	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>82.500 euros</b>	O incentivo correspondente ao 4º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 20.625 euros para <b>103.125 euros</b>			

Tabela 1 - Vantagens do Programa Apoiar para Microempresas

## Empresários em Nome Individual (ENI)


		APOIAR + SIMPLES				APOIAR RENDAS	
		2020	2021 (1.º trim.)	2020	2021 (1.º trim.)	Diminuição de faturação entre 25% e 40%	Diminuição da faturação > 40%
		Diminuição da faturação entre 25% e 50%		Diminuição da faturação > 50%			
ENIs (sem contabilidade organizada e com ou sem trabalhadores a cargo)	Restantes atividades	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>4.000 euros</b>	O incentivo correspondente ao 4.º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 1.000 euros para <b>5.000 euros</b>	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>6.000 euros</b>	O incentivo correspondente ao 4.º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 1.500 euros para <b>7.500 euros</b>	30% do valor da renda mensal de referência, até ao limite máximo de 1.200 euros mês/estabelecimento, durante 6 meses. <b>Limite por empresa: 40.000 euros</b>	50% do valor da renda mensal de referência, até ao limite máximo de 2.000 euros mês/estabelecimento, durante 6 meses. <b>Limite por empresa: 40.000 euros</b>
	Atividades encerradas por determinação legal/administrativa (CAE 56302, 56304, 56305, 93210 e 93294)	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>10.000 euros</b>	O incentivo correspondente ao 4.º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 2.500 euros para <b>12.500 euros</b>	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>15.000 euros</b>	O incentivo correspondente ao 4.º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 3.750 euros para <b>18.750 euros</b>		

Tabela 3 - Vantagens do Programa Apoiar para Empresários em Nome Individual

## Pequenas empresas


		APOIAR.PT				APOIAR RESTAURAÇÃO	APOIAR RENDAS	
		2020	2021 (1.º trim.)	2020	2021 (1.º trim.)	2020/2021 (1.º trim.)	Diminuição de faturação entre 25% e 40%	Diminuição da faturação > 40%
		Diminuição da faturação entre 25% e 50%		Diminuição da faturação > 50%				
PEQUENAS EMPRESAS	Restantes atividades	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>55.000 euros</b>	O incentivo correspondente ao 4.º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 13.750 euros para <b>68.750 euros</b>	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>82.500 euros</b>	O incentivo correspondente ao 4.º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 20.625 euros para <b>103.125 euros</b>	20% do montante da diminuição da faturação durante os períodos abrangidos por suspensão legal da atividade, face à média de faturação diária registada nos fins de semana compreendidos entre o dia 1 de janeiro de 2020 e 31 de outubro de 2020, ou, no caso das empresas constituídas em 2020, no período de atividade decorrido até 31 de outubro de 2020 <b>CAE 56: Restauração e similares</b>	30% do valor da renda mensal de referência, até ao limite máximo de 1.200 euros mês/estabelecimento, durante 6 meses. <b>Limite por empresa: 40.000 euros</b>	50% do valor da renda mensal de referência, até ao limite máximo de 2.000 euros mês/estabelecimento, durante 6 meses. <b>Limite por empresa: 40.000 euros</b>
	Atividades encerradas por determinação legal/administrativa, nos CAE 56302, 56304, 56305, 93210 e 93294	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>135.000 euros</b>	O incentivo correspondente ao 4.º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 33.750 euros para <b>168.750 euros</b>	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>202.500 euros</b>	O incentivo correspondente ao 4.º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 50.625 euros para <b>253.125 euros</b>			

Tabela 4 - Vantagens do Programa Apoiar para Pequenas Empresas

## Médias e grandes empresas


	APOIAR.PT				APOIAR RESTAURAÇÃO	APOIAR RENDAS	
	2020	2021 (1.º trim.)	2020	2021 (1.º trim.)	2020/2021 (1.º trim.)	Diminuição de faturação entre 25% e 40%	Diminuição da faturação > 40%
	Diminuição da faturação entre 25% e 50%		Diminuição da faturação > 50%				
MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS (com VN ≤ 50 M€)	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>135.000 euros</b>	O incentivo correspondente ao 4º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 33.750 euros para <b>168.750 euros</b>	20% da diminuição da faturação com o limite de <b>202.500 euros</b>	O incentivo correspondente ao 4º T 2020 é duplicado com o limite aumentado em 50.625 euros para <b>253.125 euros</b>	20% do montante da diminuição da faturação durante os períodos abrangidos por suspensão legal da atividade, face à média de faturação diária registada nos fins de semana compreendidos entre o dia 1 de janeiro de 2020 e 31 de outubro de 2020, ou, no caso das empresas constituídas em 2020, no período de atividade decorrido até 31 de outubro de 2020 <b>CAE 56: Restauração e similares</b>	<b>30%</b> do valor da renda mensal de referência, até ao limite máximo de 1.200 euros mês/estabelecimento, durante 6 meses. <b>Limite por empresa: 40.000 euros</b>	<b>50%</b> do valor da renda mensal de referência, até ao limite máximo de 2.000 euros mês/estabelecimento, durante 6 meses. <b>Limite por empresa: 40.000 euros</b>

Tabela 5 - Vantagens do Programa Apoiar para Médias e Grandes Empresas

## Anexo IV - Atrações importantes no CHP

### AVENIDA DOS ALIADOS E PRAÇA DA LIBERDADE



Ilustração 1 - Vista para a Avenida dos Aliados, do interior do Hotel InterContinental

Fonte: <https://www.nit.pt/fora-de-casa/turismos-rurais-e-hoteis/vista-cinco-estrelas-rali-portugal>

◆-----◆

Localização: Entre a CMP e o Intercontinental

Categoria: Arquitetura Civil

Grau: Conjunto de Interesse Público

Descrição: A Avenida dos Aliados é via comprida circundada com edifícios de *Art Deco* e *Art Nouveau*, foi-lhe concedido este nome celebrando a histórica aliança entre Portugal e Inglaterra no final do século XIV. No topo da avenida é possível encontrar a Câmara do Porto e, no seu final, na mais conhecida como Praça da Liberdade, encontra-se a estátua de um dom Pedro IV, figura importante do Liberalismo.

## ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SÃO BENTO

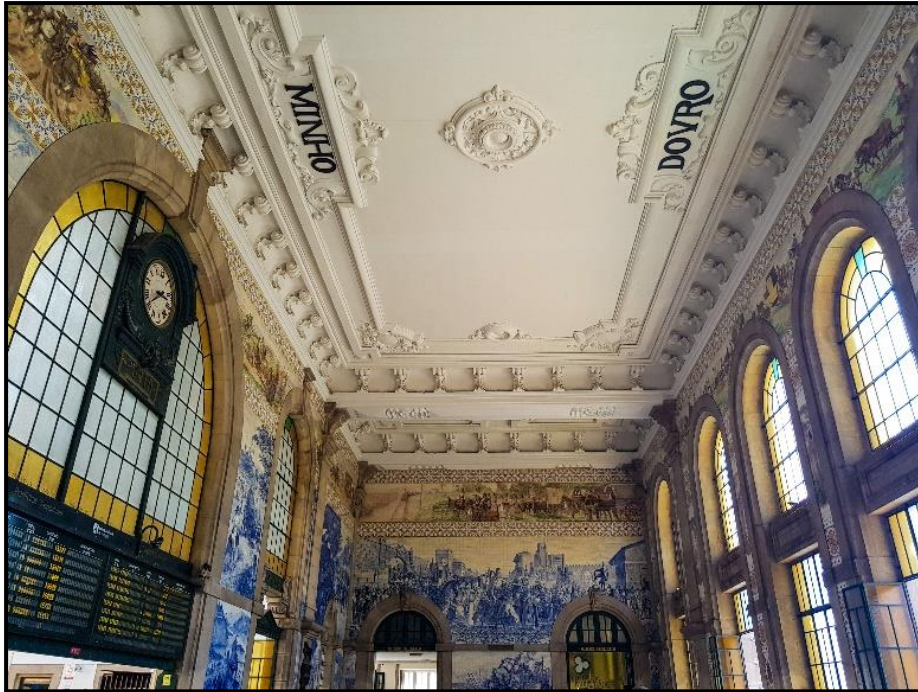


Ilustração 2 - Interior da Estação Ferroviária de São Bento

Fonte: Acervo Fotográfico da Discente



Localização: Praça Almeida Garret

Categoria: Arquitetura Civil

Grau: Imóvel de Interesse Público

Descrição: O local onde hoje se encontra a Estação Ferroviária do Porto, mais popularmente conhecida como Estação de São Bento, era um espaço onde outrora existiu um Mosteiro feminino, designado por Mosteiro de São Bento Avé Maria. Após terem sido extintas as ordens religiosas no final do século XIX, o edifício foi demolido e criado um novo projeto para facilitar a rede de transportes que o Porto começava a exigir. No interior encontram-se 20 mil azulejos, da autoria de Jorge Colaço, que contam um pouco da História de Portugal.

## PALÁCIO DA BOLSA



Ilustração 3 - Vista exterior para o Palácio da Bolsa

Fonte: <http://dreamtravelsonabudget.blogspot.com/2012/11/porto-in-winter.html>



Localização: Rua de Ferreira Borges

Categoria: Arquitetura Civil

Grau: Monumento Nacional

Descrição: Um dos símbolos da cidade é o emblemático Palácio da Bolsa, que durante anos foi um convento de freiras, até ser destruído por um incêndio. Com a generosidade de D. Maria II, que doou todos os terrenos à Associação Comercial do Porto, o Palácio foi erguido e posteriormente inaugurado a 24 de Dezembro de 1834. Atualmente, o Palácio é similarmente um espaço onde existe a realização de conferências, jantares, concertos, leilões, congressos e eventos da mais variada natureza.

## CASA DO INFANTE

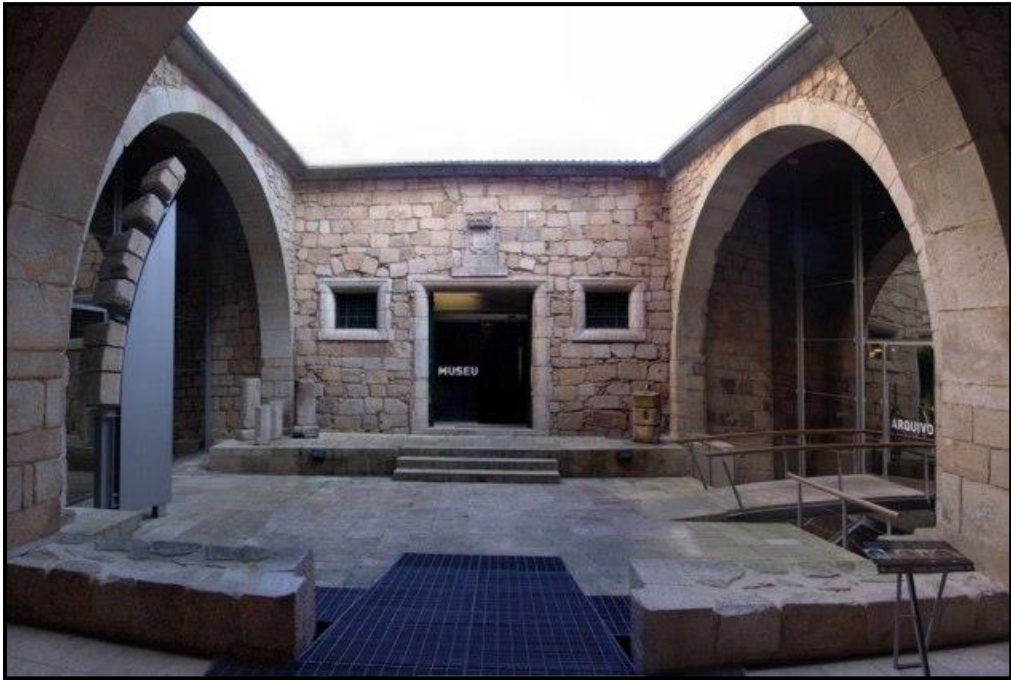


Ilustração 4 - Entrada da Casa do Infante

Fonte: <https://visitporto.travel/pt-PT/poi/5cd04b4af979e000013ddccf#/>



Localização: Rua da Alfândega Nº10

Categoria: Arquitetura Civil

Grau: Monumento Nacional

Descrição: Como mencionado anteriormente, a Casa do Infante pertencia à coroa portuguesa desde o século XIV, e foi ali que nasceu o Infante D. Henrique, O Navegador. Este edifício foi construído com um objetivo administrativo, o de inspecionar o comércio que chegava à cidade através do Rio Douro, função esta mantida até ao século XIX. Atualmente, tem uma função cultural com a inserção de um museu e o funcionamento do Arquivo Histórico.

## SÉ CATEDRAL E BAIRRO DA SÉ



Ilustração 5 – Sé Catedral e Bairro da Sé

Fonte: <https://portoalities.com/pt/guia-essencial-sobre-se-do-porto/>



Localização: Terreiro da Sé

Categoria: Arquitetura Religiosa

Grau: Monumento Nacional

Descrição: Erguida no século XII por iniciativa do Bispo D. Hugo, a Sé Catedral do Porto tem a sua base em granito e esteve em remodelação entre o século XVII e XVIII, ao cuidado do Arquiteto Nicolau Nasoni. É um dos monumentos mais antigos de Portugal, localizado no centro histórico da cidade, lado a lado com as muralhas Fernandinas, que em tempos protegeram a cidade. Na parte exterior, existe uma pequena praça com um pelourinho.



## TORRE E IGREJA DOS CLÉRIGOS



Ilustração 6 - Vista exterior da Torre dos Clérigos

Fonte: Acervo Fotográfico da Discente

Localização: Rua de S. Filipe de Nery

Categoria: Arquitetura Religiosa

Grau: Monumento Nacional

Descrição: Elaborada pelo Arquiteto italiano Nicolau Nasoni no séc. XVIII, a Torre dos Clérigos é uma ótima opção para uma vista 360° sobre a cidade. Com 75 metros de altura e com mais de 200 degraus, a subida é feita entre pequenas e íngremes escadas onde vamos encontrando cerca de 50 sinos ainda funcionais e um órgão. A igreja foi construída pela Irmandade dos Clérigos, e entre a igreja e a torre é ainda possível encontrar um museu com pinturas, esculturas, ourivesaria e peças de mobiliário e decoração.

## RIBEIRA DO PORTO



Ilustração 7 - Vista para a Zona Ribeirinha da perspetiva do Jardim do Morro, Gaia

Fonte: Acervo Fotográfico da Discente



Localização: Praça da Ribeira

Categoria: Arquitetura Civil

Grau: Imóvel de Interesse Público

Descrição: É uma área perto do rio Douro, com casas antigas e restaurantes com uma vista privilegiada para a Ponte D. Luís I e para o Rio Douro. Antigamente era um dos locais onde se realizavam as trocas comerciais. Esta é uma zona típica, muito procurada, onde os barcos rabelos estão atracados ao longo da margem. Na Ribeira existe a Praça da Ribeira, com a estátua do santo popular, João Batista. É um lugar de acontecimentos históricos, inclusivamente a tragédia da ponte das barcas em 1809, quando uma ponte improvisada com pontões cedeu ao não aguentar o peso dos portuenses que fugiam do exército de Napoleão. O Duque da Ribeira era uma das personalidades mais carismáticas da cidade, conhecido por salvar várias pessoas de morrer afogadas no Rio Douro. Após o seu falecimento, a praça junto ao pilar da ponte recebeu o seu nome e uma lápide.

## PONTE D. LUÍS I



Ilustração 8 - Vista para a Ponte Luís I e para os Pilares da Ponte Pênsil

Fonte: Acervo Fotográfico da Discente



Localização: Entre a Zona Ribeirinha e o Cais de Gaia

Categoria: Arquitetura Civil

Grau: Imóvel de Interesse Público

Descrição: O verdadeiro nome deste ex-libris da cidade é ponte Luiz I, e não, como é popularmente conhecida, Ponte D. Luís I. A obras de construção duraram entre 1881 e 1887 e o autor do projeto foi Théophile Seyrig, discípulo de Gustave Eiffel. Este monumento é composto por dois tabuleiros, o superior com 392 metros de comprimento, onde hoje em dia existe uma linha de passagem do metro e uma passagem pedonal, e o tabuleiro inferior, com 174 metros de comprimento, onde existe circulação rodoviária e ainda um passeio pedonal em ambos os lados da ponte. Esta era uma ponte com portagem, ou seja, cada pessoa tinha de pagar cinco reis para poder passá-la, esta cobrança apenas deixou de ser feita em 1944.

## MURALHA FERNANDINA



Ilustração 9 - Vista da Serra do Pilar para a Muralha Fernandina

Fonte: [https://www.geocaching.com/geocache/GC6ZAWH\\_muralha-fernandina?guid=357a0ea8-3c61-40f5-b946-37148422da05](https://www.geocaching.com/geocache/GC6ZAWH_muralha-fernandina?guid=357a0ea8-3c61-40f5-b946-37148422da05)



Localização: Escadas do Caminho Novo 17

Categoria: Arquitetura Militar e Gótica

Grau: Monumento Nacional

Descrição: No século XIV, existia uma pequena cerca primitiva que se tornou incompatível com o crescimento da cidade. Desta forma, a Muralha Fernandina veio substituir essa cerca e tornou-se na “fortaleza” que protegeu a cidade do Porto durante os séculos seguintes. Nos finais do século XIX, como a muralha já não tinha utilidade, grande parte foi destruída. Apesar de atualmente o ponto mais conservado se localizar nas Escadas do Caminho Novo é, contudo, possível encontrar em diversos pontos da cidade fragmentos da muralha, inclusive dentro de edifícios. Através do seguinte link é possível ver um mapa com pontos visitáveis da muralha, <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?hl=pt-PT&mid=1dY4KT2cRwmIh1MK6-sSRjiUH1lc&ll=41.144110945359124%2C-8.615036899932873&z=15>.

## IGREJA DE SÃO FRANCISCO



Ilustração 10 - Interior da Igreja de S. Francisco

Fonte: <https://dicasdelisboa.com.br/porto/igreja-de-sao-francisco-no-porto/>



Localização: Rua do Infante D. Henrique

Categoria: Arquitetura Religiosa

Grau: Monumento Nacional

Descrição: A igreja de S. Francisco é literalmente uma relíquia. No seu interior encontramos quase 600 quilos de talha dourada, provenientes das colónias portuguesas. Foi considerada Monumento Nacional em 1910. O incêndio que afetou o Palácio da Bolsa, afetou igualmente a igreja de São Francisco, tendo esta sido restaurada. Em termos estilísticos, teve origem românica. Posteriormente conheceu intervenções arquitetónicas em estilo gótico e, posteriormente, adquiriu uma decoração barroca. Sob o chão da igreja, encontram-se as sepulturas de muitos membros da ordem franciscana, assim como de algumas das famílias nobres da cidade.

## MOSTEIRO DA SERRA DO PILAR



Ilustração 11 – Exterior do Mosteiro da Serra do Pilar

Fonte: <https://culturanorte.gov.pt/patrimonio/mosteiro-da-serra-do-pilar/>



Localização: Largo de Avis

Categoria: Arquitetura Religiosa

Grau: Monumento Nacional

Descrição: O Mosteiro da Serra do Pilar começou a ser edificado em 1538. Inicialmente foi construído com o intuito de albergar monges e, já no século XIX, durante o Cerco do Porto, foi transformado num ponto de resistência pelo seu valor estratégico militar. Nos dias de hoje é possível visitar o interior do Mosteiro, onde se pode subir 100 degraus até à cúpula, circundada com varanda a 360°. No exterior existe um miradouro, sendo possível deixarmo-nos levar por uma das vistas mais bonitas para a cidade invicta. O Jardim do Morro, que se localiza ao lado do Mosteiro, é também um ponto atrativo do Centro Histórico, com uma vista belíssima para o Rio Douro e para a Zona Ribeirinha.

## PASSEIO DAS VIRTUDES

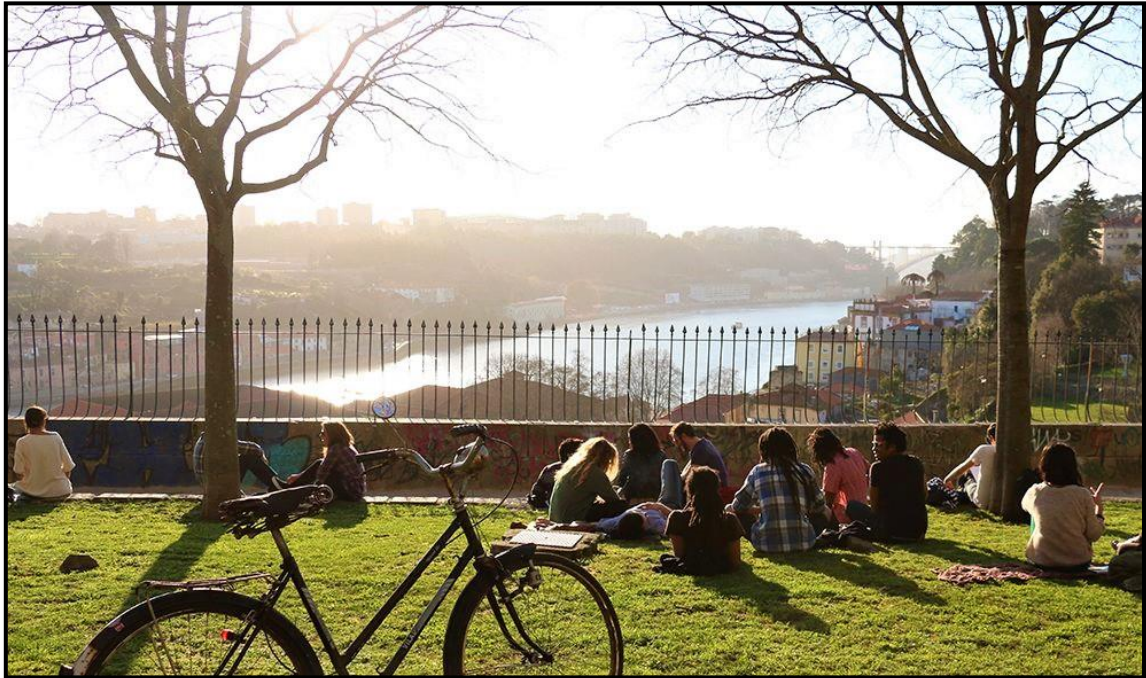


Ilustração 12 – Jardim do Passeio das Virtudes

Fonte: <https://www.portugalgreenwalks.com/5-secret-places-to-visit-in-porto/>



Localização: Passeio das Virtudes

Categoria: Arquitetura Civil

Grau: Imóvel de Interesse Público

Descrição: Esta é uma área ajardinada com uma vista privilegiada para o Rio Douro e para o Palácio de Cristal. Aqui existem vários pontos de interesse, nomeadamente o Chafariz das Virtudes, também conhecido como Fonte do Rio Frio, construído em 1619, a escultura de Gustavo Bastos conhecida como “Quatro Cavaleiros do Apocalipse” e a maior árvore Ginkgo Biloba com cerca de 35 metros.

## ALFÂNDEGA DO PORTO



Ilustração 13 - Vista Rio da Alfândega do Porto

Fonte: <https://www.noticiasaminuto.com/lifestyle/571062/alfandega-do-porto-recebe-o-ciclo-de-conferencias-ted>

Localização:

Categoria: Arquitetura Civil

Grau: Monumento Nacional

Descrição: Construído no século XIX pelo engenheiro Jean F. G. Colson, este edifício incluía infraestruturas para a entrada e saída de mercadorias, armazéns, plataformas giratórias e vias-férreas, edificado com duas fachadas sob uma plataforma artificial. Atualmente, a Alfândega alberga diversos eventos durante o ano, nomeadamente exposições, concertos, jantares e congressos, tendo recebido por três vezes o prémio de Melhor Centro de Congressos da Europa, *Business Destinations Travel Awards*. A edificação foi recuperada pelo Arquiteto Eduardo Souto Moura em 1993, tendo permitido que a Alfândega acolhesse permanentemente o espaço museológico, “Museu dos Transportes e Comunicações”.



Outras Atrações<sup>155</sup>



Ilustração 14 - Vista panorâmica do topo da Torre dos Clérigos



Ilustração 15 - Vista para o Porto, do Jardim do Morro, em Gaia

Fonte: Acervo Fotográfico da Discente

---

<sup>155</sup> Nota: Todas as fotografias presentes neste ponto pertencem ao acervo fotográfico da discente



Ilustração 16 - Igreja do Carmo e das Carmelitas, na Rua do Carmo

Fonte: Acervo Fotográfico da Discente



Ilustração 17 - Entrada para o Café Majestic, na Rua de Santa Catarina

Fonte: Acervo Fotográfico da Discente



Ilustração 18 - Pôr-do-sol com vista para o Rio Douro, desde o Jardim do Morro, em Gaia

Fonte: Acervo Fotográfico da Discente



Ilustração 19 - Carro elétrico que liga a Batalha à Cordoaria

Fonte: Acervo Fotográfico da Discente

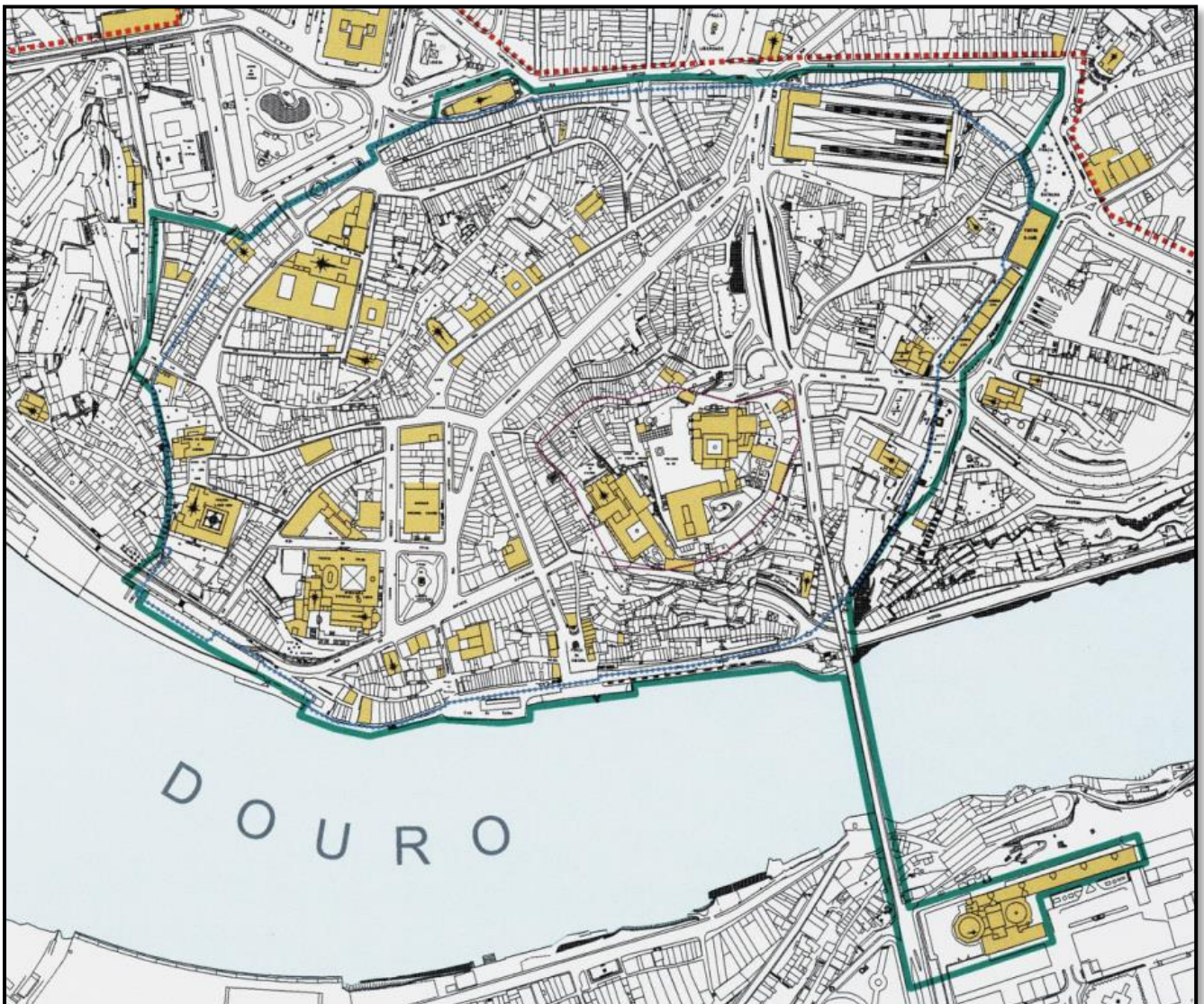


Ilustração 20 – Planta da área classificada, Centro Histórico do Porto

Fonte: <https://www.portopatrimoniomundial.com/planta-area-classificada.html>